

Anais do Congresso Nacional de Pesquisadores em Políticas Públicas

I Congresso Nacional de Pesquisadores em Políticas Públicas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

2019

*O Grupo de Trabalho "Políticas Públicas,
Direitos Humanos e LGBTTIQ" dedica seus trabalhos
à Marielle Franco.*

• ANAIS •

ISBN 978-85-5722-171-0

1º edição

Even3

Rio de Janeiro/RJ 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532

Anais do Congresso Nacional de Pesquisadores em Políticas Públicas.
Anais...Rio de Janeiro(RJ) UERJ, 2019

Disponível em <www.even3.com.br/anais/pesquisadorespoliticaspublicas>

ISBN: 978-85-5722-171-0

1. Ciências sociais 2. Ciência política

UERJ

CDD - 370

CORPO EDITORAL

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dra. Kassia de Oliveira Martins Siqueira
Dra. Elisa Ferreira Silva de Alcantara
Dr. Lindomar Expedito Silva Darós
Dra. Ângela Maria Gomes Ribeiro Fernandes
Dra. Zelia Freire Caldeira
Dr. Joaquim Gonçalves da Costa
Me. João Costa de Oliveira
Me. Isabel Scrivano Martins Santa Bárbara
Dr. Thiago Luiz Alves dos Santos
Dr. Davi Cavalcante Roque da Silva
Dra. Késia Pereira de Matos D'Almeida
Me. Luan Sávio de Castro Oliveira

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dra. Kassia de Oliveira Martins Siqueira
Dr. Lindomar Expedito Silva Darós
Dra. Ângela Maria Gomes Ribeiro Fernandes

IMAGEM CAPA

Projetado por Kjpargeter - Freepik.com

Anais do Congresso Nacional de Pesquisadores em Políticas Públicas

Apresentação

É com muita alegria que apresentamos os Anais do **I Congresso Nacional de Pesquisadores em Políticas Públicas**. O evento foi idealizado por um grupo de pesquisadores doutores e mestres em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a partir do desejo de ampliar o diálogo sobre os desafios das políticas públicas na atualidade e proporcionar um espaço de encontro potente entre os pesquisadores em políticas públicas do Brasil. O momento político atual nos convoca a esse encontro e faz com que seja ao mesmo tempo difícil e desafiador atuar nas políticas públicas, assim como pesquisá-las, ampliando ainda mais a necessidade de espaços de discussões sobre as estratégias que podem ser implementadas para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

A escolha da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como local de realização do evento não foi por acaso, mas se deu pela necessidade de fortalecermos a Universidade, que durante muito tempo foi a mais concorrida no vestibular, inclusive para os cursos de Graduação mais desejados, assim como em diversos cursos de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu. No entanto, a corrupção ocorrida nos últimos governos do estado do Rio de Janeiro, aliada a chamada “crise” enfrentada pelos governos estaduais em âmbito nacional, fez com que o sucateamento da UERJ se intensificasse, ocasionando uma degradação ainda maior de seu espaço físico e do investimento em recursos humanos, necessários à continuidade do trabalho desenvolvido por essa Universidade tão importante para o estado do Rio de Janeiro e para o Brasil.

Nesse contexto, o evento tem também como objetivo reforçar a importância do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), que em 2019 completa quatorze anos de existência, sendo um Programa de referência nacional e internacional na formação de mestres e doutores na área de Políticas Públicas. O curso abrange pesquisas que refletem a diversidade característica da área, com docentes e discentes com formação interdisciplinar, o que torna ainda maior a possibilidade de troca sobre as questões tão relevantes e urgentes que precisam ser enfrentadas na atualidade.

O **I Congresso Nacional de Pesquisadores em Políticas Públicas** recebeu mais de 100 trabalhos e diversos interessados buscaram a secretaria do evento depois da finalização do prazo, o que demonstra o interesse dos profissionais e pesquisadores em se reunir para discutir as políticas públicas e os problemas enfrentados, pensando possibilidades diante do caos que se tornou trabalhar nos serviços públicos e estudar em universidades públicas. A urgência da articulação desses profissionais e estudiosos torna-se a cada dia maior, fazendo com que a coordenação do evento deseje pensar nos/os Grupos de Trabalho como espaços não

apenas de apresentação dos trabalhos, mas também de reunião desses profissionais para a elaboração de propostas conjuntas e nacionais.

Quanto aos Trabalhos recebidos no evento, foram **31 Artigos e 70 Resumos**, de diversas regiões do Brasil, inclusive do exterior. Destacamos a participação de estudantes e profissionais dos seguintes estados: Piauí, Paraná, Bahia, Maranhão, Pará, Amapá, Santa Catarina, Pernambuco, assim como trabalhos da região sudeste do Brasil (Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo) e de vários municípios do estado do Rio de Janeiro (Campos dos Goytazes, Volta Redonda, Maricá, Duque de Caxias, Seropédica, São Gonçalo, Niterói, entre outros). Merece destaque também a participação de um estudante brasileiro cursando mestrado nos EUA.

Com isso, a maioria dos trabalhos publicados nos Anais e na Revista Episteme Transversalis, resultam de pesquisas elaboradas por pesquisadores doutores e mestres, ou com mestrado e doutorado em andamento. O posicionamento da Comissão Científica foi aceitar publicar tantos os trabalhos cujas pesquisas estão mais avançadas quanto aqueles que ainda estão iniciando, já que o objetivo do evento não foi afirmar verdades absolutas sobre as políticas públicas, mas possibilitar um espaço de troca em que seja possível pensar de maneira coletiva as pesquisas em andamento e, principalmente, em como podemos utilizar as pesquisas em Políticas Públicas em defesa da importância do serviço público, em diversas áreas de atuação.

A oportunidade de coordenar este lindo evento nos leva também à necessidade de agradecer a algumas pessoas fundamentais para a sua realização: Dr. Floriano de Oliveira, coordenador do PPFH; Dra. Estela Scheinvar, nossa inspiração; Dr. Gaudêncio Frigotto, profissional que admiramos grandemente; Dra. Esther Arantes, pela disponibilidade; Dr. José Messias, Diretor do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da UERJ, pelo apoio, e finalmente à Dra. Elisa Alcantara, Pró Reitora Acadêmica do Centro Universitário Geraldo Di Biase.

Além dos agradecimentos mais específicos, gostaríamos também de finalizar esta apresentação expressando a nossa gratidão a todos os que fizeram do **I Congresso Nacional de Pesquisadores em Políticas Públicas** um grande evento.

Cordialmente,

Dra. Kassia Siqueira, Dr. Lindomar Darós e Dra. Ângela Fernandes

Sumário

RESUMOS

GT 1 – Políticas Públicas, Direitos Humanos e LGBTTIQ

1. “Tu que vais alfabetizar essas crianças?”: professores homens e as discriminações frente ao ato de ensinar

Julio Cezar Pereira Araujo, Fernando Altair Pocahy 19

2. A importância das políticas públicas para o desenvolvimento psicossocial da população transgênera

Murilo Donato, Daniela Dantas..... 20

3. As minorias sexuais e de gênero e a literatura contemporânea: ditadura, transição e um espaço textual de luta

Andre de Oliveira Nascimento..... 22

4. Corpos-narrativas como viés de políticas públicas

Ruth Batista..... 23

5. Educação e direitos humanos: potencialidades de práticas pedagógicas para as diversidades nas escolas

Beatriz Brasil Kort Kamp, Sérgio Luiz Baptista Da Silva..... 24

6. Educação para os direitos humanos: é possível impedir que Auschwitz se repita?

Tháís de Almeida Santos..... 26

7. Filh@s de casais homotransafetivos: como estão agora?

Silvana Do Monte Moreira	27
8. Gênero & infância: transgêneros e interssexuais - direitos humanos e diversidade	
Lindomar Expedito S. Darós	29
9. Humanização nos presídios: um estudo sobre gestão solidária	
João Luiz Mendonça dos Santos	31
10. Medidas socioeducativas em meio aberto e a atuação da vereadora Marielle Franco	
Natália Sant'anna De Figueiredo, Ana Marcela Da Silva Terra	32
11. O sistema educacional e o desafio da permanência na escola de travestis e transexuais jovens moradoras da Rocinha, RJ.	
Diego Da Silva Santos, Sérgio Luiz Baptista Da Silva	33
12. O Curso Gênero e Diversidade na escola driblando o conservadorismo na educação brasileira	
Thalles Do Amaral De Souza Cruz	35
13. O debate ético sobre homossexualidade e psicologia, mediado pelas representações sociais de futuros profissionais	
Maycon Da Silva Pereira	36
.	
14. O partido dos sujeitos: a pesquisa na universidade e suas implicações na justiça	
Rita Maria Manso De Barros, Lucia Maria De Freitas Perez, Marlise Eugenie D'icarahy, Andrea Martello	37
15. Os desafios da política pública LGBT+ no Rio de Janeiro: a experiência da CEDSRIO	

Andréia da Silva Lima, Priscila Frisone Costa..... 38

16. Por uma prática profissional da diferença: notas sobre o curso “Diversidade sexual e de gênero” para analistas judiciários do TJ-RJ

Rafael Reis Da Luz..... 40

17. Reflexões sobre educação, currículo e políticas públicas para formação inicial docente: a diversidade em questão

Alexandre Nabor Mathias Franca, Sérgio Luiz Baptista Da Silva..... 41

18. Repressão familiar: a família como primeira instituição repressora dos/as usuários/as do centro de cidadania LGBT da capital do Rio de Janeiro

Douglas Oliveira Ramos, Sérgio Luiz Baptista Da Silva..... 42

19. Saúde mental e a adolescência negra: a naturalização da iniquidade do cuidado

Erika Barbosa De Araújo, Sílvia Maria Melo Gonçalves 44

RESUMOS

GT 2 – Políticas Públicas, Saúde Pública e Câncer

20. A atuação do(a) enfermeiro (a) frente à prevenção primária contra o câncer de mama: como as políticas públicas interferem nesta estratégia tão primordial?

Laís Vieira Lima..... 45

21. Institucionalização de velhos: um espaço de reminiscência e resistência

Sandra Rabello de Frias..... 46

22. Oncologia e cuidados em saúde no domicílio: reflexões sobre os itinerários terapêuticos

Luciana Rodrigues Gonçalves..... 48

23. Outubro rosa: uma ação de cuidado no cenário das políticas públicas

Brenda Freitas Pontes, Rosana de Carvalho Castro, Jane Quitete, Belisa Maria Santos da Silva..... 49

24. Prevenção ao câncer e a estratégia de saúde da família (esf): relato de experiência da residência multiprofissional em oncologia

Thaís Cavalcanti Marques, Joyce Helena Martins Leal, Brenda Gomes Dos Santos..... 50

25. Serviço social e atendimento às famílias: um estudo de caso a partir da clínica de neurocirurgia

Brenda Gomes Dos Santos, Joana Polycarpo Torres, Joyce Helena Martins Leal, Thayana Christina De Castro Miller..... 52

26. Serviço social e oncologia: uma importante qualificação para assistentes sociais no campo da saúde

Bruno Oliveira Da Silva, Cristiane Maria Da Costa Fernandes, Gabrieli Branco Martins, Luciana Rodrigues Gonçalves, Priscilla Bezerra Da Silva Dos Santos Maia..... 53

RESUMOS

GT 3 – Políticas Públicas, Saúde Mental e Drogas

27. Avaliação das Políticas Públicas voltadas aos usuários de álcool e drogas do município de Seropédica

Cibele Araujo Da Silva, Ramona Marcelle Dos Santos Lavouras, Vanessa Cristina Dos Santos Saraiva..... 55

28. Comunidades terapêuticas na rede de atenção psicossocial: as contradições e os impactos destas instituições no âmbito da “nova” política de saúde mental

Dominique Nunes Almeida..... 56

29. Entre a proteção e a violação: análise de casos de adolescentes usuárias de drogas grávidas

Luana da Silveira, Matheus Neto Peixoto..... 58

30. Gravidez na adolescência: um problema social aliado ao uso de drogas

Cintia Nazare Oliveira Pires..... 59

31. O governo dos corpos dos usuários de drogas: a produção de um novo inimigo social

Zelia Freire Caldeira..... 60

32. Percepções dos profissionais de saúde sobre o atendimento de mulheres que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas nas unidades de atenção primária da AP 3.1 na cidade do Rio de Janeiro

Bruna Maria Dantas Caravina..... 61

33. Trabalhadores de saúde mental infanto-juvenil na berlinda: desafios à atenção psicossocial com adolescentes usuários de drogas

Matheus Neto Peixoto, Luana da Silveira..... 62

RESUMOS

GT 4 – Políticas Públicas, Educação e Judicialização

34. “No peito e na raça” - estado, políticas públicas e ações afirmativas no Brasil

Gabriel Pinheiro De Siqueira Gomes.....63

35. A eficácia do direito à educação nas políticas públicas

Maria Laura Da Silva Oliveira, Alberto Quintanilha Alves Da Silva Correia, Cristiane Silva Do Nascimento Pereira, Tatiana Gregório Campos, Patrícia Mariano Queiroz, Jimmy De Oliveira Correa..... 64

36. A política de educação integral como campo de subjetivação: uma questão da psicanálise

Livia Silva Teixeira..... 65

37. A responsabilização em xeque: o discurso do adolescente em semiliberdade no exercício da fala

Maria Geni Rangel Leite..... 67

38. Adolescência e discurso infrator: uma linguagem de segregação que se revela e se propaga pela transmissão oral

Maria Geni Rangel Leite 68

39. Autoavaliação institucional no ensino superior: um aporte para políticas públicas de desenvolvimento institucional e regional

Sonia Maria Hey, Edson Aires Da Silva, Argos Gumbowsky..... 69

40. Currículo e modelo escolar: sistema panóptico e ethos hegemônico

Marcos Borges Dos Santos Júnior, Marco Aurélio Da Conceição Correa..... 71

41. Devir revolucionário: outros olhares sobre as práticas

Ângela Maria Gomes Ribeiro Fernandes..... 72

42. Introdução ao estudo da lógica penal na organização da escola no Brasil do século XIX

Estela Scheinvar, Lukas Lobo Santos..... 73

43. Lógica penal na estruturação da escolarização no Brasil	
Estela Scheinvar, Lukas Lobo Santos , Rafael Da Cruz, Wbemar Rayff Da Silva.....	75
44. Mal-estar docente: a angústia no cotidiano das relações escolares	
Roberta Duarte Dos Santos, Damarys Decothé Nascimento.....	76
45. Matemática moderna no curso de formação de professores no ensino normal (1970-1975): análise das políticas públicas na educação continuada	
Jonathan Machado Domingues.....	77
46. O “Projeto Sem Vergonha” no Colégio Estadual Julia Kubitschek	
Mário Sérgio Monteiro De Souza, Fátima Cristina Troyack Furtado.....	78
47. O caminho da “escola livre” no estado de Alagoas: o processo legislativo revela resistência ao viés conservador da lei nº 7.800/2016	
Sabrina Araujo De Souza.....	79
48. O dogma do “Escola sem Partido” na Educação de Jovens e Adultos	
Cintia Nazare Oliveira Pires.....	80
49. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 e a Formação Docente	
Alberto Quintanilha Alves da Silva Correia, Cristiane Silva do Nascimento Pereira, Tatiana Gregório Campos, Patrícia Mariano Queiroz, Maria Laura da Silva Oliveira, Fernanda Estevão Lourenço.....	81
50. Políticas públicas de educação infantil: proinfância em dois municípios fluminenses (Quatis e Rio de Janeiro)	
Márcia de Oliveira Gomes Gil, Andréa Relva da Fonte Gonçalves Endlich, Vera Maria Ramos de Vasconcellos.....	83

51. Políticas públicas e forças militares: reflexões sobre o tema	
Sabrina Celestino	85
52. Políticas públicas para o ensino de língua estrangeira no Brasil	
Maynara Costa Barbosa Da Silva, Sérgio Luiz Baptista Da Silva	86
53. Tornar-se negra na escola: a invisibilidade social da jovem mulher negra das periferias	
Caroline Andrade Cunha	87

RESUMOS

GT 5 – Políticas Públicas, Educação, Saúde Mental e Medicalização

54. A medicalização da infância	
Luciane Martins Alfradique	89
55. A medicalização de adolescentes em um colégio de ensino fundamental em volta redonda	
Daniela Natividade Da Silva Ferreira, Adilson Pereira	91

RESUMOS

GT 6 – Educação Infantil e Biopolítica

56. A expansão da educação infantil como elemento de análise na formação política dos docentes	
Rosana Ribeiro	92

57. A invisibilidade da diferença como dispositivo para a normatização de corpos na educação infantil: o caso da BNCC

Patricia Maria Uchôa Simões..... 93

58. Análises sobre a redução da maioria penal latino-americana: breve estudo sobre Brasil, Uruguai e Argentina

Ana Marcela Da Silva Terra..... 94

59. Infância, educação e sociedade de controle: as relações de saber-poder

Késia Pereira De Matos D' Almeida..... 95

RESUMOS

GT 7 – Políticas Públicas e Meio Ambiente

60. A efetivação da política pública municipal de resíduos sólidos como instrumento para a inclusão social de catadores e catadoras em Volta Redonda/RJ

Josinete Maria Pinto..... 97

61. A relevância das agências internacionais na formulação de agendas de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: uma análise do impacto da gestão ambiental implementada pelas instituições governamentais brasileiras

Everthon Affonso De Freitas Moura, Hernani Do Nascimento Pinto Marques, Pedro Henrique Do Nascimento Alencar..... 99

62. Etnodesenvolvimento: as louceiras do Maruanum e o protagonismo feminino na economia local

Bárbara Da Costa Amoras, Mayara Feitosa Teodoro, Maria Raquel Passos Lima..... 100

68. Impactos do saneamento básico nas enteroparasitoses: análise de determinante para a qualidade de vida – contextos e políticas públicas

Jordana Borchardt Knopp, Larine De Lara, Sônia Maria Hey, Gheniffer Fornari..... 101

69. Implementação de sistema de manutenção predial e equipamentos em estabelecimento assistencial de saúde no município do Rio de Janeiro

José Mauro Carrilho Guimarães..... 102

70. O desafio de um hospital público da região amazônica, no processo de inventário de emissões de gases de efeito estufa

Sandro Miguel Valente Mendes..... 103

71. Políticas públicas e cooperativismo: cenário de incentivos para a agricultura familiar no município de Guarapuava - PR

Larine De Lara, Allison John De Sousa, Jordana Borchardt Knopp, Sônia Maria Hey..... 104

72. Processo de construção participativa do Programa Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro

Jacqueline Guerreiro Aguiar..... 106

ARTIGOS

73. A “judicialização da saúde” ou a garantia do direito à saúde: a experiência da instituição da câmara técnica de saúde

Maria Carolina Gonçalves Oliveira, Vitor Dias Vasconcelos, Wescley José de Souza, Rafael Gonzalez Badaró..... 109

74. As Conferências Nacionais de Saúde: da primeira a oitava, pontos principais e alterações

Dorival Fagundes..... 127

75. A gestão democrática da escola pública brasileira: perspectiva de formação continuada

Felipe de Souza Araujo..... 147

76. Por uma militância sindical afirmativa, antirracista e decolonial

Josiane Nazaré Peçanha de Souza, Eliane de Souza Peçanha..... 158

77. Uma investigação sobre a relação escola- família a partir da jurisprudência cível do tribunal de justiça do estado do rio de janeiro no período 1988/2018

Carlos Alberto Lima de Almeida..... 172

78. Universidade, proteção social e saúde mental: Análise da Relação entre Permanência e Subjetividade dos Estudantes na UFF de Campos dos Goytacazes

Alessandra de Muros Xavier..... 178

79. O PNE 2014-2024 e a Educação Integral para o Autista

Tatiana Gregório Campos, Cristiane Silva do Nascimento Pereira, Alberto Quintanilha Alves da Silva Correia, Patrícia Mariano Queiroz, Jimmy de Oliveira Correa, Maria Laura da Silva Oliveira..... 193

80. Desempenho de atores não estatais no direito internacional do meio ambiente

Thyanne Borges Estelita..... 201

81. O consumo da água e a saúde da população idosa: Análise de determinante para a qualidade de vida e o desenvolvimento regional – Contextos e políticas públicas

Marciane Conti Zornita, Sônia Maria Hey, Gheniffer Fornari..... 216

RESUMOS

RESUMO - GT 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS HUMANOS E LGBTTIQ
(COORDENAÇÃO: DR. LINDOMAR DARÓS)

**“TU QUE VAIS ALFABETIZAR ESSAS CRIANÇAS?”: PROFESSORES
HOMENS E AS DISCRIMINAÇÕES FRENTE AO ATO DE ENSINAR**

Julio Cezar Pereira Araujo (juliocezarprof@hotmail.com)

Fernando Altair Pocahy (pocahy@uol.com.br)

O presente trabalho tem como objetivo problematizar algumas das representações normativas e discriminatórias que afetam homens atuantes na docência. Para isso, a partir de miradas pós-críticas em educação, lançamos uma pergunta-geradora para 27 educadores espalhados pelo Brasil, através de redes de amizades e contatos online sobre essas representações: você já foi discriminado por atuar nos anos iniciais do ensino fundamental e como isso aconteceu? A partir da aplicação e análise de um questionário online, contendo perguntas abertas e fechadas, foi possível perceber que 81,5% destes professores já foram discriminados por atuarem nos anos iniciais e que, entre outras evidências, constatamos frequentes práticas de julgamento moral na direção destes homens diretamente relacionadas a questionamentos sobre suas sexualidades e outros aspectos da vida. Os interlocutores informam ainda práticas de exclusão cotidianas, como serem preteridos em processos seletivos e ocupação de cargos diferentes da função, quando selecionados. Os resultados em análises parciais ainda apontam para correlações de força que excluem e, de outra parte, modos de atuar resistentes em resposta à heteronormatividade e à homofobia.

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERA**

Murilo Donato (murilo.donato@hotmail.com)

Daniela Dantas (danieladanttas@gmail.com)

As políticas públicas destinadas à população LGBT são dotadas de contraposições, cujos propósitos e resultados revelam sua ineficiência. Se por um lado o debate está posto, por outro, observa-se uma constante violação de direitos humanos vivenciados por essa população décadas após o início das discussões. Por outro lado, observa-se a ausência de estudos que buscam compreender a importância de espaços destinados ao atendimento desse público. Deste modo, o presente estudo objetivou compreender os significados atribuídos por pessoas transgêneras frente às suas vivências em um Centro de Referência LGBT no interior de São Paulo. Responsável pela introdução de um novo paradigma de atenção destinada à população LGBT, o Centro representa a concretização dos esforços da luta por direitos dessa população. Foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, tendo sido entrevistadas oito pessoas transgêneras maiores de 18 anos. Para fechamento da amostra utilizou-se os critérios de saturação e os dados foram analisados através de análise de conteúdo temático. Os resultados revelaram que os transgêneros chegam ao Centro em estado de desamparo e passam por um processo de acolhimento, fortalecimento da identidade individual, desenvolvimento de uma identidade social e, como consequência desses processos tornam-se pessoas mais resilientes. Esses resultados contribuem para a identificação de um modelo de atendimento dispensando aos transgêneros considerado essencial para o desenvolvimento psicossocial dessa população que pode orientar as práticas

profissionais, revelam a importância das políticas públicas para a promoção de saúde e fortalecimento dos transgêneros, e enfatizam a importância da expansão dessas ações em todo território nacional.

**AS MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO E A LITERATURA
CONTEMPORÂNEA: DITADURA, TRANSIÇÃO E UM ESPAÇO TEXTUAL
DE LUTA**

Andre De Oliveira Nascimento (nascimentoa@unm.edu)

O golpe civil-militar estabelecido pelos militares brasileiros em 1964 foi paradigmático no reforço dos papéis de gênero na sociedade brasileira, especialmente em que pese no exercício da heterossexualidade e masculinidade como fatores fundamentais na construção do sujeito nacional brasileiro. Conforme defendido por Benjamin Cowan (2015), a homossexualidade era vista como uma ameaça “moral” aos padrões defendidos pelo regime. Nessa perspectiva, este ensaio aborda as questões de resistência e demanda por direitos no campo sócio-textual pela proposta literária de dialogar com a lógica de nação e narração defendida por Homi Bhabha (2000). Nesse sentido, a narrativa sugere uma outra perspectiva de modo operandi da nação. Assim, *Morangos mofados*, de Caio Fernando Abreu (1982) e *Stella Manhattan* (1985), de Silviano Santiago atuam como intervenções ficcionais no contexto histórico e sociocultural da (des)construção das noções de gênero e sexualidade na sociedade brasileira durante o autoritarismo. Através de uma proposta de subversão textual, os romances, em conjunto, (re)constroem rotas de fuga em realidades ficcionais para que sexualidades e performances de gênero não-conformantes fossem também deslumbradas na realidade material durante o estado de exceção.

CORPOS-NARRATIVAS COMO VIÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ruth Batista (rutbat@hotmail.com)

Este trabalho é fruto do doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e dedica-se às questões relativas aos processos formativos que atravessam os corpos-narrativas dos trabalhadores da socioeducação no Estado do Espírito Santo. A discussão central baseia-se nas ideias de Judith Butler e Walter Benjamin, em especial sobre a questão do enquadramento e o conceito de imagem, respectivamente. O corpo é político, sua narrativa também, assim toda argumentação está relacionada diretamente com a dimensão ético-política que os corpos-narrativas dos trabalhadores da socioeducação comportam bem como as apostas em prol da vida e da garantia de direitos que por eles são feitos nesse contexto. A escrita do texto acontece em ato, em estado de passagem e com abertura ao caráter imagético, conforme proposto por Walter Benjamin atravessando as análises e orientando o percurso metodológico em feitura de montagem. Considera-se que os enquadramentos e as imagens que são (re)produzidas pelos corpos-narrativas dos trabalhadores no cotidiano socioeducativo são transitórios, condição que possibilita operar conceitos e campo como indissociáveis, algo que esta pesquisa persegue.

RESUMO - GT 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS HUMANOS E LGBTTIQ
(COORDENAÇÃO: DR. LINDOMAR DARÓS)

**EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: POTENCIALIDADES DE PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS PARA AS DIVERSIDADES NAS ESCOLAS**

Beatriz Brasil Kort Kamp (beatriz_brasil@hotmail.com)

Sérgio Luiz Baptista Da Silva (serggioluiz@uol.com.br)

Este trabalho se propõe a analisar as propostas de práticas pedagógicas enquanto estratégias didáticas para trabalhar Diversidade de Gênero e de Sexualidade na Educação Básica, especificamente na Educação Infantil e primeiro segmento do ensino fundamental. Entende-se que a prática docente voltada para uma libertação dos corpos, desconstruidora dos estereótipos no sistema educacional é essencial para uma formação social crítica e consciente das categorias de gênero, raça e classe, e nesse sentido, viabilizar, incentivar e estruturar trabalhos que abordam a temática de gênero e sexualidade na escola é também trabalhar direitos humanos na escola. O trabalho de compreensão e reconhecimento do próprio corpo e seus movimentos, o trabalho de salientar a história e a construção da sociedade contemporânea que se apresenta nos moldes ainda do patriarcado, misógino, machista, racista, sexista e LGBTQIfóbico é acima de tudo contextualizar e abrir caminhos para percepção da existência destas violências. Os trabalhos envolvendo amplamente gêneros e sexualidades constituem-se, dessa forma, como ações pedagógicas que pretenderão uma educação para a diversidade, ou seja, uma educação mais humana, menos violenta com as diferenças, constituída no direito a liberdade e direito a vida, direito de ser quem realmente se é e se sente. É imprescindível destacar ainda que pensar, organizar e promover atividades trabalhando gêneros e sexualidades na escola é uma forma de combater a intolerância a diferença, como também de promover a convivência e respeito com as

diversidades, desnaturalizar o ódio e diminuir as agressões graves que são praticadas com as pessoas que são consideradas “diferentes da norma”, de igual maneira caracteriza-se como um trabalho que vai promover a discussão e apoio preventivo às violências auto-provocadas com gatilho embasado nas diversidades já citadas. Objetiva-se diretamente analisar o processo de construção dos materiais didáticos, assim como a elaboração e estratégias estudadas e escolhidas para compor as propostas de trabalho pedagógico no segmento da Educação Infantil e primeiro seguimento do ensino fundamental nas escolas regulares. O propósito da pesquisa estende-se então, desde a analisar as estratégias possíveis de articulação e construção de práticas outras que se contrapõe à conservadora reproduzida pela instituição escolar, buscando sintetizar quais são as estratégias emergentes e viáveis, assim como, a pesquisa pretende também compreender quais são os métodos possíveis de trabalho no segmento da Educação Infantil em uma rede regular de ensino. Ambiciona-se também interpretar, registrar e sistematizar como as práticas pedagógicas para a diversidade poderão se transformar em práxis docente dentro do currículo escolar.

**EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: É POSSÍVEL IMPEDIR QUE
AUSCHWITZ SE REPITA?**

Thaís De Almeida Santos (t.almeidas@hotmail.com)

Na memória histórica da humanidade, Auschwitz representa um dos maiores símbolos da violação dos direitos humanos. Entre corpos sem nome, famintos e mutilados pelo desespero, encontramos os escombros de um Estado de não-liberdade que decretou a exclusão e o extermínio de milhões de judeus, homossexuais, pessoas com deficiência e outros grupos étnicos/sociais. A experiência do Holocausto nos impôs a necessidade de refletir sobre o papel da educação diante das estruturas sociais e psicológicas que instituem a injustiça e violência: o que significa educar após Auschwitz? Na tentativa de responder a esse questionamento, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a proposta de Educação para os Direitos Humanos e sua aplicação em diferentes contextos educacionais. Ratificado pelo Brasil, esse modelo pedagógico assume como meta a formação de sujeitos críticos e capazes de se reconhecerem como agentes da transformação social, encorajando a conscientização acerca do sistema de crenças e das práticas socioculturais que impõem obstáculos à criação de uma cultura dos direitos humanos. A tese a ser defendida é que, frente ao crescente número de situações de violação de direitos em nosso cotidiano, a implementação efetiva da Educação para os Direitos Humanos pode nos ajudar a converter narrativas e práticas que refletem a injustiça social em novas experiências éticas.

FILH@S DE CASAIS HOMOTRANSAFETIVOS: COMO ESTÃO AGORA?

Silvana Do Monte Moreira (silvana.mm@globo.com)

Este trabalho tem por base a trajetória da autora como advogada atuante na defesa de diversos casais que rompem com a heteronormatividade, buscando o exercício da (homo)parentalidade através da adoção judicial de filh@s junto ao Poder Judiciário. Ademais, este ensaio também lida com a militância da autora na defesa dos direitos humanos, notadamente de infantes e minorias sexuais e de identidade de gênero junto a diversos grupos que almejam justiça social. Este cenário a forneceu grande experiência referente aos modos em que famílias não-normativas cuidam de seus filh@s. Além disso, essa experiência a permitiu observar o desenvolver das crianças que foram adotadas e que agora encontram-se em diferentes fases da vida. Com isso, a autora não apreende, empiricamente, que haja diferenças relevantes dos filh@s em diferentes arranjos familiares. Assim, considerando a limitada variedade de pesquisas com essa temática, essa investigação de mestrado tem o seguinte questionamento como fio condutor analítico: filh@s de casais homotransafetivos: como estão agora? A relevância desta pesquisa se postula devido ao movimento conservador que toma grande escala nacional desde as manifestações de junho de 2013, culminando com as eleições de 2018. O objetivo da pesquisa será estar com dez famílias formadas por casais do mesmo sexo e um casal homotransafetivo, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, incluindo apenas casais que já tenham adotado filh@s.

Através da análise da situação atual das crianças e adolescentes, se analisará como estão esses filh@s em construtos familiares não-conformantes com a heteronormatividade. Assim, pretende-se verificar se há demandas específicas

desses modos de ser família. E, em existindo questões de relevo, que enfrentamentos precisam ser feitos no campo social, cultural e legal; bem como se pensar a temática de modo interdisciplinar, em áreas como a Sociologia, Antropologia, Direito, Psicologia, Serviço, dentre outros, uma vez que esta pesquisa se constitui a partir de uma perspectiva em que o saber disciplinar não sustentaria...

RESUMO - GT 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS HUMANOS E LGBTTIQ
(COORDENAÇÃO: DR. LINDOMAR DARÓS)

**GÊNERO & INFÂNCIA: TRANSGÊNEROS E INTERSSEXUAIS - DIREITOS
HUMANOS E DIVERSIDADE**

Lindomar Expedito S. Darós (lindomardaros@gmail.com)

O presente trabalho refere-se ao projeto de pós-doutoramento do autor. A partir de inquietações atinentes ao modo como o cenário político brasileiro vem tratando questões de gênero, notadamente em decorrência de movimentos reacionários/conservadores do parlamento nacional, na tentativa de restringir direitos da população LGBTTIQ, o autor, inicialmente a partir de produções fílmicas delineou a ideia de um projeto de pesquisa para se pensar modos de cuidados com crianças que não atendem aos padrões hegemônicos de gênero. Três filmes constituem o palco para as problematizações iniciais: 1) *minha vida em cor de rosa* (BERLINER, 1997); 2) *Tomboy* (SCIAMMA, 2001) & 3) *XXY* (PUENZO, 2007). O primeiro diz de uma transmenina; o segundo de um transmenino & o terceiro de um intersexual. As três obras fílmicas narram as experiências de três distintas famílias frente aos dilemas com o social diante da diferença das três crianças que protagonizam as histórias. Parte da perspectiva ético política de que gênero é uma construção social, não uma natureza, no que há uma ancoragem em Berenice Bento (2011), Rick Santos (2014), Beatriz Adura Martins (2015), Lindomar Darós (2016), dentre outros. Interferem ainda do ponto de vista teórico no tocante à infância e a sexualidade infantil, Esther Arantes (2016), Sándor Ferenczi (1930/1990), Sigmund Freud (1989). Importante pontuar que a apresentação neste congresso objetiva produzir um maior aprofundamento das questões em debates coletivos e abertos. Uma questão central a ser trabalhada durante a pesquisa que se encontra em curso é uma aproximação com ambulatorios que atendem crianças transgêneras, isto para conhecer

melhor o trabalho realizado e também os desafios ético-políticos a serem enfrentados. Será problematizado ainda a questão do bloqueador de puberdade, não para se posicionar no lugar de dizer se seria certo ou errado tal procedimento, mas buscar compreender seus possíveis efeitos nas vidas das crianças. Recusar quaisquer traços que não seriam legítimas pela identidade trans estaria a serviço de quê? Como pensar o processo de produção de subjetividade a partir das tecnologias possíveis às pessoas trans com o desenvolvimento tecnológico da medicina?

**HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: UM ESTUDO SOBRE GESTÃO
SOLIDÁRIA**

João Luiz Mendonça Dos Santos (doissantos@gmail.com)

Um dos propósitos do sistema prisional é criar oportunidades para a ressocialização das pessoas privadas de liberdade. A mudança na forma de gestão e estrutura da unidade prisional pode alterar a forma de tratamento dos inspetores, internos, familiares, assim como o ambiente carcerário, sendo capaz de humanizá-lo, através do investimento em estudo, trabalho e meio ambiente. No contexto de um processo humanizatório no sistema penitenciário, podemos observar como um processo de gestão alicerçado no respeito e na disciplina foi capaz de modificar as relações e melhorar a qualidade de vida, que mudou de um ambiente agreste, transformando-se num ambiente alegre, possibilitando a reinserção do apenado ao convívio social. A expectativa é de que o presente estudo possibilite analisar a forma de tratamento ao apenado em uma unidade prisional.

**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E A ATUAÇÃO DA
VEREADORA MARIELLE FRANCO**

Natália Sant'anna De Figueiredo (nataliadefigueiredo@gmail.com)

Ana Marcela Da Silva Terra (anamarcelaterra@yahoo.com.br)

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar a construção e o conteúdo da Lei 6416/2018, de autoria da Vereadora Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018. Tal projeto institui o Programa de Efetivação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto do Município do Rio de Janeiro e foi aprovado em 14 de agosto, exatos 5 meses após a execução brutal da vereadora. O mesmo foi construído a partir de debate público realizado pelo extinto mandato, com contribuições de profissionais e especialistas da área e em meio à calorosa discussão sobre a redução da maioria penal em âmbito nacional. Aleixo (2003) destaca que a maioria dos projetos de leis relacionados à redução da maioria penal tem como base justificativas midiáticas e não embasadas em estudos e análises científicas. No caso do Lei 6416/2018, percebemos a preocupação da autora, historicamente ligada aos movimentos sociais e à luta pelos Direitos Humanos, de recorrer a reuniões com movimentos e profissionais, debates públicos e especialistas para construir tal projeto. As autoras do presente trabalho participaram de toda a construção da legislação enquanto assessoras parlamentares de Marielle. Sendo assim, além da revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando-se de autores como Coimbra (2001), Aleixo (2003), entre outros, faremos a análise de tal projeto a partir de atas de reuniões e depoimentos com envolvidos.

**O SISTEMA EDUCACIONAL E O DESAFIO DA PERMANÊNCIA NA
ESCOLA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS JOVENS MORADORAS DA
ROCINHA, RJ.**

Diego Da Silva Santos (diesantos.psicologia@gmail.com)

Sérgio Luiz Baptista Da Silva (serggioluiz@uol.com.br)

A presente pesquisa de mestrado versa sobre a escolaridade de jovens travestis e transexuais mulheres. O foco do estudo é compreender as trajetórias de escolarização de ex-alunas do programa ViraVida, um programa social que ocorre no território da Rocinha, cujo objetivo é atender jovens em situações múltiplas de vulnerabilidades sociais para que seja possível a inserção social cidadã de suas/seus usuárias/os, por meio da elevação de escolaridade, desenvolvimento psicossocial e inserção produtiva no mercado de trabalho. Foi levantado o histórico de todas as travestis e trans-mulheres exalunas do ViraVida e foi constatado que a maioria delas não permaneceu estudando ou finalizou o ensino médio. O objetivo da pesquisa é analisar quais fatores estão envolvidos nos processos de escolarização desse público, contrapondo a cisgeneridade como ponto de análise, não só pela pesquisa ser realizada e orientada por pessoas cisgêneras, bem como pela escola ser identificada como um território cis-hetero-normativo. Foram entrevistadas, segundo o método de narrativas de vida, 5 ex-alunas do programa, travestis e transexuais, e, pelo método de entrevistas semi-estruturadas, 4 gestoras/es cisgêneras/os das escolas nas quais essas ex-alunas estudaram. Estão sendo analisadas as categorias inserção na escola, com contraposição à revisão bibliográfica feita dos estudos sobre o tema nas principais bases de dados e discussão dos conceitos empregados na pesquisa, como Travesti, Transmulheres / mulheres trans,

abjeção e passabilidade junto a apresentação de dados de outras pesquisas; acolhimento na escola, contraposta à visão das interlocutoras ex-alunas das escolas e suas respectivas gestoras e gestor, justapostas a algumas visões da psicologia escolar e da educação sobre acolhimento escolar e os estudos sobre pedagogia queer; Permanência na escola, e a discussão de políticas públicas e direitos humanos na educação, contrapondo dados do Brasil nesta seara e a fala das interlocutoras sobre a questão, além da problematização do conceito de mobilização para educação, com base nas falas das entrevistas sobre a importância do espaço escolar. É discutido na pesquisa, por fim, a visão dos planos pro futuro das interlocutoras, além da visão da escola na figura da gestão escolar sobre a reinserção escolar das ex-alunas.

**O CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA DRIBLANDO O
CONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Thalles Do Amaral De Souza Cruz (thallesamaral@yahoo.com.br)

Este trabalho trata do Curso Gênero e Diversidade na Escola – Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações ÉtnicoRaciais, uma política pública criada no Governo Lula institucionalmente através da Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Ministério da Educação juntamente com o British Council. Analiso o caráter inovador de tal política desde a elaboração até a implementação, e também o seu caráter capilarizado tanto no sentido de seu alcance e constituição, como no sentido foucaultiano ao se pensar nos efeitos do GDE que enquanto política pública, ao mesmo tempo visou o exercício de um poder disciplinar capilar, ela também pode ser entendida concomitantemente como possuindo um caráter biopolítico. Isto porque o GDE objetivou fazer com que seus/suas participantes refletissem sobre os valores que permitem que parcela significativa da população brasileira (negros/as, índios/as, LGBT e mulheres) possa não só conviver na sociedade de forma menos discriminatória e estigmatizada, mas principalmente, deixar de serem mortos simplesmente por fazerem parte destes grupos marginalizados. Para que isso ocorresse o Governo Lula elegeu a formação de professores/as como uma ação central, já que sua função está diretamente ligada à perpetuação ou não dos traços heteronormativo, sexistas, racistas, lgbtfóbicos de nossa cultura. Por fim apontarei indícios que parte dos objetivos previstos por tal política pública foram alcançados.

**O DEBATE ÉTICO SOBRE HOMOSSEXUALIDADE E PSICOLOGIA,
MEDIADO PELAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FUTUROS
PROFISSIONAIS**

Maycon Da Silva Pereira (psi.mpereira@gmail.com)

A partir de um cenário ético-político vinculado ao preconceito e estigmas em relação à homossexualidade, percebe-se que o campo da Psicologia se apresenta de forma complexa frente às discussões que envolvem o tema, ora atuando em políticas de despatologização das questões envolvendo os homossexuais, ora sendo corrompida através de profissionais que não seguem a orientação ética da profissão. Diante deste cenário, torna-se necessário refletir sobre uma atuação em Psicologia pautada no respeito à diversidade e no campo científico, de modo a consolidar toda a classe nas demandas que envolvem este grupo e suas respectivas Políticas Públicas. O presente trabalho objetiva refletir sobre as Representações Sociais da homossexualidade para um grupo de estudantes do curso de Psicologia, vinculados ao nível profissional de uma instituição de ensino privado. A base teórica do estudo é composta pela perspectiva da Psicologia Social Sociológica, com eixo na perspectiva das Representações Sociais, proposta por Serge Moscovici. Os resultados apontam para a necessidade de uma intensificação do ensino crítico da Psicologia enquanto uma ferramenta ética, prática e focada em Políticas Públicas, voltando-se sobretudo para as discussões sobre gênero, diversidade e homossexualidade. Percebe-se que a formação consiste em um espaço possível, fértil e de suma importância para a ampliação de debates como a homossexualidade, e a ausência de vivências discentes nesta temática pode comprometer não somente a construção de saberes e práticas científicas sobre a questão, mas também a condução de casos atendidos que são da mesma esfera epistemológica.

RESUMO - GT 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS HUMANOS E LGBTTIQ
(COORDENAÇÃO: DR. LINDOMAR DARÓS)

**O PARTIDO DOS SUJEITOS: A PESQUISA NA UNIVERSIDADE E SUAS
IMPLICAÇÕES NA JUSTIÇA**

Rita Maria Manso De Barros (ritamanso2008@gmail.com)

Lucia Maria De Freitas Perez (luciafreitasperez@gmail.com)

Marlise Eugenie D'icarahy (marliseeugenie@tjrj.jus.br)

Andrea Martello (deamartello@gmail.com)

No que pese o ataque maciço pelo mundo de políticas neoliberais que recrudescem o mal-estar, a violência e a degradação, resvalando para diferentes espaços institucionais, apostamos que o enredamento de saberes possa impulsionar-nos a novos rumos, tomando partido do sujeito, aliançando psicanálise, educação e arte em prol da causa do desejo. Assim sendo, partimos da premissa de que o contato com a arte, aliado a uma escuta marcada pela psicanálise, configuram-se como possibilidades de enfrentamento político, no lidar com o mal-estar na cultura, o que nos levou a interrogar: Que contribuições pode, mais especificamente, a Psicanálise em extensão, inserida na Universidade, oferecer a causa dos direitos humanos? Questão crucial, especialmente após o enlace de nosso Programa de Extensão “Enredando saberes, impasses da prática” e do Projeto “Em nome do sujeito: encontros de psicanálise, literatura e artes”, ambos da UNIRIO/PROExc, com o Programa “Eu Apoio”, do Setor de Psicologia da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca da Capital, Rio de Janeiro.

**OS DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA LGBT+ NO RIO DE JANEIRO: A
EXPERIÊNCIA DA CEDSRIO**

Andréia Da Silva Lima (andreia.cedsrio@gmail.com)

Priscila Frisone Costa (prifrisone@gmail.com)

A Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio de Janeiro (CEDSRIO) que foi criada pelo decreto nº 33376 de fevereiro de 2011, está ligada a Casa Civil que é diretamente subordinada ao gabinete do prefeito, trazendo como pressuposto ideológico as diretrizes do Plano Nacional de Direitos Humanos.

Na atual gestão municipal, a CEDSRIO, organizou suas ações voltadas a todo público LGBT+ atuando em diversas frentes que são: I) Calendário de Eventos que busca dar visibilidade e apoio institucional, no que concerne ao poder público municipal, a eventos que marcam a luta por direitos do público LGBT+; II) Comitê Carioca que visa potencializar a intersetorialidade das políticas sociais na materialização da cidadania LGBT+; III) Ações de Saúde que compreendam a necessidade da saúde integral do público LBGT+; IV) Ações de Fiscalização que atendem a denúncias de LGBTfobia, buscando orientar a vítima e sua família, acompanhando os desdobramentos da denúncia e realizando ações de sensibilização e esclarecimentos legais quando o fato que ensejou a denúncia ocorreu em equipamento público municipal e V) Empregabilidade que atua em três frentes: manutenção e atualização de um banco de currículos, busca ativa de vagas junto as empresas terceirizadas que prestam serviço a prefeitura do Rio de Janeiro e ciclo de palestras de sensibilização e orientação nas empresas privadas sobre Diversidade, com foco nas pessoas transgêneros. Essas frentes

de trabalho fazem parte do Programa Rio Sem Preconceito que é a pedra angular do trabalho da CEDSRIO.

No biênio 2017/2018 atendemos 24 pessoas transgêneros (travestis, mulheres transexuais e homens trans) em grupo. Neste grupo, durante três meses, essas pessoas participaram de palestras com temas relativos a Direitos, Cidadania, Políticas Sociais, Empregabilidade, Empreendedorismo, Educação e Cultura. Temáticas estas focadas nos desafios e conquistas da população LGBTQ+. Essas pessoas foram divididas em grupos menores criados com o objetivo de favorecer o maior aproveitamento dos/as participantes assim como auxiliá-los no atendimento de suas necessidades. Destaca-se que a vida profissional é o objetivo final do projeto. Esse grupo se encontrou semanalmente de dezembro de 2017 a março de 2018, mas ainda está em acompanhamento, pois toda a oportunidade de processos seletivos de emprego tem esse grupo como prioridade no encaminhamento.

**POR UMA PRÁTICA PROFISSIONAL DA DIFERENÇA: NOTAS SOBRE O
CURSO “DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO” PARA ANALISTAS
JUDICIÁRIOS DO TJ-RJ**

Rafael Reis Da Luz (rafaelreisdaluz@gmail.com)

O trabalho consiste num relato reflexivo da experiência do curso “Diversidade Sexual e de Gênero”, voltado para analistas judiciários (psicólogos e assistentes sociais) que compõem as equipes técnicas de auxílio ao magistrado, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Desenvolvido na Escola de Administração Judiciária (ESAJ), o curso tem como objetivo proporcionar aos participantes a elaboração de discursos e práticas sobre questões de gênero e sexualidade coadunadas com a perspectiva dos direitos humanos. Inspirado nas discussões sobre a filosofia da diferença e do currículo queer, o curso tem duração de quinze horas, divididas em cinco encontros, e adota a prática do grupo operativo como referencial metodológico. Em suas quatro edições ao longo de 2017 e 2018, o curso procurou potencializar leituras contemporâneas sobre questões de gênero e sexualidade, suas particularidades e especificidades no âmbito do Judiciário, de modo a capacitar os profissionais a analisar os casos em acompanhamento a partir desses atravessamentos. As discussões realizadas ao longo das edições também permitiram uma reflexão sobre o trabalho da perícia, que, embora revestida de pretensa neutralidade, é um espaço de produção de verdade, normalização e também de criatividade, onde processos de singularização podem ser pensados.

**REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: A DIVERSIDADE EM QUESTÃO**

Alexandre Nabor Mathias Franca (alexnmfranca830@gmail.com)

Sérgio Luiz Baptista Da Silva (serggioluiz@uol.com.br)

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as políticas públicas implementadas na educação brasileira para a formação docente para a Diversidade. Nesta perspectiva refletimos sobre a importância da disciplina eletiva “Educação e Gênero” oferecido pela Faculdade de Educação para os cursos de licenciaturas; com predominância de público da pedagogia, voltadas para formação inicial de professores e também aberto a outros cursos da UFRJ. E foi nesta disciplina que realizei estágio em docência, onde pudemos analisar junto com o coautor deste texto as narrativas importantes no tratamento do tema para os currículos dos cursos de licenciatura. Nestas narrativas verificamos preocupações e dificuldades de alguns estudantes que tiveram em expressar questões sobre gênero, sexualidade e raça/etnia em suas disciplinas nos cursos, assim como nos seus campos de atuação docente. Outro ponto importante observado foi o surgimento interacional das diferentes narrativas, nos quais as experiências no lidar com o tema em voga apareciam como ponto edificante para amadurecimento do processo de empoderamento. Contudo, uma pergunta fundamental e complementar foi feita aos estudantes para que pudessem refletir sobre a responsabilidade social na formação docente: Vocês se sentem seguros em falar sobre Gênero e Diversidade na sala de aula?. Esta pergunta foi disparadora para várias outras questões sobre a auto implicação em sala de aula, assim como a possibilidade para criação de políticas públicas e um currículo que valorizasse a diversidade de Gênero, Sexualidade e raça/etnia como potencialidades para o corpo docente e discente na educação.

RESUMO - GT 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS HUMANOS E LGBTTIQ
(COORDENAÇÃO: DR. LINDOMAR DARÓS)

**REPRESSÃO FAMILIAR: A FAMÍLIA COMO PRIMEIRA INSTITUIÇÃO
REPRESSORA DOS/AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE CIDADANIA LGBT
DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO**

Douglas Oliveira Ramos (doug.ramoss@gmail.com)

Sérgio Luiz Baptista Da Silva (serggioluiz@uol.com.br)

No decorrer dos anos em que fui estagiário de Serviço Social do Centro de Cidadania LGBT, pude perceber que as mais diversas formas de violências sofridas pelos usuários do Centro, não advinham apenas por pessoas estranhas. Muitas das situações a serem verificadas e que exigiam nossa intervenção eram vividas entre pessoas muito próximas, familiares das pessoas que nos procuravam.

A proposição deste resumo, tem por fim, apresentar os resultados parciais da pesquisa de mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos em andamento no Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPP-DH da Universidade Federal do Rio de Janeiro . Objetiva-se refletir sobre o exercício de atividades repressoras das relações familiares dos/as usuários/as do Centro de Cidadania LGBT da Capital do RJ no reconhecimento de suas cidadanias. Este estudo tem como pressuposto norteador que as ações repressoras nas relações familiares ocorrem preponderantemente por subsistimos em uma sociedade heteronormativa, a partir disso irão emergir enfrentamentos com aqueles que não se adequem neste modelo, visto que a família é distinguida como um dos sistemas de controle na sociedade. Esses conflitos interferem diretamente no exercício de direitos dos/as usuários/as do Centro de Cidadania. Em termos metodológicos, a pesquisa está sendo realizada a partir de fontes primárias e secundárias. Como fontes primárias,

serão analisados os relatórios de atendimentos dos casos de usuários/as LGBT's atendidos/as no Centro de Cidadania em que apresente na demanda inicial referências as relações familiares. Como fontes secundárias, serão realizadas pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado parcial da pesquisa pretendo apresentar as fontes primárias.

A partir dos dados iniciais desta pesquisa, em parte das relações familiares, a forma de vivenciar a sexualidade ou identidade de gênero de quem não se enquadra no padrão heteronormativo aponta uma série de violências e negação de direitos, tais como expulsão do lar, negação do convívio familiar, de participação em eventos sociais rotineiros, retirada de ajuda financeira e agressões de toda ordem.

RESUMO - GT 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS HUMANOS E LGBTTIQ
(COORDENAÇÃO: DR. LINDOMAR DARÓS)

**SAÚDE MENTAL E A ADOLESCÊNCIA NEGRA: A NATURALIZAÇÃO DA
INIQUIDADE DO CUIDADO**

Erika Barbosa De Araújo (enfaerika@hotmail.com)

Sílvia Maria Melo Gonçalves (gsilviamm@gmail.com)

A saúde mental da adolescência negra é área de conhecimento das ciências da saúde que não foi atribuída relevância, temática com escassez em produção de conhecimento científico. Assunto muitas vezes negligenciado por pesquisadoras (es), estudantes de graduação e profissionais da área da saúde no Brasil. O trabalho visa retratar informações sobre os processos de produção desse campo investigativo com o objetivo de auxiliar pesquisas e contribuir para a formulação e gestão de políticas públicas adequadas às necessidades registradas nos índices sociais e de saúde mental da população negra no Brasil. Atentar para a questão racial é promover cuidados em saúde, levando em consideração à singularidade de cada sujeito, respeitando o direito humano e as diretrizes do SUS.

RESUMO - GT 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE PÚBLICA E CÂNCER
(COORDENAÇÃO: DRA. KASSIA SIQUEIRA)

**A ATUAÇÃO DO(A) ENFERMEIRO (A) FRENTE À PREVENÇÃO PRIMÁRIA
CONTRA O CÂNCER DE MAMA: COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS
INTERFEREM NESTA ESTRATÉGIA TÃO PRIMORDIAL?**

Laís Vieira Lima (enfermlaisvieira@gmail.com)

Este trabalho trata-se de um estudo sobre a atuação do(a) enfermeiro(a) frente à prevenção primária contra o câncer de mama e sobre como as Políticas Públicas interferem nesta estratégia tão primordial. Analisamos a definição de câncer de mama e alguns fatores de risco que colaboram no desenvolvimento do mesmo e de como o enfermeiro age frente à prevenção primária contra o câncer de mama. Problematisamos as Políticas Públicas e o modo como influenciam no âmbito da saúde pública. Buscamos pensar a importância da assistência integrada entre o Enfermeiro e o paciente, resultando em dificuldades no tratamento no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DE VELHOS: UM ESPAÇO DE REMINISCÊNCIA E
RESISTÊNCIA**

Sandra Rabello De Frias (srabello.uerj@gmail.com)

Este resumo foi escrito a partir de uma pesquisa de mestrado, em que foi realizado um estudo teórico conceitual sobre o envelhecimento e as grandes mudanças que acompanham este processo em nossa sociedade, enfatizando as implicações frente à institucionalização dos velhos. Tomando como base considerações acerca do fenômeno do envelhecimento no Brasil, a pesquisa buscou analisar o contexto dos abrigos de velhos e os cuidados realizados pelas Instituições de Longa Permanência. O nosso objeto geral foi fazer uma reflexão sobre os aspectos sócio-históricos que constituem uma instituição de acolhimento de velhos e as repercussões do processo de institucionalização sobre os sujeitos envelhecidos e fragilizados. Os objetivos específicos foram: descrever as práticas gerontológicas exercidas nas ILPIs e as nuances conquistadas pela percepção sobre o processo do envelhecimento; problematizar a velhice institucionalizada de um modo interdisciplinar; apresentar os aspectos psicanalíticos que incidem sobre o mal estar de envelhecer na contemporaneidade; pesquisar as questões relativas ao enclausuramento, reminiscência e resistência. Para desvendar com maior profundidade o espaço institucional de velhos, utilizamos como conceitos centrais, as noções de instituição total, poder disciplinar e mal-estar na cultura, respectivamente de Goffman, Foucault e Freud. Nossa metodologia foi revisitar teoricamente as práticas de confinamento, fazendo uso do cinema surrealista como problematizador do tema proposto. O resultado deste trabalho examina, por meio de um olhar crítico, as relações de poder e cuidado engendradas pela

institucionalização de idosos, problematizando o conhecimento sobre as instituições de acolhimento de idosos, a fim de propor uma “ética do existir”, que necessita ser acolhida por um cuidar que dê espaço ao desejar, resistir e relembrar.

**ONCOLOGIA E CUIDADOS EM SAÚDE NO DOMICÍLIO: REFLEXÕES
SOBRE OS ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS**

Luciana Rodrigues Gonçalves (luciana_seso@hotmail.com)

O presente trabalho integra a pesquisa sobre “Atenção Domiciliar no Sistema único de Saúde e Serviço Social”, oportunizada pela inserção no mestrado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem por objetivo discutir sobre as perspectivas da atenção domiciliar no campo oncológico e refletir sobre os dilemas dos itinerários terapêuticos. Para tanto, será desenvolvida pesquisa qualitativa, com análise narrativa de bibliografia. Com a Estratégia Saúde da Família da Atenção Básica as ações de prevenção e promoção foram ampliadas significativamente, mas as dificuldades dos usuários em percorrer o itinerário terapêutico e acessar os serviços necessários as suas demandas de saúde evidenciam que prevalece a perspectiva hegemônica biomédica, burocratizada e focalizada. Um exemplo disso é o perfil dos usuários que buscam cuidados oncológicos – alta complexidade, que apresentam doença avançada, e muitas vezes fora de possibilidade de cura. Neste sentido, a oferta de cuidados de saúde no domicílio dos usuários dos serviços tem a perspectiva de ampliar o acesso daqueles que se encontram impossibilitados de comparecer aos serviços, não apenas por limitações físicas, mas também por uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Também possui grande potencial para a articulação da equipe com os equipamentos das políticas sociais dos territórios e também de interação da equipe de saúde com a rede de cuidados familiar e/ou comunitária.

RESUMO - GT 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE PÚBLICA E CÂNCER
(COORDENAÇÃO: DRA. KASSIA SIQUEIRA)

**OUTUBRO ROSA: UMA AÇÃO DE CUIDADO NO CENÁRIO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Brenda Freitas Pontes (brendafreitasfp@gmail.com)

Rosana De Carvalho Castro (rocar.castro@ig.com.br)

Jane Quitete (janebq@oi.com.br)

Belisa Maria Santos Da Sila (belisa.santos@hotmail.com.br)

O controle do câncer de mama vem sendo uma das prioridades na agenda Política Nacional de Saúde, vindo a ser uma temática de políticas públicas desenvolvida no Brasil desde meados dos anos 80. Este trabalho tem como objetivo relatar as ações realizadas no Outubro Rosa e a sua ação de cuidado no cenário das políticas públicas de saúde. Como método, adotamos o relato de experiência da realização do Outubro Rosa no Consultório de Enfermagem no período de 16 a 20 de outubro de 2018 oferecido pelo Projeto Saúde Sexual e Reprodutiva das Usuárias do Consultório de Enfermagem do Campus Universitário da Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras, submetido ao Comitê de Ética do Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) tendo sido autorizada CAAE nº: 93546617.3.0000.5243. Como resultados obtidos, foram atendidas 41 mulheres, sendo 1 jovem de (15 a 24 anos), 27 adultas (de 24 a 59 anos) e 10 idosos (acima de 60 anos). Houve a solicitação de 11 ultrassonografias mamárias e 11 mamografias. Conclui-se que a atividade teve extrema relevância, pois enfatizou a conscientização das mulheres através de práticas educativas de cuidados com a saúde. Bem como, ações de prevenção e rastreamento do câncer de mama.

RESUMO - GT 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE PÚBLICA E CÂNCER
(COORDENAÇÃO: DRA. KASSIA SIQUEIRA)

**PREVENÇÃO AO CÂNCER E A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
(ESF): RELATO DE EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
EM ONCOLOGIA**

Thaís Cavalcanti Marques (thais_marques@globo.com)

Joyce Helena Martins Leal (joyce.leal@hotmail.com)

Brenda Gomes Dos Santos (santosbrend@hotmail.com)

Este trabalho trata-se de um relato de experiência que busca analisar as atividades discentes no Programa de Residência Multiprofissional em uma instituição de referência no tratamento oncológico no Brasil, destacando as vivências propostas pelo módulo do eixo transversal intitulado Educação em Saúde. O módulo de Educação em Saúde visa discutir ações de prevenção e promoção da saúde junto à população que reside em determinadas áreas programáticas do Rio de Janeiro, sobretudo em favelas. Esse módulo ocorre em parceria com as Estratégias de Saúde da Família - ESFs, da atenção primária, que atua na prevenção e detecção precoce dos casos. Para a realização das atividades, os coordenadores do módulo dividiram os residentes em grupos multiprofissionais, objetivando que os discentes analisassem a realidade do território, planejassem e executassem atividades educativas junto aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), tendo como foco principal a temática do câncer. Com isso, foram realizadas atividades visando a troca de conhecimentos entre os residentes e os ACSs, com dinâmicas de grupo e apresentação oral dialogada. Inferimos que tal experiência proporcionou uma soma de saberes e enriquecimento de todos os atores envolvidos, demonstrando o valor da multidisciplinaridade e da democratização do conhecimento, sobretudo em relação aos ACSs, os quais auxiliam na interlocução entre população e serviços

através do acompanhamento e socialização de informações. Ações como essa tornam possível dar respostas eficazes às questões complexas que envolvem o cenário da Saúde, defendendo o direito dos usuários e a qualificação da prática profissional.

RESUMO - GT 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE PÚBLICA E CÂNCER
(COORDENAÇÃO: DRA. KASSIA SIQUEIRA)

**SERVIÇO SOCIAL E ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS: UM ESTUDO DE CASO
A PARTIR DA CLÍNICA DE NEUROCIRURGIA**

Brenda Gomes Dos Santos (santosbrend@hotmail.com)

Joana Polycarpo Torres (joanapolycarpo@hotmail.com)

Joyce Helena Martins Leal (joyce.leal@hotmail.com)

Thayana Christina De Castro Miller (thayana.uerj.pet@gmail.com)

Este estudo de caso justifica-se pela complexidade da situação apresentada nos atendimentos realizados pelo Serviço Social na enfermaria da Clínica de Neurocirurgia em uma Unidade de Atendimento Oncológico de referência no estado do Rio de Janeiro. O estudo traz importantes questões sobre relações familiares que contribuem para compreendermos que o atendimento ao usuário acometido por doença oncológica perpassa os muros dos hospitais, sendo necessário um olhar apurado ao contexto social e familiar. Objetiva-se refletir sobre o exercício profissional do Assistente Social com famílias no campo oncológico entendendo, portanto, as complexidades existentes. As informações foram coletadas através dos atendimentos durante todo o processo de internação da usuária. Trata-se de um Estudo de Caso analisado a luz do referencial teórico do materialismo histórico-dialético.

RESUMO - GT 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE PÚBLICA E CÂNCER
(COORDENAÇÃO: DRA. KASSIA SIQUEIRA)

**SERVIÇO SOCIAL E ONCOLOGIA: UMA IMPORTANTE QUALIFICAÇÃO
PARA ASSISTENTES SOCIAIS NO CAMPO DA SAÚDE**

Bruno Oliveira Da Silva (obruno2006@hotmail.com)

Cristiane Maria Da Costa Fernandes (cris.fernandes@yahoo.com.br)

Gabrieli Branco Martins (gabrielimartins@id.uff.br)

Luciana Rodrigues Gonçalves (luciana_seso@hotmail.com)

Priscilla Bezerra Da Silva Dos Santos Maia (priscillabssmaia@gmail.com)

A saúde é uma importante área de atuação para assistentes sociais desde a gênese da profissão na década de 1930. Em 2005, com a criação das Residências Multiprofissionais em Saúde, foi oportunizado aos assistentes sociais se qualificar em diversas especialidades dentro da saúde, dentre elas a Oncologia. O adoecimento por câncer acarreta profundas mudanças tanto no paciente quanto na família que, por muitas vezes, se depara com a premente necessidade de ter acesso a direitos sociais e serviços públicos que possam atender adequadamente às demandas ocasionadas ou agravadas pelo tratamento oncológico. Neste sentido, a formação continuada do assistente social na Oncologia se faz indispensável, visto a complexidade e especificidades da própria doença. Com o aumento da expectativa de vida da população, o câncer já não é mais considerado uma doença rara, sendo necessário ter profissionais qualificados para trabalhar neste campo. Sendo assim, a adesão da educação permanente na atenção oncológica é fundamental, visto que os fatores ambientais, alimentares, habitacionais, laborativos, entre outros, são na grande maioria das vezes determinantes para o adoecimento, bem como, serão decisivos também após os procedimentos mais comuns realizados nas instituições de saúde voltadas para este fim. Em se tratando da vida, a

dinamicidade das relações e seus desdobramentos é um vetor de extrema importância, logo, é necessário estar em constante análise das intervenções realizadas. Assim, este resumo visa discutir a qualificação de assistentes sociais na oncologia sob o novo perfil de educação continuada que as residências multiprofissionais imprimiram na qualificação em saúde no Brasil.

RESUMO - GT 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE MENTAL E DROGAS
(COORDENAÇÃO: DOUTORANDA ZELIA CALDEIRA)

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS USUÁRIOS DE
ÁLCOOL E DROGAS DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA**

Cibele Araujo Da Silva (cibele_araujoctj@hotmail.com)

Ramona Marcelle Dos Santos Lavouras (ramona_marcelle@hotmail.com)

Vanessa Cristina Dos Santos Saraiva (vancristinasaraiva@gmail.com)

Este estudo propõe problematizar a existência e a eficácia das políticas públicas direcionadas aos usuários em uso abusivo de álcool e outras drogas. Tais políticas coexistem com entraves como o proibicionismo, a moralização, o avanço de práticas religiosas neoconservadoras e a ausência ou redução de recursos orçamentários, por parte do Estado, para esse tipo de atendimento. Nesse contexto, buscaremos analisar tais práticas no município de Seropédica. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica. Verificamos que o Estado tem se desresponsabilizado diante do agravamento do uso abusivo de drogas e que o cuidado em saúde está sendo atravessado pelo avanço conservador.

**COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NA REDE DE ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL: AS CONTRADIÇÕES E OS IMPACTOS DESTAS
INSTITUIÇÕES NO ÂMBITO DA “NOVA” POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL**

Dominique Nunes Almeida (dalmei.nunes@gmail.com)

Usando como base a defesa da Reforma Psiquiátrica e admitindo como pressupostos as diretrizes da luta antimanicomial, busca-se problematizar as modificações realizadas na Política de Saúde Mental pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Para tanto, utilizar-se-á, como eixo principal, a análise das Comunidades Terapêuticas considerando-se que as mesmas estão sendo reforçadas, mesmo após diversas denúncias de violação de direitos humanos, como a realizada pela publicação do Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - em outubro de 2017 - que comprovam que os objetivos perseguidos por estas não são os mesmos que os de uma política que visa o cuidado integral à saúde. Outrossim, considerar-se-á que o trabalho realizado até essas mudanças na Política Nacional de Saúde Mental trouxeram uma revolução para o cuidado de pessoas com transtornos mentais no Brasil, acarretando em transformações legislativas importantes e proporcionando o começo de um trabalho de reparo por anos de institucionalização em um modelo hospitalocêntrico e asilar.

O percurso metodológico priorizará a utilização das técnicas de levantamento de dados através de literatura concernente à Política de Saúde Mental e sua legislação. Atentar-se-á também a outras instituições que abordem as questões apresentadas, cotejando a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, pessoas que estiveram internadas nesses serviços e profissionais dessas instituições, buscando realizar uma análise conjuntural da

Política de Saúde Mental. Intui-se que seja possível alicerçar as análises sinérgicas do trabalho realizado pelas Comunidades Terapêuticas no âmbito da saúde mental e as correlatas e subsequentes externalidades aos usuários, familiares e os profissionais.

RESUMO - GT 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE MENTAL E DROGAS
(COORDENAÇÃO: DOUTORANDA ZELIA CALDEIRA)

**ENTRE A PROTEÇÃO E A VIOLAÇÃO: ANÁLISE DE CASOS DE
ADOLESCENTES USUÁRIAS DE DROGAS GRÁVIDAS**

Luana Da Silveira (luanadasilveira76@gmail.com)

Matheus Neto Peixoto (peixemn@hotmail.com)

Este trabalho se propõe a problematizar a aliança entre medicina e justiça na produção de saberes e práticas sobre jovens usuárias de drogas grávidas, que transitam entre unidades de acolhimento institucional e atenção estratégica da assistência e saúde. A partir do referencial institucionalista e foucaultiano, discute-se dois casos analisadores de adolescentes acompanhadas pela rede de atenção psicossocial infanto-juvenil em Campos dos Goytacazes. O entrecruzar de preconceitos acerca das diferenças em suas trajetórias acarretou consequências, que legitimaram a atuação de tais saberes, chegando em um dos casos à própria negativa ao direito à maternidade. A continuidade de acompanhamento dos casos aponta efeitos na subjetivação da trágica experiência de afastamento compulsório. Suscita diversos desafios às políticas públicas, tanto macro como micro, sobre o limiar entre proteção/ cuidado e violação/ violência, o que nos compromete com a produção de novos saberes e práticas que não repitam essas histórias e que se pautam na garantia de direitos humanos.

RESUMO - GT 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE MENTAL E DROGAS
(COORDENAÇÃO: DOUTORANDA ZELIA CALDEIRA)

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM PROBLEMA SOCIAL ALIADO AO
USO DE DROGAS**

Cintia Nazare Oliveira Pires (cintiaarielle@yahoo.com.br)

O presente resumo visa abordar a gravidez precoce, considerada por integrantes da saúde pública do Estado como um problema social, e o drama das jovens e adolescentes grávidas viciadas em drogas e em situação de rua, além de estabelecer uma relação entre a polêmica existente entre a justiça e a genitora no momento da retirada das crianças das mães assim que nascem. A pesquisa de campo foi realizada na cracolândia do Jacarezinho, localizada no município do Rio de Janeiro, tendo como metodologia utilizada na pesquisa a qualitativa, através de observação e entrevista por se aproximar da realidade e do contexto social e histórico dos sujeitos, além de utilização bibliográfica de diversos autores.

RESUMO - GT 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE MENTAL E DROGAS
(COORDENAÇÃO: DOUTORANDA ZELIA CALDEIRA)

**O GOVERNO DOS CORPOS DOS USUÁRIOS DE DROGAS: A PRODUÇÃO
DE UM NOVO INIMIGO SOCIAL**

Zelia Freire Caldeira (zfcaldeira@hotmail.com)

As abordagens sobre o consumo de álcool e outras drogas apresentam, em sua grande maioria, uma ótica predominantemente médica/psiquiátrica e/ou moral/jurídica, sendo as implicações sociais, psicológicas, econômicas e políticas pouco abordadas. Aqui, busca-se problematizar os arranjos para lidar com esse “novo inimigo social”, “o drogado” (em especial, os usuários de crack) produzido através de articulações forjadas entre risco, periculosidade, racismo de Estado e de sociedade, disciplinas amansadoras das condutas e medicalização da saúde. O debate prioriza o estudo das lógicas presentes nas práticas de cuidados das gestantes usuárias de crack nos serviços públicos do Rio de Janeiro e as análises têm como suporte as propostas conceituais de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, que tratam das relações de poder, das produções subjetivas, da sujeição, das análises cartográficas e do lugar da ética.

RESUMO - GT 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE MENTAL E DROGAS
(COORDENAÇÃO: DOUTORANDA ZELIA CALDEIRA)

**PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE O
ATENDIMENTO DE MULHERES QUE FAZEM USO PREJUDICIAL DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA
DA AP 3.1 NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Bruna Maria Dantas Caravina (bruna.caravina@gmail.com)

Um grande número de pesquisas vem demonstrando a necessidade de estudos mais direcionados às diferenças de gênero nas intervenções e cuidado com os usuários que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas visto que existem diferenças nos padrões e fatores desencadeantes do uso, estigmas e vulnerabilidade e acesso e aderência ao tratamento. O estudo tem como objetivo conhecer as percepções dos profissionais de saúde da atenção básica da área programática 3.1 sobre o atendimento de mulheres que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. A metodologia utilizada será uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório utilizando-se como instrumento a entrevista semi estruturada com profissionais de saúde, sobre práticas e concepções a respeito do uso prejudicial de álcool e outras drogas por mulheres. A relevância da pesquisa se dá por reconhecer que as mulheres que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas constituem um subgrupo diferenciado, com características e necessidades específicas, tanto para diagnóstico como para tratamento, dentro de um problema de saúde pública e social que é o uso de drogas.

RESUMO - GT 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE MENTAL E DROGAS
(COORDENAÇÃO: DOUTORANDA ZELIA CALDEIRA)

**TRABALHADORES DE SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL NA
BERLINDA: DESAFIOS À ATENÇÃO PSICOSSOCIAL COM
ADOLESCENTES USUÁRIOS DE DROGAS**

Matheus Neto Peixoto (peixemn@hotmail.com)

Luana Da Silveira (luanadasilveira76@gmail.com)

O presente trabalho se propõe a compartilhar entraves na atuação de trabalhadores da rede de atenção psicossocial infanto-juvenil na construção e legitimação de projetos terapêuticos de intervenção junto à usuários com questões relacionadas ao uso de drogas. O lugar ambíguo que o tema ocupa nas políticas públicas, entre questão de polícia ou saúde, traz limitações à atuação frente a justiça e dificuldade na legitimação das propostas a partir da lógica da redução de danos. Ressalta-se ainda o não reconhecimento da rede de assistência especializada (CREAS) no compartilhamento do acompanhamento de tais casos, vistos como questões de saúde mental “stritosenso”, sobretudo quando não verifica-se haver grandes questões de saúde com o uso e onde outros fatores sociais tem grande impacto seja no uso ou no envolvimento de tais jovens junto ao tráfico de drogas. Ainda, a patologização do envolvimento de tais jovens junto o tráfico, desconsiderados os fatores psicossociais evidenciam o quanto a medicalização e criminalização são os modos a partir dos quais se enxerga e opera sobre essas formas de adolecer.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**"NO PEITO E NA RAÇA" - ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES
AFIRMATIVAS NO BRASIL**

Gabriel Pinheiro De Siqueira Gomes (gabrielsiqueira19@hotmail.com)

O presente trabalho científico trata da experiência de Políticas Afirmativas, leia-se reserva de vagas, democratização e acesso ao ensino superior (2002 – 2013), observando o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esta pesquisa propõe investigar as Políticas Afirmativas e suas aplicações na UERJ, assim como os caminhos e as modalidades deste sistema, relacionando à temática racial, uma vez que tais políticas surgem com este viés.

A pesquisa observa ainda tais medidas de ação afirmativa, enquanto políticas públicas compensatórias na esfera do Estado. Alguns eixos da discussão se apresentam em um histórico das políticas afirmativas, correlacionadas a temática racial brasileira e breve abordagem sobre os censos nacionais; análise das transformações e disputa pelas políticas públicas de educação no âmbito do Estado; por fim, uma observação mais profunda sobre os dados, legislação, pesquisas e avaliações do sistema de cotas, teses e dissertações produzidas por especialistas e por órgãos do Estado e da Universidade.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

A EFICÁCIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Laura Da Silva Oliveira (marialaura.mkt@gmail.com)

Alberto Quintanilha Alves Da Silva Correia (albertotus@hotmail.com)

Cristiane Silva Do Nascimento Pereira (profcristianepereira@outlook.com)

Tatiana Gregório Campos (tatianagca@gmail.com)

Patrícia Mariano Queiroz (mariano.queiroz@uol.com.br)

Jimmy De Oliveira Correa (jimcor@terra.com.br)

Este resumo foi elaborado a partir de uma pesquisa sobre o direito à educação e sobre a percepção da sua eficácia no âmbito social, considerando as ações que se realizam por meio das políticas públicas, buscando analisar a seguinte questão: Como a regulamentação que rege o direito à educação no Brasil pode produzir o efeito esperado e de que forma as políticas públicas podem contribuir para a efetivação das leis regentes? O objetivo geral da pesquisa é a realização de investigação sobre o direito à educação e sobre as políticas públicas realizadas em prol da sua eficácia. Os objetivos específicos são: A elaboração de um repositório com as principais normas referentes ao direito à educação, discutindo os pontos fundamentais da legislação analisada; Propor políticas públicas que favoreçam ao cumprimento do direito à educação e, em consequência, colaborem para a melhoria das ações realizadas para tal fim.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**A POLITICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO CAMPO DE
SUBJETIVAÇÃO: UMA QUESTÃO DA PSICANÁLISE**

Livia Silva Teixeira (liviasteixeiramgbz@gmail.com)

A proposta de Educação em tempo Integral tem sido um ideal presente nas discussões brasileiras sobre formulações educacionais que visem através da ampliação da jornada escolar minimizar as defasagens de aprendizagens. A ação de estender o tempo e o espaço escolar não garante um projeto de Educação Integral do homem que contemple suas múltiplas dimensões. Neste cenário, considerada uma política de governo, é através do Programa Novo Mais Educação criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e reafirmado por meio do Decreto nº 7.083/2010 que a proposta de ampliação da jornada escolar se consolida nas escolas públicas brasileiras. Desse modo, o presente trabalho se orienta sobre uma pesquisa de mestrado propondo uma interlocução entre Psicanálise e Educação a fim de investigar como PNME se constitui como campo de subjetivação para crianças e adolescentes. É a partir da concepção de sujeito proposta pela psicanálise que interrogamos o campo de subjetivação dos sujeitos inseridos nessa proposta de extensão do tempo e do espaço escolar, o lugar da formação integral do sujeito, analisando os discursos imbricados no processo de escolarização que regulam os laços sociais, os pontos de ancoragem subjetiva desses discursos e a cadeia de significantes que interpelam o sujeito nesse modelo de educação que redimensiona o tempo e o espaço escolar. Propõe-se uma incursão teórica nas obras de Freud e Lacan considerando os processos educacionais e da subjetivação humana como sendo no campo da linguagem; nas reflexões teóricas de Hanna Arendt que tratam dos

contextos sociais e políticos ligados educação e autores contemporâneos que empreendem uma investigação psicanalítica enlaçando educação e política.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**A RESPONSABILIZAÇÃO EM XEQUE: O DISCURSO DO ADOLESCENTE
EM SEMILIBERDADE NO EXERCÍCIO DA FALA**

Maria Geni Rangel Leite (maryangels.rangel@gmail.com)

Neste estudo pretendemos evidenciar a fala do adolescente autor de ato infracional como questionadora do discurso que parece vigorar para ele, e que em sua perspectiva afeta o seu desejo de agir de acordo com a Justiça humana. Discorreremos sobre a fala, a partir da perspectiva filosófica, iniciando pela negatividade socrática e elegendo a contribuição teórica de Foucault para a análise institucional, em sua relação com os mecanismos de poder que perpassam e movimentam os discursos do poder, em como estes circulam, e como são capazes de segregar e subtrair a palavra. As fábulas e os relatos clínicos oriundos da prática socioeducativa dialogam com a abordagem de autores de orientação psicanalítica, destacando Freud e Lacan. A Psicanálise nos permitirá analisar a responsabilização do sujeito no seu próprio discurso, que revela a linguagem enigmática do inconsciente. Observaremos em cada relato clínico do adolescente em semiliberdade, participante nos grupos de reflexão em que a fábula serviu de convite à fala, que é dele mesmo que se trata em sua fala, ou seja, do que pensa, sente, de seu romance familiar, de sua sina, e também de como a responsabilidade o intima, o revoluciona e se enuncia para ele.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**ADOLESCÊNCIA E DISCURSO INFRATOR: UMA LINGUAGEM DE
SEGREGAÇÃO QUE SE REVELA E SE PROPAGA PELA TRANSMISSÃO
ORAL**

Maria Geni Rangel Leite (maryangels.rangel@gmail.com)

Durante aproximadamente dois anos (2011 a 2013), grupos de reflexão foram realizados com narrativas de fábulas e jogos de faz-de-conta em uma unidade de internação do Degase. A pesquisa de campo e o diário de atuação profissional do psicólogo compõem os relatos clínicos e as observações da repetição, substituição e omissão de termos na fala dos adolescentes em que o verbo Pagar ganha destaque. O que nos indicaria esta exigência de repetição em que a violência é o Significante mais perturbador que marca, literalmente, o transgressor deste linguajar, de comando anônimo, no real do seu corpo? A filosofia de Kierkegaard e a psicanálise de Freud e Lacan contribuem para se discorrer sobre A repetição. Lacan (1998, p. 535) afirma que “lá, onde a fala se demite, a violência entra e reina” e ainda, “[...] que todo discurso é prenhe de consequências.” (Lacan, 1968/2008, p. 33). Nesse sentido, toma-se em consideração a análise do discurso para com base nessas falas, em grupo ou individualmente, defender a tese que há uma linguagem de segregação que se revela e se propaga pela transmissão oral no cotidiano da socioeducação de adolescentes internados. A implementação da regularidade de espaços de conversação torna possível às subjetividades adolescentes silenciadas no confinamento que possam falar com a “liberdade de espontaneidade” fazendo comparecer o sujeito adolescente em questão. (Arendt, 2013). Indaga-se ainda: Devem ser trabalhadas as relações de linguagem durante o processo socioeducativo dos adolescentes internados?

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR: UM APORTE
PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E
REGIONAL**

Sonia Maria Hey (prof_sonia@camporeal.edu.br)

Edson Aires Da Silva (reitor@camporeal.edu.br)

Argos Gumbowsky (argos@unc.com.br)

A relevância dos processos de autoavaliação institucional no ensino superior como meio para o desenvolvimento institucional e regional é o propósito da investigação deste estudo. Objetiva discutir os processos de autoavaliação institucional no âmbito de políticas públicas de avaliação do ensino superior e sua articulação com o desenvolvimento regional, em uma perspectiva sociológica. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, teve como suporte a análise documental. Está estruturada a partir da descrição da autoavaliação institucional no ensino superior brasileiro, suas normativas, compromissos, contextos, e a articulação entre ensino superior e desenvolvimento regional. A atualização do programa passa pelas análises que o acompanham historicamente e refletem em suas normativas no sistema federal de ensino. O estudo apresenta convergências e contradições entre organizações multilaterais e órgãos governamentais nacionais na construção e/ou condução das políticas públicas para a avaliação institucional, o ensino superior e o desenvolvimento regional. A identificação das fragilidades e potencialidades das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e o processo avaliativo posicionado como diferencial, pode ser meio para orientação das instituições na redefinição constante de seus objetivos, metas e prioridades

acadêmico/científicas e sociais. Observados os princípios fundamentais da continuidade e da participação, podem ser aprofundados aspectos revelados, ampliado o universo da avaliação, promovida e revelada a evolução institucional e local. Contrariando as concepções que imprimem à avaliação institucional caráter regulador e redutor, o processo de autoavaliação institucional pode demonstrar caráter construtivo, democrático/participativo. Valoriza-se a instituição e o desenvolvimento, enquanto aspecto fundamental e principal propósito. O cumprimento e fortalecimento dos compromissos da avaliação institucional no ensino superior para com a melhoria da qualidade, de aprofundamento das responsabilidades sociais e na ampliação dos sistemas de planejamento e gestão institucional e regional, pode ser meio efetivo de participação articulada do Estado com a sociedade.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**CURRÍCULO E MODELO ESCOLAR: SISTEMA PANÓPTICO E ETHOS
HEGEMÔNICO**

Marcos Borges Dos Santos Júnior (cunhajp2013@gmail.com)

Marco Aurélio Da Conceição Correa (marcao_cp2@hotmail.com)

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca das preposições compostas no currículo e modelo escolar nas instituições de ensino do Brasil. Partindo de um ensaio teórico, caminharemos em 4 tópicos: (1) Sistema panóptico e o modelo escolar brasileiro; (2) algumas considerações sobre noção de identidade e cultura; (3) Revisitando a pedagogia interétnica: contra a hegemonia e um novo currículo; (4) O currículo como possibilidades pedagógicas. Para transgredir com os valores hegemônicos produzidos pela modernidade, devemos caminhar para uma reflexão crítica e pertinente do contexto brasileiro, defendendo um currículo e modelo escolar que sejam produzidos e (re)pensados pela comunidade, tendo como objetivo a luta antirracista.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

DEVIR REVOLUCIONÁRIO: OUTROS OLHARES SOBRE AS PRÁTICAS

Ângela Maria Gomes Ribeiro Fernandes (angelafernandes606@yahoo.com.br)

Neste resumo coloco em análise a microfísica dos acontecimentos cotidianos da escola. É com o olhar curioso e investigativo que revejo e releio as práticas pedagógicas da minha geração, buscando identificar as técnicas utilizadas pelas escolas que foram palco para nossas histórias de vida. Questiono a relação que está posta desde a emergência da escola: de enquadramento, de resistência, de subserviência, de insurgência, de difusão de um único modelo de sociedade; relação de poder centralizador que avaliza um discurso considerado científico. Trata-se de uma análise que se propõe a passar por fora das instituições cristalizadas, percorrendo as tecnologias de poder que as produziram. Discuto a afirmação de certos saberes, produtores de subjetividades obedientes, sistematicamente atravessadas por práticas de resistência, problematizando e questionando as verdades produzidas, no sentido de possibilitar a invenção de outras práticas num devir-revolucionário.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LÓGICA PENAL NA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Estela Scheinvar (estelascheinvar@gmail.com)

Lukas Lobo Santos (lobolukkas@gmail.com)

No contexto do projeto de pesquisa “Estado de direito e judicialização da vida: atravessamentos entre as práticas do conselho tutelar e da escola”, este trabalho se propõe a apresentar alguns elementos sobre a lógica penal na organização da escola no Brasil do século XIX. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre as práticas pedagógicas que, em meados do século XVIII, com as reformas do Marquês de Pombal (1759), buscavam garantir um novo método de instrução pública no país imperial. Percebe-se a intenção de afastar a pedagogia jesuítica do ensino, definindo o método mútuo ou lancasteriano como exemplar. Tendo como principal objeto as relações penais nas escolas, verificamos que Joseph Lancaster (1778-1838) afirma privilegiar os castigos do tipo moral, em detrimento dos castigos físicos, tradicionais nas práticas pedagógicas, e permaneceram no método inglês. Para compreendermos tal transformação, analisamos o contexto histórico das medidas pombalinas e, a partir da obra de Gizlene Neder, percebemos que este período foi de transição para uma nova concepção do direito penal no denominado absolutismo ilustrado. Segundo Neder, este período também foi marcado pela centralidade do Estado nas técnicas de controle social.

Estudando a obra de Michel Foucault, fica claro que esta centralidade foi constituída a partir do que o autor chama de governamentalidade. Abordando autores como Conde Sangenis e Barros Almeida analisamos a influência destas

transformações na regulamentação da instrução pública primária e secundária que são absorvidas pela sociedade da Côte (1827-1889).

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

LÓGICA PENAL NA ESTRUTURAÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL

Estela Scheinvar (estelascheinvar@gmail.com)

Lukas Lobo Santos (lobolukkas@gmail.com)

Rafael Da Cruz (rafacruz23@gmail.com)

Wbemar Rayff Da Silva (raayff1@gmail.com)

O presente trabalho apresenta análises sobre a primeira regulamentação das escolas no Brasil, produzida com a promulgação da Lei de Primeiras Letras, de 1827. Para tanto utilizaremos, além do texto legal, documentos da Inspeção de Instrução Pública Primária e Secundária da Corte, do século XIX, hoje sob a guarda do Arquivo Nacional. Documentos que apresentam os termos dos primeiros regimentos internos das escolas. Um trabalho documental que mostra que a lógica penal, presente na organização da sociedade burguesa como forma de regulação de conduta, atravessa a institucionalização das práticas pedagógicas. Assim, entender as produções subjetivas, acessando práticas que se atualizam na governamentalização da infância e da juventude, evidencia políticas de produção de relações pedagógicas sustentadas em um saber que acompanha as formas de controle biopolítico da sociedade dos séculos XIX e XX. Autores como Michel Foucault, Cesare Beccaria e Joseph Lancaster são fundamentais para as análises realizadas.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

MAL-ESTAR DOCENTE: A ANGÚSTIA NO COTIDIANO DAS RELAÇÕES ESCOLARES

Roberta Duarte Dos Santos (bertaduarte4@hotmail.com)

Damarys Decothé Nascimento (damarys_dn@yahoo.com.br)

A pesquisa tem como premissa analisar as práticas docentes articulando a matriz da psicanálise freudiana com a educação, a partir da observação do lugar em que a angústia se produz no cotidiano das relações escolares. O malestar docente é, portanto, objeto de estudo e investigação: como é constituído no dia a dia de sua prática e as problemáticas dos profissionais da educação, com ênfase em suas queixas. O cotidiano escolar e as demandas apresentadas pelos alunos e pela sociedade aos professores trazem conflitos psíquicos a estes, que não conseguem corresponder a imagem idealizada da profissão e manter a autoridade e posição de mestre. Nesta relação, a angústia advinda desse mal-estar, indica o sentimento de desamparo do professor no exercício da prática educativa e pedagógica e a sua demanda de reconhecimento, dirigida ao outro. Partindo dessa premissa justificamos nosso interesse pelo depoimento dos educadores. Através da escuta nesse locus é possível entender que os sintomas deste mal-estar estariam relacionado a problemas pessoais, os quais são somados às dificuldades vividas em seu ambiente de trabalho, onde muitas vezes demonstram incapacidade de lidar com as frustrações que são geradas. Utilizamos como metodologia conversações com docentes em rodas de conversas mensais no colégio IEPIC em Niterói. Os processos de desgaste físico e mental dos professores representam consequências negativas não somente para os próprios professores, mas também para o aluno e para o sistema de ensino.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**MATEMÁTICA MODERNA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NO ENSINO NORMAL (1970-1975): ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
NA EDUCAÇÃO CONTINUADA**

Jonathan Machado Domingues (jonasmachado_@hotmail.com)

O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas no Curso de Formação de Professores no Ensino Normal (1970-1975). Os autores utilizados foram: Pinto (2008), que aborda a respeito da iniciação da formação do professor no contexto da matemática moderna, Domingues (2018), o qual afirma que a Matemática Moderna não era para uma classe social, mas para a sociedade como um todo, Garnica (2007) que aborda a respeito de educação, matemática e das políticas públicas, Plessim (2017), abordando o caráter histórico e social da profissão docente, Valente (2006; 2016) e França (2012), constituindo redes a respeito do Movimento da Matemática Moderna no Brasil. A metodologia utilizada foi a análise do acervo do Curso de Formação de Professores do Ensino Normal, excluindo-se as pastas referentes à legislação.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

O "PROJETO SEM VERGONHA" NO COLÉGIO ESTADUAL JULIA KUBITSCHEK

Mário Sérgio Monteiro De Souza (cejkaulabio@gmail.com)

Fátima Cristina Troyack Furtado (fatima_troyack@hotmail.com)

O Projeto Sem Vergonha, do Colégio Estadual Júlia Kubitschek, surgiu da experiência de uma campanha em parceria entre o Instituto Promundo, com o Grupo Gestor Estadual do Rio de Janeiro do Programa Saúde e Prevenção na Escola e a SEEDUC RJ. Foi lançado em 2013, inicialmente no formato de campanha, em nove escolas da Rede Estadual de Educação, entre elas o Colégio Estadual Júlia Kubitschek e no ano de 2014, devido à grande receptividade dos alunos das escolas alcançadas. Em 2013, foi estendido para outras nove escolas com apoio das Secretarias de Saúde e de Educação do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas. Esperava-se atingir cerca de três mil alunos até o final do ano. Em nosso Colégio de Formação de Professores, anualmente 22 jovens da 1ª a 3ª série, que são os multiplicadores da campanha na escola participam de oficinas de sensibilização em gênero e saúde sexual e saúde reprodutiva, oficinas para criação de estratégias de comunicação para disseminação das mensagens e materiais da campanha "Sem Vergonha e Saúde Ambiental". Entre as ações previstas estão planos de ações, reuniões, gincanas, rodas de conversa, flashmob, esquetes teatrais, e apresentação em seminários, exposições, encontros, etc.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**O CAMINHO DA “ESCOLA LIVRE” NO ESTADO DE ALAGOAS: O
PROCESSO LEGISLATIVO REVELA RESISTÊNCIA AO VIÉS
CONSERVADOR DA LEI Nº 7.800/2016**

Sabrina Araujo De Souza (sassasouza@gmail.com)

O resumo propõe uma análise da decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o projeto Escola Sem Partido e sua possível influência na tramitação de projetos de lei já apresentados nos demais Estados da Federação. O movimento Escola Sem Partido orienta modelos de anteprojetos de lei voltados a coibir, sob a ótica do fundador, o “abuso intolerável da liberdade de ensinar” configurado pela utilização do tempo de aula “para ‘fazer a cabeça’ dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral”. Em âmbito estadual, a primeira lei foi promulgada em Alagoas: Lei nº 7.800, de 05 de maio de 2016. O caminho percorrido até sua promulgação revela que o viés conservador de suas normas encontrou bastante resistência desde o seu nascedouro, inclusive dentro do mesmo partido político. A autoria da iniciativa legislativa, o veto do Governador e a autoria do projeto de lei contrário à própria lei apresentam uma assinatura comum: PMDB, hoje novamente MDB. A reação dos corpos docente e discente viu-se retratada em manifestações populares ocorridas à época. O STF julgará, em 28/11/2018, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 5537 e nº 5580, ajuizadas respectivamente pelas Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Por força de decisão liminar, a vigência da lei alagoana está suspensa, sendo suas normas consideradas afrontosas à liberdade de ensinar, ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e à gestão democrática do ensino público, princípios expressos na Constituição Federal.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

O DOGMA DO “ESCOLA SEM PARTIDO” NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Cintia Nazare Oliveira Pires (cintiaarielle@yahoo.com.br)

O programa escola sem partido é um projeto de lei nº 867/2015 que está tramitando nacionalmente. É uma lei que, segundo especialistas da área da educação, instaura censura nas escolas, sendo conhecida também pela lei da mordada, que proíbe os docentes de emitirem a sua opinião. Portanto, o presente resumo aborda a dialética da educação libertadora de Paulo Freire e a estética baseada nos dogmas da escola sem partido na Educação de Jovens e Adultos, visto que os educandos não são sujeitos passivos e submissos, além de carregarem consigo experiências diversas vividas. Entre a teoria e a prática, entre a liberdade e a doutrinação, o objetivo versa no respeito aos indivíduos inseridos na educação de jovens e adultos e seu contexto histórico e social. Buscou-se também dialogar entre os discentes e docentes, a fim de gerar uma reflexão sobre a lei da mordada, que julga nos espaços formais haver a doutrinação dos saberes. A pesquisa de campo foi realizada numa escola estadual situada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, tendo como teor o método qualitativo realizado através de observação e entrevista, respeitando as subjetividades, pluralidades, diversidades dos sujeitos e o referencial teórico de diversos autores.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 E A FORMAÇÃO DOCENTE

Alberto Quintanilha Alves Da Silva Correia (albertotus@hotmail.com)

Cristiane Silva Do Nascimento Pereira (profcristianepereira@outlook.com)

Tatiana Gregório Campos (tatianagca@gmail.com)

Patrícia Mariano Queiroz (mariano.queiroz@uol.com.br)

Maria Laura Da Silva Oliveira (marialaura.mkt@gmail.com)

Fernanda Estevão Lourenço (nandaestevao86@gmail.com)

A discussão sobre a formação docente é um tema importante para que sejam tomadas medidas favoráveis para a melhoria na qualidade do ensino. A presente pesquisa se trata de um aprofundamento sobre o atual Plano Nacional de Educação e a formação docente. O objetivo geral da pesquisa é realizar investigação acerca do PNE, com suas diretrizes relacionadas à formação docente. Os objetivos específicos são a abordagem de todo o conteúdo do PNE 2014-2024 acerca da formação docente, a investigação sobre ela e a discussão sobre práticas direcionadas à operacionalização de estratégias em prol da sua realização. Faz-se, portanto, o seguinte questionamento: como as diretrizes do PNE 2014 - 2024 podem se efetivar em práticas para a educação docente? Para Nascimento e Reis (2017) é importante o ambiente institucional favorável para a realização de estratégias de integração e formação na aprendizagem da profissão e no desenvolvimento profissional dos novos professores. A meta 16 do PNE 2014-2024, apresenta estratégias que remetem ao entendimento das autoras. A meta 16 estabelece ações em prol de formação continuada,

considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Importa perceber que as definidas nas diretrizes do PNE 2014-2024 servem como subsídio para a realização de práticas que proporcionam qualidade e efetividade para uma boa formação docente. O Plano Nacional de Educação proposto pelo Poder Executivo em 1998 aborda o tema da valorização do magistério, buscando a salvaguarda de condições adequadas para formação, trabalho e remuneração dos docentes, realidade que favoreceria a um desempenho satisfatório do docente nas atividades educativas. Há de se perceber que uma melhor qualidade do ensino é condição indispensável para o exercício da cidadania.

A respeito da meta 1, é importante destacar que as estratégias de educação continuada e articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação precisam ser realizadas de maneira imediata, visto que proporcionarão resultados que tendem a ser bastante positivos. Também a meta 5 apresenta estratégia que visa a promoção e estimulação da formação, de forma continuada, para a alfabetização de crianças, citando a pósgraduação *stricto sensu*. A formação continuada também está na composição de estratégias da meta 7, que tem característica qualitativa e propõe política educacional voltada para a derivação de uma série de ações articuladas direcionadas ao controle da formação de professores.

O trabalho utilizou pesquisa pura, na qual se observa a aquisição do conhecimento de forma teórica (CORDEIRO, 2012) e exploratória, proporcionando conhecimento sobre assunto já conhecido, visto sob nova perspectiva (CASARIN; CASARIN, 2012).

O presente estudo demonstrou integralmente a abordagem do PNE 2014-2024 acerca da formação docente e realizou investigação acerca das metas e estratégias contidas na referida lei, discutindo práticas direcionadas à realização de políticas favoráveis. Concluiu que as diretrizes apontadas pelo PNE 2014-2024 apresentam favoráveis perspectivas no âmbito da formação docente, servindo como subsídio para a realização de práticas que proporcionam qualidade e efetividade para tal realidade.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PROINFÂNCIA EM
DOIS MUNICÍPIOS FLUMINENSES (QUATIS E RIO DE JANEIRO)**

Márcia De Oliveira Gomes Gil (marciagil@globo.com)

Andréa Relva Da Fonte Gonçalves Endlich (relvaendlich@gmail.com)

Vera Maria Ramos De Vasconcellos (vasconcellos.vera@gmail.com)

Este trabalho apresenta o cruzamento de duas pesquisas (ENDLICH, 2017; GIL, 2018) que integram o projeto “Políticas Educativas para Crianças de 0 a 3 anos nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro” (2016- 2019) , do Núcleo de Estudos da Infância: Pesquisa & Extensão (NEI:P&E/UERJ). As edificações do Proinfância (BRASIL, 2007) nos municípios de Quatis e Rio de Janeiro são os campos empíricos de investigação. O Proinfância é uma política pública federal de assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para a construção de unidades de Educação Infantil. Em Quatis, foi edificada uma unidade em convênio com o programa, a partir do projeto Tipo B. No Rio de Janeiro, as unidades construídas com tais recursos são chamadas Espaços de Desenvolvimento Infantil – EDI. Nesta municipalidade, entre os anos 2009 a 2016, foram construídas 190 edificações. Nas pesquisas o referencial sóciohistórico-cultural (VIGOTSKI, 2001, 2004, 2010) garante o caráter dialógico entre pesquisadores e sujeitos da investigação. Os instrumentos utilizados na produção de dados foram análise documental, observação de campo e Avaliação Pós-Ocupação. O período abordado neste artigo foi de 2016 a 2017 em Quatis e de 2014 a 2016 no Rio de Janeiro. No primeiro município, houve ampliação do atendimento educativo na creche, a partir do convênio com o Proinfância. No Rio de Janeiro, o aumento das matrículas privilegiou os

grupamentos de maternal, em detrimento do berçário. Conclui-se que o Proinfância foi fundamental para a ampliação de vagas nas creches desses municípios.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

POLÍTICAS PÚBLICAS E FORÇAS MILITARES: REFLEXÕES SOBRE O TEMA

Sabrina Celestino (anirbasuff@hotmail.com)

Este resumo busca propor algumas reflexões sobre a temática políticas públicas tendo por foco as Forças Militares. Considerando as ações elaboradas, geridas e executadas pelas Forças Militares brasileiras dirigidas ao seu público interno e, em momentos precisos, à sociedade civil nos indagamos sobre estas iniciativas e nos questionamos sobre a pertinência da utilização do conceito de políticas públicas para denominá-las. O questionamento proposto considera a finalidade, a dimensão e cobertura das ações, o desenho institucional conferido, o orçamento previsto e aplicado, bem como, o público-alvo destinatário e demandatário.

Para as elaborações partilhadas tomamos como premissa, o reconhecimento das Forças Militares como instituições públicas, nas quais são desenvolvidas ações relacionadas à sua função precípua de defesa nacional, segurança pública e defesa civil direcionadas pelo Estado brasileiro. No entanto, para além de suas atividades fins, as instituições referidas desenvolvem uma gama de ações e atividades assemelhadas às políticas sociais setoriais nacionais, tais como saúde, assistência social e educação. As considerações propostas vão ao encontro de inserir as Forças Militares, no debate sobre as ações e gestão pública no contexto nacional reconhecendo suas particularidades, mas buscando não apartá-las das demais instituições que compõem o Estado. Entre ações vinculadas às suas atividades fins e aquelas voltadas à proteção socioassistencial, nos questionamos sobre as fronteiras entre a atuação das Forças Militares e as demais instituições brasileiras. É possível inserir na relação civil/militar o princípio da intersetorialidade?

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL

Maynara Costa Barbosa Da Silva (maynaracbs@gmail.com)

Sérgio Luiz Baptista Da Silva (serggioluiz@uol.com.br)

Este trabalho busca problematizar o histórico do ensino de Língua Estrangeira no Brasil, desde o século XIX até o momento atual, analisando as medidas antigas e recentes no domínio das políticas públicas voltadas à educação no ensino básico, tendo como foco atual o ensino básico público. Como o trabalho está em fase inicial, pretende-se apresentar o que foi pesquisado de forma bibliográfica e documental. A abordagem teórica relacionada às políticas linguísticas foram fundamentadas em Oliveira (2000), Almeida Filho (2015), entre outros autores da área. Também serão comentadas questões como a deficiência da relação ensino-aprendizagem nas escolas públicas e o fato de que embora culturalmente no país aprender uma língua estrangeira não seja acessível para a população abaixo da classe média, estudar uma língua não materna representa um Direito Humano. Herrera-Flores (2009) e Douzinas (2009) são referências essenciais na área dos Direitos Humanos, pois o primeiro aborda as diversas complexidades no que tange ao tema e o segundo demonstra como este assunto é paradoxal.

RESUMO - GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO
(COORDENAÇÃO: DRA. ÂNGELA FERNANDES, DR. THIAGO SANTOS, ME.
ISABEL SCRIVANO)

**TORNAR-SE NEGRA NA ESCOLA: A INVISIBILIDADE SOCIAL DA JOVEM
MULHER NEGRA DAS PERIFERIAS**

Caroline Andrade Cunha (carolineacunha@yahoo.com.br)

Este resumo tem por objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa desenvolvida no mestrado em andamento no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPP-DH), vinculado ao grupo de pesquisa GE-SER: Gênero, Sexualidade e Raça em Educação. Procura-se refletir sobre a invisibilidade social da jovem mulher negra das periferias e como as dinâmicas do currículo oculto no ambiente escolar afetam o desempenho das mesmas.

Como procedimento metodológico utilizou-se dados quantitativos do IBGE, e de forma relacional, o conceito de Interseccionalidade. Temos como pano de fundo a trajetória educacional, uma vez que as mulheres negras apresentam estatisticamente uma situação econômica mais frágil quando comparadas não só às mulheres brancas, como também aos homens negros, mesmo quando estes apresentam menor taxa de escolaridade.

Considera-se observar outras opressões sobre as mulheres negras jovens e periféricas manifestadas não apenas nos aspectos econômicos, mas também no campo simbólico, onde se percebe, no comportamento cultural hegemônico da sociedade brasileira, uma defasagem de afetividade e empatia no que tange às questões vividas por estas.

O diálogo com a obra "Tornar-se negro", de Neusa Santos Souza, é tomada como referência teórica nesta pesquisa, além das obras de Carneiro (2015), Crenshaw (2015), Beauvois (2009), Freyre (2009), Fernandes (2014).

Busca-se, além de avaliar as diferenças, enxergar a supressão de direitos, imbricada no comportamento cultural – que são as violências simbólicas – como convergem diretamente para o que vem sendo denominado como “desdemocratização” no âmbito da garantia dos direitos humanos.

A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Luciane Martins Alfradique (lalfradique@hotmail.com)

Buscaremos apresentar neste resumo, que faz parte de uma pesquisa de mestrado que está sendo realizada no curso de psicologia na UFRJ, a relação entre o fenômeno da medicalização na infância e o TDAH. No contemporâneo, diversas patologias vem ganhando visibilidade no campo da infância, e o TDAH tem sido o transtorno mental infantil mais diagnosticado e medicado nos últimos anos. O medicamento mais utilizado é o psicotrópico Metilfenidato também conhecido como Ritalina ou Concerta. Tem sido cada vez maior o número de crianças categorizadas como portadoras de transtorno mental. Nesse novo paradigma, o sofrimento psíquico infantil encontra no remédio a promessa de controle e normalização de comportamentos considerados pela sociedade como desviantes,. A esse respeito Kamers (2013) atribuiu a medicalização como à principal maneira de “tratamento da criança”, além de um importante dispositivo de vigilância que a escola enquanto agente tutelar realiza sobre as crianças e suas famílias. A expressão medicalização, criada nos anos 1970, foi usada por Ivan Illich em seu livro “A expropriação da saúde: nênese da medicina” para alertar sobre a ampliação e extensão do poder médico que passou a minar as possibilidades das pessoas de lidarem com os sofrimentos e perdas decorrentes da própria vida, transformando as dores da vida em doenças para o campo técnico (ROUDINESCO, 2000). O processo de medicalização tem como resultado naturalizar e transformar questões sociais construídas em questões biológicas. Nossa ênfase nesse trabalho investigar e refletir sobre a medicalização na infância e sua correlação como o TDAH, categoria diagnostica que transformou as dificuldades que envolvem a relação ensino e

aprendizagem em o transtorno mental da infância mais diagnosticados e medicado nos últimos anos (SIVA, 2016). De acordo com Guarido; Voltolini (2009), a medicalização é o conceito que pode ser aplicado às diversas esferas da vida, associado a uma prática discursiva que revela a forte presença do saber médico no conjunto dos discursos sobre o homem sua natureza e sua vicissitudes Podemos pensar, que a prescrição de psicotrópicos especialmente na infância, parece fazer parte da lógica e do contexto que nossa sociedade está inserida, pois tem sido comum o discurso médico circular no âmbito leigo e conseqüentemente, tem recebido o estatuto de verdade absoluta. A Ritalina prescrita para crianças tem a função de controlar a hiperatividade e ajudar na função adaptadora por um certo período, em alguns casos é administrado no horário escolar, como estratégia para acalmar, enquadrar e aumentar o rendimento.

GT 5 POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE MENTAL, EDUCAÇÃO E
MEDICALIZAÇÃO (COORDENAÇÃO: DR. DAVI ROQUE, DRA. ELISA
ALCANTARA, ME. LUAN SÁVIO)

**A MEDICALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM UM COLÉGIO DE ENSINO
FUNDAMENTAL EM VOLTA REDONDA**

Daniela Natividade Da Silva Ferreira (dddd.ferreira@hotmail.com)

Adilson Pereira (adilsonfaetec@gmail.com)

O estudo em questão apresenta a medicalização como um recurso que vem sendo utilizado pelas famílias, e até mesmo pela escola, em determinadas situações, como instrumento limitador de comportamentos das crianças e adolescentes na área da educação. A família, muitas vezes por não conseguir exercer o papel que se espera dela com eficácia, recorre à medicina, ao medicamento, para auxiliá-la, sendo ainda apoiada e até estimulada pela escola. Com o intuito de analisar tal premissa, realizou-se uma coleta de dados com pais de adolescentes de um Colégio de Ensino Fundamental da Rede Privada no município de Volta Redonda – RJ, através do qual foi possível compreender como a medicalização é entendida pelas famílias, que na sua maioria a consideram positiva e recomendam a sua prática.

RESUMO - GT 6 - EDUCAÇÃO INFANTIL E BIOPOLÍTICA (COORDENAÇÃO:
DRA. KÉSIA D'ALMEIDA)

**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ELEMENTO DE ANÁLISE
NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOS DOCENTES**

Rosana Ribeiro (rosana.ribe@gmail.com)

O presente trabalho tem por objetivo contribuir para o debate sobre a formação política dos docentes que atuam na Educação Infantil, considerando-se a importância da compreensão acerca das políticas públicas para a ampliação e conquista da perspectiva democrática da Educação da(s) infância(s). Pretendese apresentar alguns apontamentos em torno da análise da política pública, dada a relevância de estudos neste campo para a formação de professores/as. Busca-se conceituar o que são as políticas públicas, bem como a importância do entendimento sobre elas, intencionando o desenvolvimento de práticas comprometidas com a democratização da Educação Infantil. A partir de elementos produzidos em minha pesquisa de mestrado, venho objetivando compreender a política em geral e a política educacional em particular, tentando perceber as principais características do programa voltado para a expansão da Educação Infantil no município de Niterói (RJ). Neste tempo atual, em que muitos direitos, em diversas áreas, estão sendo ameaçados e outros ainda nem se consolidaram, destaca-se a importância de se subsidiar a formação dos docentes em elementos construídos com base numa perspectiva política para o enfrentamento das questões emergentes deste contexto adverso, no qual a participação e até o direito à palavra vêm sendo suprimidos. Destacamos a importância da formação política dos docentes, enquanto mais um desafio atual para o planejamento e execução da política pública de Educação Infantil, tanto para que os/as professores/as tornem suas ações mais qualificadas na direção de práticas democráticas no cotidiano das escolas, quanto para o próprio exercício de sua cidadania política mais ampla.

**A INVISIBILIDADE DA DIFERENÇA COMO DISPOSITIVO PARA A
NORMATIZAÇÃO DE CORPOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DA
BNCC**

Patricia Maria Uchôa Simões (pusimoes@gmail.com)

O dispositivo de caráter normativo sobre a organização e o funcionamento das práticas educativas na educação institucional das crianças pequenas, materializado na Base Nacional Curricular Comum/BNCC, pode ser analisado na esfera da biopolítica compreendida por Foucault como práticas disciplinares que visam o conjunto de indivíduos e não apenas os corpos individuais. Nesse sentido, a contemporaneidade é marcada por um novo processo de governabilidade que institui a normatização da sociedade através dos mecanismos de poder higienizados que não abordam as questões sociais da desigualdade e, ao invés dessa posição, inviabilizam a expressão dos conflitos e necessidades. Para essa discussão, foi considerado o texto final desse documento, a partir do qual se realizou uma análise dos discursos presentes que caracterizassem os dispositivos em questão. O presente estudo propõe a ideia de que a invisibilidade das diferenças como mecanismo de negar a diversidade das vivências culturais das crianças favorece práticas excludentes e discriminatórias, incompatíveis com a complexidade da sociedade no momento atual. Aliado a isso, a afirmação do respeito e da tolerância numa abordagem multicultural das diferenças, funcionam como mecanismos de hierarquização de culturas e identidades e não como valorização das diferenças. Dessa forma, se propôs analisar as concepções de diferença, diversidade e desigualdade no texto aprovado da BNCC, no sentido de identificar discursos normativos de identidade e propor uma visão que supere uma visão colonizada de criança e infância e da sua educação.

RESUMO - GT 6 - EDUCAÇÃO INFANTIL E BIOPOLÍTICA (COORDENAÇÃO:
DRA. KÉSIA D'ALMEIDA)

ANÁLISES SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL LATINO-AMERICANA: BREVE ESTUDO SOBRE BRASIL, URUGUAI E ARGENTINA

Ana Marcela Da Silva Terra (anamarcelaterra@yahoo.com.br)

A redução da maioridade penal é um tema regularmente tratado na mídia e em debates públicos, principalmente como argumento para diminuir a violência e criminalidade das grandes cidades de nosso país. Na América Latina, também podemos analisar as diversas formas com que os países e seus líderes encaram a problemática. O Uruguai, em 2014, fez um plebiscito para a população decidir se diminuiria ou não a maioridade penal de 18 para 16 anos. A Argentina continua debatendo tal assunto, com parcela importante do governo atual apoiando a redução de 16 para 14 anos. Porém, estudos comprovam (Brito (2013), Aleixo (2012), Waiselfisz (2014), entre outros) que tal mudança em nada diminuiria a violência ou sensação de segurança em nenhum país do mundo. Esta pesquisa pretende iniciar uma análise dos discursos punitivos que engendram a redução da maioridade penal em três países da América Latina: Brasil, Uruguai e Argentina. Para isso, se utilizará da genealogia de Foucault (1979) e da pesquisa e revisão bibliográfica de autores (as) como Wacquant (2001), Coimbra (2001), Zaffaroni (2013), entre outros, no intuito de refletir sobre pontos que unem e separam esses países nas políticas públicas relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei.

RESUMO - GT 6 EDUCAÇÃO INFANTIL E BIOPOLÍTICA (COORDENAÇÃO:
DRA. KÉSIA D'ALMEIDA)

INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE DE CONTROLE: AS RELAÇÕES DE SABER-PODER

Késia Pereira De Matos D' Almeida (lkndalmeida@gmail.com)

Este trabalho busca colocar em análise a educação infantil brasileira e o processo de escolarização asseverado por diretrizes obrigatórias a partir de 1999, determinando condições cada vez mais disciplinadoras e reguladoras. Se na história da infância brasileira nunca houve tanta preocupação com as crianças como acontece atualmente – com falas voltadas à valorização da expressão infantil e da espontaneidade – também se conserva a disseminação do discurso acerca de como devem viver e comportar-se. A complexidade da educação infantil evidencia-se nas práticas cotidianas das instituições voltadas a esse serviço, que testemunham que promulgações de leis, por si só, não garante o direito nem modifica práticas afirmadas. Esta é a lógica da norma, sustentada no direito, que determina o dever que tem que ser cumprido. O objetivo, no entanto, não é estabelecer um ajuizamento entre certo e errado ou entre o melhor e o pior, acreditando que diferentes dados constituem as realidades em suas múltiplas apresentações. Entretanto, é indispensável desviar-se das armadilhas determinadas pelo imediatismo atual, pela flexibilização, pelas exigências da globalização e colocar em análise os saberes, as concepções, as verdades, os juízos de valor, as teorias, o especialismo, o próprio lugar de saber-poder que circundam e atravessam a temática proposta. Neste contexto, é preciso estabelecer uma análise sobre os processos de normatização e normalização que atravessa a educação da criança, considerando a concepção de infância naturalizada hegemonicamente na modernidade e apartada do processo

histórico pelo qual foi produzida (SCHEINVAR, 2009). Que outros mecanismos de ação podem ser instituídos para rompermos com as formas contemporâneas de controle? Que caminhos podem ser traçados para intervirmos no que está posto? Consideramos necessário ponderar, na perspectiva foucaultiana, a possibilidade de se estabelecer na educação infantil um espaço possível para trocas, interações e redimensionado como fluxo de resistências (PASSETTI, 2007), de insurreição e de movimento de aversão à sociedade de controle.

RESUMO - GT 7. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE
(COORDENAÇÃO: DR. JOAQUIM COSTA)

**A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS COMO INSTRUMENTO PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE
CATADORES E CATADORAS EM VOLTA REDONDA/RJ**

Josinete Maria Pinto (josinetemp@yahoo.com.br)

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as dificuldades vivenciadas pelas cooperativas para realização da coleta seletiva no município de Volta Redonda/RJ e, conseqüentemente, apontar ações que contribuam para fortalecer o trabalho destas cooperativas, tendo como contexto o processo de construção e implantação do contrato de prestação de serviços. Dessa forma a análise buscou identificar se houve mudanças significativas no enfrentamento de tais dificuldades pelas cooperativas durante a transição entre o período de negociação do contrato de prestação de serviço com a Prefeitura e a vigência do mesmo. A metodologia utilizada foi a da pesquisa-ação que é um tipo de pesquisa social qualitativa com base empírica e a sua concepção tem estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, onde quem pesquisa e quem participa da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011). Foram utilizados questionários para entrevistar três representantes de cada uma das cooperativas com intuito de saber detalhes sobre as condições de trabalho e as propostas de ações para fortalecer o ofício das cooperativas de catadores e catadoras. As entrevistas foram compiladas e deram origem a um relatório descritivo, onde os dados foram consolidados e apresentados na forma de texto para a busca de resultados. Sendo eles, tais: o diálogo com o poder público para efetivação e regularidade da coleta seletiva; a garantia das estruturas físicas seguras, equipamentos de proteção individual e condições de maquinários; os recursos

para o transporte dos cooperados até o local de trabalho em condições de segurança; a regularidade na entrega de resíduos nos galpões; e a consolidação do contrato de prestação de serviço ao município.

RESUMO - GT 7. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE
(COORDENAÇÃO: DR. JOAQUIM COSTA)

**A RELEVÂNCIA DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NA FORMULAÇÃO DE
AGENDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA GESTÃO AMBIENTAL
IMPLEMENTADA PELAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS
BRASILEIRAS**

Everthon Affonso De Freitas Moura (everthonaffonso@gmail.com)

Hernani Do Nascimento Pinto Marques (hernaninpm@yahoo.com.br)

Pedro Henrique Do Nascimento Alencar (alencarable@aol.com)

O artigo em desenvolvimento é articulado por uma equipe de discentes da graduação de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O estudo possui como objetivo compreender como agências internacionais estimularam a promoção de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental, tendo em vista os acordos e tratados assinados pelo Brasil. Nesse sentido, é operacionalizada uma análise documental das organizações internacionais e instituições governamentais brasileiras, por exemplo, os órgãos de gestão ambiental. O estudo sistematiza o funcionamento dessas políticas, considerando as medidas tomadas em termos dos ordenamentos jurídicos que alinham políticas públicas para a preservação do meio-ambiente. Têm-se como referência principal os estudos de Henri Acselrad, Clóvis Cavalcanti e Klaus Frey. Assim sendo, a partir da observação do nexo desenvolvimento-sustentabilidade, será discutido quais agendas de proteção ambiental foram criadas e quais seus impactos nas formulações de políticas públicas.

RESUMO - GT 7. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE
(COORDENAÇÃO: DR. JOAQUIM COSTA)

**ETNODESENVOLVIMENTO: AS LOUCEIRAS DO MARUANUM E O
PROTAGONISMO FEMININO NA ECONOMIA LOCAL**

Bárbara Da Costa Amoras (barbara.amoras14@gmail.com)

Mayara Feitosa Teodoro (mftems@gmail.com)

Maria Raquel Passos Lima (mariaraquel.passoslima@gmail.com)

Nesse trabalho será discutido o conceito de etnodesenvolvimento a partir das estratégias de manutenção étnica e econômica alçadas pela comunidade do Maruanum - Ap, vinculada institucionalmente a Associação de Mulheres do Maruanum – ALOMA. O objeto dessa pesquisa é a produção das louceiras e sua participação na economia local, tendo como hipótese a atuação protagonista das mulheres, que proporciona uma dinâmica na economia local, cultiva saberes e fazeres culturais étnicos, resultados do imbricamento entre práticas do negro e do índio. Nesse sentido, o questionamento norteador desse trabalho é de que forma o protagonismo feminino das louceiras do Maruanum viabiliza a manutenção histórico-social da comunidade a partir da atividade socioeconômica de produção artesanal das louças. Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos por pesquisa de cunho bibliográfico por memórias sobre o Maruanum e sobre a produção das louceiras.

RESUMO - GT 7. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE
(COORDENAÇÃO: DR. JOAQUIM COSTA)

**IMPACTOS DO SANEAMENTO BÁSICO NAS ENTEROPARASIToses: ANÁLISE
DE DETERMINANTE PARA A QUALIDADE DE VIDA – CONTEXTOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Jordana Borchardt Knopp (bio-jordanaknopp@camporeal.edu.br)

Larine De Lara (larinedelara97@gmail.com)

Sônia Maria Hey (soniahey12@hotmail.com)

Gheniffer Fornari (prof_ghenifferfornari@camporeal.edu.br)

A água é o principal constituinte do corpo humano e dos seres vivos. Sua preservação é fundamental para o funcionamento dos ciclos biológicos, sendo que a qualidade se tornou foco de diversos estudos, especialmente por se tratar de um recurso finito. Constitui papel do governo cuidar de tal riqueza natural, pois sabe-se que a água é vetor de diversas patologias, principalmente, as enteroparasitoses. A lei nº 9.433 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou uma nova estrutura para a gestão desse patrimônio, contudo, há indicadores de ineficiência em sua aplicação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Paraná tem o pior índice de saneamento do Sul e Sudeste do Brasil, sendo que cerca de 68,5% das casas recebem tratamento de esgoto, ocasionando disparidade quanto a esse recurso, comprometendo de diversas formas a saúde destes indivíduos. Alguns patógenos como a *Giardia lamblia* estão relacionados com o consumo de água contaminada, sendo um dos principais sintomas a diarreia, podendo levar a um quadro de desidratação e dependendo do caso até desnutrição, devido à oclusão intestinal causada pela doença. Portanto, fazem-se necessárias ações de controle e prevenção, incluindo a conscientização sanitária, como a orientação da importância da higienização, preparação correta dos alimentos e a higiene pessoal, além do consumo de água devidamente tratada. Nesse contexto, o grupo de estudos em Desenvolvimento Regional objetiva identificar ações no município de Guarapuava-PR, que fortaleçam a devida aplicação das políticas públicas existentes.

RESUMO - GT 7. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE
(COORDENAÇÃO: DR. JOAQUIM COSTA)

**IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE MANUTENÇÃO PREDIAL E
EQUIPAMENTOS EM ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL DE SAÚDE NO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

José Mauro Carrilho Guimarães (josemauro.carrilho@professor.abea.arq.br)

A gerência e manutenção da infraestrutura física dos estabelecimentos assistenciais de saúde da rede pública apresentam sérias insuficiências, posto que, dentre outras razões, nem sempre as etapas básicas do processo de desenvolvimento gerencial são articuladas entre o planejamento, o projeto, a execução e a manutenção. É inquestionável a dificuldade que as gerências dos serviços de saúde do país enfrentam para identificar e conduzir processos sistemáticos de planejamento, administração e avaliação do desenvolvimento da infraestrutura dos serviços de saúde, processos entendidos, como a conjugação de recursos humanos, físicos e tecnológicos, utilizando critérios de racionalidade e confiabilidade na análise da situação e na tomada de decisões. Apesar de algumas intervenções, a situação ainda é muito preocupante. A carência de recursos humanos habilitados para a gerência e manutenção desse arsenal tecnológico, envolvendo edificações e equipamentos hospitalares, aliados à prática da terceirização dos serviços, muitas vezes com custos exorbitantes e sem acompanhamento de controle de qualidade dos mesmos, torna a rede prestadora de serviço de saúde desigual, com desperdícios de recursos financeiros e, em muitos casos, negligenciando o gerenciamento e a gestão do ambiente hospitalar. Por todos esses fatores há a necessidade do desenvolvimento de tecnologia automatizada para gestão de ambientes hospitalares.

RESUMO - GT 7. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE
(COORDENAÇÃO: DR. JOAQUIM COSTA)

**O DESAFIO DE UM HOSPITAL PÚBLICO DA REGIÃO AMAZÔNICA, NO
PROCESSO DE INVENTARIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA**

Sandro Miguel Valente Mendes (supatendimento@hpegprosaude.org.br)

Atualmente, vários termos começam a fazer parte do vocabulário diário da sociedade, entre eles destacam-se: mudanças climáticas, aquecimento global e gases de efeito estufa. O objetivo deste resumo foi demonstrar as medidas trabalhadas para a liderança e mitigação de Gases de Efeito Estufa(GEE) que estão contribuindo para que o Hospital alcance seu objetivo de redução da emissão desses gases até o ano de 2020. Os métodos utilizados foram as mensurações dessas emissões, feitas através do GHG Protocol. Os dados monitorados são referentes aos anos de 2016 e 2017. Como resultados e discussão, destacamos o conhecimento gerado, desde a sua primeira mensuração em 2016, o que permitiu a definição de metas e estratégias de redução significativa, possibilitando a execução de ações para minimizar as emissões, sendo elas: blitz do desperdício, blitz de resíduos, substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas deled, entre outras. Essas ações demonstram que a efetividade na redução das emissões é derivada de compra de óleo diesel, gás de cozinhas, gases anestésicos, onde observou-se uma redução de 27,72% em 2017 em comparação ao ano de 2016, o que em números demonstra uma redução de 46,6 toneladas de Gases de Efeito Estufa. Com isso, conclui-se que foi possível reduzir as emissões de GEE, sem queda da qualidade da assistência prestada e, ainda, com o aumento de serviços na unidade. Como indicadores de qualidade, destacam-se as seguintes reduções: índice de infecção hospitalar, de 1,22% para 0,85%; mortalidade, de 1,1% para 0,29%.

RESUMO - GT 7. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE
(COORDENAÇÃO: DR. JOAQUIM COSTA)

**POLÍTICAS PÚBLICAS E COOPERATIVISMO: CENÁRIO DE INCENTIVOS PARA
A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA - PR**

Larine De Lara (larinedelara97@gmail.com)

Allison John De Sousa (eng-allisonsousa@camporeal.edu.br)

Jordana Borchardt Knopp (bio-jordanaknopp@camporeal.edu.br)

Sônia Maria Hey (soniahey12@hotmail.com)

O desenvolvimento regional por meio da agricultura familiar se inicia a partir dos recursos disponíveis, se fortalece nas parcerias com instituições de pesquisa, formando cooperativas e utilizando-se da comercialização do produto. A Política Municipal de Apoio ao Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar no município de Guarapuava – PR, busca beneficiar o setor cooperativista da agricultura familiar na promoção e no desenvolvimento social, econômico e cultural, pela Lei Municipal 2116/2013. Objetiva prestar apoio técnico, financeiro e operacional, promovendo parcerias com estudos, pesquisas, eventos, campanhas e orientações. Além de favorecer a adoção de práticas mais sustentáveis e de diversificação do cultivo, com uso consciente do solo, assim como a preservação do patrimônio genético das culturas locais e a comercialização de alimentos da agricultura familiar, a partir das feiras realizadas no município. Guarapuava teve processo de modernização agrária vinculado à instalação de empresas responsáveis por significativa parcela da dinâmica econômica do município. As cooperativas auxiliam os agricultores familiares no processo de inserção no meio socioeconômico, contribuindo para que tenham oportunidade de intensificar e aperfeiçoar a produção por meio de subsídios financeiros, e, por sua vez, contam com porcentagem da produção dos cooperados. Por meio desse estudo, verificou-se o cumprimento e/ou proposição de políticas públicas acerca da temática, identificando-se cenário de

incentivos. As parcerias firmadas com cooperativas locais e ações que incentivam o produtor no comércio são fatores identificados que trazem relação com a proposição e/ou cumprimento de políticas públicas para o desenvolvimento humano e econômico por meio dos processos da agricultura familiar.

RESUMO - GT 7. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE
(COORDENAÇÃO: DR. JOAQUIM COSTA)

**PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PROGRAMA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO**

Jacqueline Guerreiro Aguiar (redeiidea@gmail.com)

O Programa Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (ProMEARio) foi construído a partir de um processo participativo, coordenado pelo Centro de Educação Ambiental da então Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Suas etapas e metodologia foram aprovadas pela Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental do Conselho Municipal de Meio Ambiente, a partir do Decreto 37526 de 08/08/2013 que regulamentou o Sistema Municipal de Educação Ambiental, criando o Órgão Gestor (Secretarias de Meio Ambiente e Educação) e o Comitê Assessor do Órgão Gestor. O processo de construção do ProMEA-Rio teve como catalisadores, nos anos de 2012 e 2013 as demandas de educadores ambientais da sociedade civil na Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro e a pressão das redes de educação ambiental por construção participativa de Políticas Públicas de Educação Ambiental. Assim, em 2014. A elaboração do Programa foi inserida no Planejamento Estratégico do Centro de Educação Ambiental. Ainda em 2014, o Plano de Trabalho da Consultora contratada foi aprovado, tendo como principais pontos: Sistematização de saberes e experiências de indivíduos e organizações; Enraizamento da educação ambiental nos territórios da cidade;

Fortalecimento do controle social; Fortalecimento das redes e coletivos locais; Processo com potencial pedagógico; Processo com capacidade de impacto. O processo foi estruturado em duas dimensões com seus respectivos eixos: Dimensão 1 – Elaboração do Texto e Dimensão 2 – Institucionalização do Texto. Na Dimensão 1, os Eixos básicos foram: 1. Estruturação: Identificação dos Territórios, Identificação das Lideranças Estratégicas, Definição Metodológica e Definição dos Facilitadores; 2.

Elaboração do Texto-Base a partir de um processo dialógico que contou com a participação de 112 pessoas de diversos campos de saberes e práticas, e tendo como inspiração o Programa Nacional de Educação Ambiental e o Programa Estadual de Educação Ambiental do RJ; 3. Consultas Públicas (territoriais, setoriais, rodas de diálogos e participação por meio virtual) entre os anos de 2014 e 2015, em que cerca de 700 pessoas foram envolvidas; 4. Sistematização e Consolidação do Texto. No momento o Texto Consolidado e aprovado pelo Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Municipal de Educação Ambiental está seguindo os trâmites burocráticos para a sua aprovação. No que tange ao texto consolidado, alguns avanços foram vislumbrados, a partir da inclusão de conceitos como: Agroecologia, Justiça Ambiental, Segurança Alimentar, Soberania Alimentar. Inclusão e Acessibilidade, Ecumenismo e Diálogos Inter Religiosos, Territorialidade, Desmercantilização da Vida e Bem Comum. Uma proposta avaliativa do processo está sendo construída no âmbito da Rede de Educação Ambiental do RJ, a partir dos pressupostos do OIDP – Observatório Internacional de Democracia Participativa.

ARTIGOS

A “JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE” OU A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE

Maria Carolina Gonçalves Oliveira¹

Vitor Dias Vasconcelos²

Wescley José de Souza³

Rafael Gonzalez Badaró⁴

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a implantação da Câmara Técnica de Saúde e seus impactos positivos à saúde da população usuária da política de saúde local. Com o aumento das demandas com execuções judiciais na Política de Saúde brasileira, destacamos que estas demandas têm ocorrido de forma exponencial comparada aos anos anteriores. Não diferente, o Município de Muriaé também tem recebido um aumento considerável dessas demandas judiciais da política de saúde local. Em Muriaé, as demandas se intensificaram a partir do ano de 2011. Devido ao aumento das demandas judiciais da saúde, o Município de Muriaé, em 2017, instituiu a CTS por meio da Lei Municipal nº 5.425/2017, que dispõe sobre os procedimentos administrativos relacionados à seleção de prescrição e à dispensação de medicamentos, dentre outras providências. A relevância deste trabalho está na forte correlação entre as condições de saúde da população e o desenvolvimento econômico, entendendo a política de saúde local e seus processos como um fator essencial para o desenvolvimento territorial, reconhecendo não somente os determinantes que atuam sobre ela, mas a importância de elaborar uma política pública que permita a inclusão social, promoção da saúde e democratização.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF/ESR). Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (UCAM). Pesquisadora NUESDE (UFF/ESR). Especialista em Dependência Química (Uni Redentor). Assistente Social da Câmara Técnica de Saúde (Prefeitura Municipal de Muriaé – MG). E-mail: mariacgo@gmail.com.

² Bacharel em Direito pela Universidade de Minas (UniFaminas). Coordenador Geral da Câmara Técnica de Saúde (Prefeitura Municipal de Muriaé – MG).

³ Bacharel em Fisioterapia e em Gestão Pública Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Secretário Adjunto de Saúde (Prefeitura Municipal de Muriaé – MG).

⁴ Bacharel em Farmácia (UniFaminas) e Especialista em Farmacologia Clínica pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Farmacêutico responsável pelas Execuções Judiciais da Saúde da Câmara Técnica de Saúde (Prefeitura Municipal de Muriaé – MG).

Palavras-chave: Política de Saúde. Judicialização da Saúde. Câmara Técnica de Saúde. Direito à Saúde.

ABSTRACT

This study aims to analyze the implementation of CTS and its positive impacts on the health of the population that uses the local health policy. With the increase in lawsuits in Brazilian Health Policy, we highlight that these demands have occurred exponentially compared to previous years. Not unlike that, the Municipality of Muriaé has also received a considerable increase in these judicial demands of the local health policy. In Muriaé, demands intensified as of 2011. Due to the increase in health judicial demands, Muriaé Municipality, in 2017, instituted the Technical Chamber of Health (CTS), through Municipal Law No. 5,425 / 2017, which provides for administrative procedures related to the selection of prescription and dispensing of medications, among other measures. The relevance of this work lies in the strong correlation between population health conditions and economic development, understanding the local health policy and its processes as an essential factor for territorial development, recognizing not only the determinants that act on it, but the importance of developing a public policy that allows for social inclusion, health promotion and democratization.

Keywords: Health Policy. Health Judicialization. Technical Chamber of Health. Right to Health.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o aumento das demandas com execuções judiciais no Brasil, principalmente na política de saúde, destacamos que estas demandas têm ocorrido de forma exponencial na atualidade se comparadas aos anos anteriores. Sabemos que este fenômeno iniciou-se na década de 1990⁵.

Não diferente do que ocorre na Política de Saúde brasileira, o Município de Muriaé também tem recebido um aumento considerável dessas demandas judiciais

⁵ STEVANIM (2015) em seu trabalho de dissertação faz a seguinte afirmação a respeito deste fenômeno: “nas análises realizadas por VIANNA (1999: 121), no período de 1988 a 1998, foi identificado que, dentre 1.935 Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADINs), a taxa das ADINs julgada foi de apenas 13,54%, sendo que muitas das demais (54,36%) aguardavam julgamento. De 1988 a 2004, o número de ADINs impetradas chega a 3097 ações (SARDEK, 2004. p.79). Ou seja, a redemocratização e o novo marco constitucional deram maior credibilidade ao uso da ação judicial como alternativa para alcançar os direitos (SANTOS, 2011), mas, o número de ADINs julgadas e o número de ações para serem julgadas não nos conduzem a resultados que possam levar em consideração a vontade dos operadores do direito em participar como *policy-marking*” (CARVALHO, 2004).

da política de saúde local. Em Muriaé as demandas se intensificaram a partir do ano de 2011.

Destacamos que devido ao aumento das demandas judiciais da saúde, o Município de Muriaé, em 2017, instituiu a Câmara Técnica de Saúde (CTS), por meio da Lei Municipal nº 5.425/2017 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ, 2017) que dispõe sobre os procedimentos administrativos relacionados à seleção de prescrição e à dispensação de medicamentos, dentre outras providências.

A CTS possui duas divisões: a equipe técnica responsável por realizar todas as perícias e a equipe responsável pelo cumprimento das execuções judiciais da saúde. Os peritos são responsáveis por emitir relatórios, laudos, parecer e estudos técnicos. A equipe de peritos é constituída pelos seguintes profissionais: 1 assessoria jurídica, 1 assistente social, 2 farmacêuticos, 3 médicos, 1 nutricionista e 1 psicóloga.

O setor de execuções judiciais da saúde realiza o cumprimento das execuções judiciais dos processos oriundos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e procedimentos preparatórios. Este setor é responsável por fornecer aos autores dos processos judiciais as cirurgias, os procedimentos, os exames, as consultas e os medicamentos.

Este estudo tem o objetivo de analisar a implantação da CTS e seus impactos na saúde da população usuária da política de saúde local. Para tanto, utilizamos a metodologia de pesquisa documental com a análise e levantamento de dados dos atendimentos da CTS. Os documentos analisados foram: ofícios, processos administrativos e a planilha de todos os atendimentos realizados pelos profissionais da CTS no seguinte período: a partir da data de 08/06/2017 (instituição por lei da CTS) até 31/12/2017, neste período foram atendidos 330 usuários. Já no ano de 2018 foram atendidos 290 usuários no período de 01/01/2018 até 30/06/2018, totalizando 620 documentos analisados.

Vale frisar que a relevância deste trabalho está na forte correlação entre as condições de saúde da população e o desenvolvimento econômico, entendendo a política de saúde local e seus processos como um fator essencial para o desenvolvimento territorial, reconhecendo não somente os determinantes que atuam sobre ela, mas também a importância de elaborar uma política pública que permita a inclusão social, promoção da saúde e democratização.

POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA: UM HISTÓRICO

Fazendo uma brevíssima retomada histórica da Política de Saúde no Brasil, podemos afirmar que a mesma passou a ser considerada uma política universal na contemporaneidade. Antes da década de 1920 a política de saúde não era percebida pela agenda do Estado como uma “questão social”. Objetivando responder a essa “questão social”, o Estado brasileiro criou o Departamento Nacional de Saúde Pública em 2 de janeiro de 1920, pelo Decreto n. 3.987 (BRASIL, 1920) esse órgão “visava à extensão dos serviços de saneamento urbano e rural, além da higiene industrial e materno-infantil” (BRAGA; PAULA, 1987 apud BERTOLAZZI; GRECO, 1996, p.38).

Em 1923, é promulgada a Lei Eloy Chaves, quando são criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), estabelecendo que cada empresa de estradas de ferro no Brasil deveria criar e custear as CAPs. Ressaltamos que, anteriormente ao Período Vargas (1930-1937), as respostas do Estado frente à “questão social” possuía uma característica de resolutividade de “caso de polícia” (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Com o início do processo de urbanização brasileiro e aumento dos trabalhadores urbanos, que viviam em sua maioria em situações de vulnerabilidade social e insalubres condições de vida, Vargas, por sua vez, em prol do progresso do capital, crescimento econômico e do desenvolvimento urbano como estratégia de governo, passou a responder às reivindicações dos trabalhadores, transformando-as em questões de política pública (BRAVO, 2013).

Ao analisar a história e a historicidade da saúde a partir da década de 20, observamos que a sua evolução enquanto uma política está atrelada às conquistas da classe trabalhadora através de concessões do Estado a determinados grupos da classe trabalhadora brasileira que contribuíam para um fundo de aposentadorias e pensões, como exemplo tem-se a criação dos IAPs (Instituto de Aposentadorias e Pensões) em 1934. O Estado passou a financiá-los, e a estrutura financeira passou a ser tripartite (empregados, empregadores e o Estado). Observamos que a medicina previdenciária tornou-se uma política relevante “para o processo de trabalho, pois a

massa assalariada tinha péssimas condições de trabalho e baixa remuneração, sendo a previdência um complemento indispensável à sua renda” (BRAVO, 2013, p.148).

Em 1966, no período da ditadura civil-militar, os IAPs são extintos, abolindo assim a participação dos representantes dos empregados no desenvolvimento de programas de saúde (BERTOLOZZI; GRECO, 1996).

Com a extinção dos IAPs (1966) foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Ressaltamos que havia duas vantagens na criação do INPS: a primeira vantagem seria a unificação dos benefícios para os empregados, e a outra vantagem foi a não classificação dos empregados por categorias.

Nesse período, o INPS era o responsável pela assistência médica dos contribuintes, e de apenas alguns perfis de não contribuintes; “a previdência social podia obter atenção à saúde desde que integrasse o perfil dos programas (maternoinfantil, tuberculose, hanseníase etc.), em serviços filantrópicos ou, para aqueles que pudessem pagar, em consultórios e clínicas privadas” (ESCOREL, 2008).

Em 1977, foi criado o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), responsável pela assistência médica aos segurados da previdência social. Concomitante a criação no INAMPS, em meados da década de 70, surge o Movimento de Reforma Sanitária, período marcado por grande resistência política e social à ditadura civil-militar. Sendo resultado de lutas e mobilização dos “trabalhadores de saúde articulados ao movimento popular, na perspectiva de reversão do sistema perverso de saúde” (BRAVO, 2008, p.46).

A questão da saúde emerge juntamente com outras demandas da sociedade brasileira, conjuntamente com os Movimentos Sociais Urbanos (MSUs), que tiveram grande parcela no processo que culminou na redemocratização. O Movimento de Reforma Sanitária brasileira fazia críticas aos serviços de saúde, que eram orientados por três perspectivas: perspectiva previdenciária, perspectiva medicocêntrica e perspectiva curativa (SANT' HELENA et. al., 2013).

Para que a política de saúde pudesse romper com essas três perspectivas, era preciso que o Movimento Sanitarista tivesse estratégias. Uma delas seria a criação de um sistema único, tendo como preocupação central a garantia de que o Estado atuasse em função da sociedade, “pautando-se na concepção de Estado democrático e de direito, responsável pelas políticas sociais e, por conseguinte, pela saúde. Sua premissa básica consiste na saúde como direito de todos e dever do

Estado” (BRAVO; MATOS, 2008, p. 199).

No que tange à relação do Estado com a sociedade, o Movimento Sanitarista propõe que tal relação seja diferenciada, “incentivando a presença de novos sujeitos sociais na definição da política setorial, através de mecanismos como Conselhos e Conferências de Saúde. Esses mecanismos constituem inovação fundamental na gestão da política de saúde” (BRAVO; MATOS, 2008, p.199).

De acordo com Krüger (1998), o Movimento de Reforma Sanitária teve como modelo a experiência italiana de elaboração e execução de políticas de saúde, que estava em curso. Com relação à origem da Reforma Sanitária, vale ressaltar que coincidem com o processo de formação de atores e de algumas instituições que fortaleciam uma visão opositora ao regime autoritário. Destacamos que o Movimento de Reforma Sanitária nasceu entre os intelectuais desse período, porém com valores vinculados ao coletivo, mantendo-se um movimento “orgânico e organizado (...) tratou a questão da saúde não sob a ótica do corporativismo, e sim como uma ‘questão nacional” (ESCOREL, 2011, p.186).

Em 1986, foi realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde. Essa conferência é considerada o marco institucional do Movimento de Reforma Sanitária, cuja concepção de saúde extrapola determinadamente as balizas do saber e da prática médica, trazendo em seu interior o mesmo “entendimento da proteção social da saúde e da doença aos processos sociais, mas isso não logrou, até o momento, mudanças significativas no próprio setor” (COHN et. al., 2008, p. 23).

Vale lembrar ainda que a VIII Conferência Nacional da Saúde adota um conceito inovador e ampliado de saúde, definido como resultado das condições de “alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p.04). Sendo um marco importantíssimo para a política pública de saúde e também para o Movimento Sanitarista, a VIII Conferência Nacional da Saúde resultou, em 1987, na implantação do Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS).

O SUDS foi implantado pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), que possibilitou o “desencadeamento de mais dois processos no sentido da descentralização das ações e serviços de saúde: a municipalização e a distritalização” (PAIM, 1998, p.09). Sendo caracterizado por Paim (1998) como “estratégia-ponte”, o

SUDS foi responsável pela implantação de algumas estruturas para a instalação do que seria o “próximo passo”. E este “próximo passo” seria o Sistema Único de Saúde (SUS). Ressaltamos ainda que o novo modelo proposto pela Reforma Sanitária, modelo esse de “atenção superando os pólos de saúde pública/assistência médica integrados à saúde, universalidade/produtividade, rural/urbano etc., buscando-se a nova qualidade de atendimento que deve acompanhar e atualizar esse novo conceito de saúde” (COHN et. al., 2008, p.23).

Dessa forma, consideramos a saúde como um valor universal, um elemento peculiar da humanidade e, destarte, “um valor para todas as classes, e acima das classes. Algo a ser obtido por todos os habitantes do planeta. Parte integrante do que é considerado como condições mínimas de sobrevivencia (ESCOREL, 2011, p.182).

O processo de elaboração da Constituição Federal tem início em 1986, através de uma eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, que foi instalada no Congresso Nacional no ano de 1987, com duração de 20 meses, tendo o objetivo de elaborar uma nova Constituição.

A Assembleia Nacional Constituinte era dividida por comissões e subcomissões. Assim: Toda esta efervescência democrática foi canalizada para os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que se iniciaram em 1987. Em boa medida, a construção de uma ordem institucional democrática supunha um reordenamento das políticas sociais que respondesse às demandas da sociedade por maior inclusão social e equidade. Projetada para o sistema de políticas sociais como um todo, tal demanda por inclusão e redução das desigualdades adquiriu as concretas conotações de afirmação dos direitos sociais como parte da cidadania (FLEURY, 2004, p.109).

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, nos anos de 1987-1988, esta se tornou uma arena de disputa de projetos distintos: o projeto sanitarista, presente na Plenária Nacional pela Saúde; e o projeto médicoassistencial privatista, sob a liderança da Federação Brasileira de Hospitais e da Associação de Indústrias Farmacêuticas. Apesar da disputa entre o projeto sanitarista e o projeto médico-assistencial privatista, o texto aprovado na Assembleia Nacional Constituinte e, posteriormente, expresso na Constituição Federal de 1988 incorpora muitos avanços previstos pelo Movimento da Reforma Sanitária, mas não excluiu totalmente a participação do setor privado com caráter complementar.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, conquistou-se normativamente o direito à saúde, tendo o Estado assumido a responsabilidade pelo atendimento à saúde da população de forma universal, igualitária e integral. Por meio de normas infraconstitucionais, foi regulamentado o Sistema Único de Saúde (SUS), que assegurou o “acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Atualmente, o acesso à política de saúde tem se efetivado por meio das Redes de Atenção à Saúde (RAS), que correspondem à articulação entre sistemas de saúde e serviços, e às relações entre atores, mediante relações de interdependência entre os pontos das Redes de Atenção à Saúde.

As Redes de Atenção à Saúde (RAS) são conceituadas como

arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que são integradas por meio de sistemas de apoio técnico e logístico e de gestão que buscam garantir integralidade do cuidado (BRASIL, 2010).

Esta nova organização de Redes são poliárquicas, e veio substituir a organização hierárquica e piramidal, rompendo as “relações verticalizadas, conformando-se redes policêntricas horizontais” (MENDES, 2011, p. 82).

As Redes de Atenção à Saúde possuem papel de real importância no Sistema Único de Saúde, sendo considerada uma estratégia de reestruturação do SUS, especialmente, no que tange à “superação do modo fragmentado de operar assistência e gestão em saúde, com vistas a assegurar aos usuários o conjunto de ações e serviços que necessitam” (ARRUDA et. al., 2015, p.170) com eficiência e efetividade

Destacamos ainda, que quando ocorrem falhas nos fluxos e na articulação das Redes de Atenção à Saúde, o acesso à política de saúde, por vezes, é efetivado pelo setor jurídico.

No Brasil, o fenômeno denominado judicialização da saúde revela-se pelo avanço no plano normativo jurídico da Constituição, que possibilitou tutela dos direitos sociais mediante os mecanismos e instrumentos no âmbito do poder judiciário (SANT’ANA et. al., 2011). Entretanto, pela insatisfação da insuficiência das políticas públicas, o protagonismo do poder judiciário é legitimado como única esperança de acesso aos bens e serviços públicos à população. É o que nos diz

Sierra (2011), ao afirmar que este fenômeno é “mais que uma forma de proteção contra os abusos do poder executivo, pois ocorre em função da escassez da política que asseguraria a efetivação da cidadania” (SIERRA, 2011. p.260).

O protagonismo do Poder Judiciário, decorrente da Constituição jurídicoinstitucional do Estado democrático de direito possibilitou a intervenção do mesmo sobre questões políticas de outros Poderes (Poder Legislativo e Poder Executivo) e a formulação das demandas judiciais, principalmente na busca da garantia do direito à saúde. Tendo em vista o aumento das demandas com execuções judiciais na política de saúde brasileira, destacamos que estas demandas têm ocorrido de forma exponencial, comparadas aos anos anteriores. Sabemos que este fenômeno iniciou-se na década de 1990⁶.

A INSTITUIÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE E A GARANTIA DO DIREITO A SAÚDE ATRAVÉS DAS SUAS AÇÕES

O Município de Muriaé também tem recebido um aumento considerável dessas demandas judiciais da política de saúde local, e de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde no município as demandas se intensificaram a partir do ano de 2011⁷.

Seguindo a mesma tendência a nível nacional com relação ao aumento nas demandas judiciais na saúde, o Município de Muriaé, em 2017, instituiu a CTS, por meio da Lei Municipal nº 5.425/2017, que dispõe sobre os procedimentos administrativos relacionados à seleção de prescrição e à dispensação de medicamentos, dentre outras providências.

Na Lei de criação da CTS, ressaltamos o seu Artigo 19, este descreve as atribuições desta CTS, são elas: assessorar a gestão municipal de saúde; criar protocolos de atendimentos; fomentar reuniões com equipes técnicas de saúde; e firmar acordo de cooperação técnica com Ministério Público (MP), Defensoria Pública

⁶ Ver Stevanim (2013).

⁷ Conseguimos esse dado no setor de tesouraria e contabilidade da Prefeitura Municipal de Muriaé. Infelizmente, esse dado não está disponível em nenhum site.

de Minas Gerais (DPMG), Procuradoria Jurídica Municipal, o Poder Judiciário e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A Câmara Técnica de Saúde possui duas divisões: equipe responsável pela perícia técnica e equipe responsável pelo cumprimento das execuções judiciais da saúde. A equipe técnica de saúde é responsável por emitir relatórios, laudos e pareceres e estudos técnicos e é formada pelos seguintes profissionais: uma assessora jurídica, uma assistente social, um farmacêutico, três médicos, uma nutricionista e uma psicóloga. O setor de execuções judiciais da saúde (SEJS) realiza o cumprimento das execuções judiciais dos processos oriundos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e procedimentos preparatórios (Ministério Público – MP). Este setor é responsável por fornecer aos autores dos processos judiciais: cirurgias, procedimentos, exames, consultas e medicamentos. Ressaltamos que sempre é verificado se o que foi requisitado faz parte da Rede de Assistência à Saúde - atenção primária, secundária e terciária, conveniada⁸ ou pactuada⁹ pelo SUS.

Tal setor também realiza encaminhamentos e orientações aos pacientes, caso os procedimentos como cirurgias, exames, consultas e outros sejam disponibilizados pelo Sistema único de Saúde, convênios e pactuações (SUS). O setor de Execuções Judiciais da Saúde é dividido por dispensação de medicamentos e execução judicial das cirurgias, exames e procedimentos. O primeiro é composto pelos seguintes profissionais: farmacêutico, auxiliar administrativo e auxiliar administrativo. Já o segundo é formado por dois técnicos administrativos.

Ao instituir a Câmara Técnica de Saúde, o Procurador Geral do Município de Muriaé agendou uma reunião com os defensores públicos (operadores do direito) e os membros da Câmara Técnica de Saúde (operadores da saúde) para apresentar a Lei 5.425/2017 e seus peritos técnicos. Durante a reunião com os operadores do direito e os operadores da saúde ficou acordado que todos os ofícios de solicitação, antes de se tornarem processos, são periciados e avaliados pelos peritos técnicos, pois em muitos casos os exames, cirurgias e procedimentos podem estar inscritos no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órtese e Prótese e

⁸ Convênio estabelecido através de contrato do ente federativo (União, estado e município) com instituição prestadora de serviço privado e/ou filantrópica.

⁹ Um serviço de saúde pactuado ocorre quando os entes federativos (União, estados e municípios) estabelecem um pacto no serço com outro ente, um exemplo meramente ilustrativo seria: o hospital do estado X estabelece um pacto com o município Y de alguns serviços de saúde, sendo assim o município alocaria parte dos seus recursos através da PPI o recurso financeiro no hospital X.

Materiais do SUS (SIGTAP/SUS), e o Município de Muriaé possui pactuação em outro município para realizá-lo. Também, existem casos, em que não são necessários e/ou não possuem urgência em ser realizados, podendo aguardar as cirurgias eletivas (“mutirão”).

No caso específico de medicamentos, em muitos casos os medicamentos estão na lista da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e são fornecidos pela Farmácia Básica Municipal ou são fornecidos pela Farmácia do Alto Custo da Secretaria Estadual de Saúde (SES-MG). As solicitações administrativas ou oriundas do Ministério Público, Defensoria Pública de Minas Gerais e Tribunal de Justiça de Minas Gerais são periciadas pelos técnicos da CTS e são cadastradas em uma planilha com todos os dados do paciente. São dados da planilha: nome do paciente; número do processo administrativo, ou número do ofício, ou número do processo; data de atendimento da Câmara Técnica de Saúde ou da visita domiciliar; procedimento/exame/cirurgia/medicamento solicitado pelo paciente; a avaliação dos operadores do direito (peritos da CTS), valor do procedimento/exame/cirurgia e medicamento, e se caso for, a economia gerada para os cobres públicos¹⁰.

Destacamos que a avaliação e o monitoramento das ações da Câmara Técnica de Saúde são norteados pelos conceitos de eficácia, eficiência e efetividade da política de saúde. O conceito de eficácia possibilitou a identificação dos objetivos inicialmente.

No caso da Câmara Técnica de Saúde, observamos a necessidade em agilizar os atendimentos aos usuários acionando a Redes de Atenção à Saúde. Já a eficácia, possibilitou identificar se os objetivos inicialmente traçados foram atingidos. Quanto aos procedimentos e cirurgias, quando são pactuados através do Setor de Regulação e do Tratamento Fora do Domicílio (TFD), o paciente é avaliado pela Câmara Técnica de Saúde e é orientado e encaminhado, se for necessário, com a guia de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) ou guia de TFD preenchidas pelo médico ou pelo médico assistente. Ao deixar a Câmara Técnica de Saúde, é feito contato com os setores responsáveis para que os mesmos já tenham conhecimento do caso encaminhado.

¹⁰ Quanto às pericias, laudos técnicos, relatórios, pareceres e estudos sociais da Câmara Técnica de Saúde, todos eles são salvos no computador da Câmara Técnica de Saúde e na pasta da Saúde que se encontra na rede da Prefeitura Municipal de Muriaé (que é gerenciada pelo setor de Tecnologia da Informática).

Quando o procedimento ou cirurgia não é realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), realizamos contato com os hospitais do Município de Muriaé para pedir o orçamento da solicitação. Depois de realizada uma comparação dos orçamentos, o orçamento de menor ônus para o município é escolhido.

Quanto aos exames realizados pelo Sistema Único de Saúde, os pacientes são orientados e encaminhados ao setor de agendamento de consultas (Setor de Regulação) da Secretaria Municipal de Saúde. Quando o exame não é realizado pelo Sistema Único de Saúde, realizamos contato com o hospital, laboratório ou centro de imagem em Muriaé para pedir o orçamento da solicitação. Então é feita uma comparação dos orçamentos, e o orçamento de menor ônus para o município é escolhido.

Por fim, quanto à avaliação da efetividade, a mesma está relacionada à dimensão dos impactos e/ou resultados, ou seja, ao sucesso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais de vida da população usuária atingida pelo programa sob avaliação. Como exemplo, temos as internações compulsórias¹¹ para as quais é realizado mensalmente um levantamento quanto ao número de pacientes internados em clínica para tratamento da dependência ao álcool e drogas que venceu o processo de licitação realizado pela Prefeitura Municipal de Muriaé. Todos os meses o Setor de Execuções Judiciais da Saúde solicita junto à clínica o relatório de avaliação da equipe multidisciplinar dos pacientes internados pelo período mínimo de seis meses. Tal relatório é repassado aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e o CAPS Álcool e Drogas – CAPS AD), para que as equipes tenham conhecimento do tratamento (Plano Terapêutico) que está sendo realizado na clínica no qual o paciente está internado. Os CAPS II e CAPS AD realizam acompanhamento das famílias dos pacientes internados para ter uma melhor eficácia e efetividade no tratamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que cabem aos atendimentos dos profissionais da Câmara Técnica de

¹¹ Para a psiquiatria existem três tipos de internações, são elas: voluntária, involuntária e a compulsória. A internação voluntária ocorre quando o paciente concorda com a internação; já o segundo tipo de internação, a internação involuntária, diz respeito a internação contra a vontade do paciente, mas com o consentimento da família. Cabe ao médico informar ao Ministério Público, no prazo de 72 horas, a justificativa para esse tipo de internação. E por fim, o terceiro tipo de internação, a compulsória é decidida pelo magistrado, após ler o relatório do médico psiquiatra assistente. A justificativa habitual para a forma compulsória é o fato de o paciente representar risco para si ou para a coletividade.

Saúde, os mesmos realizam a perícia médica, farmacêutica, psicológica e social. Durante a perícia médica, o médico realiza a avaliação pericial dos ofícios agendados oriundos da DPMG, MP e requerimentos administrativos. Ao periciarem os pacientes, os médicos verificam pelo SIGTAP/SUS se a requisição é fornecida pelo SUS. Caso positivo, deverá ser feito contato com o Setor responsável que pode ser: de Regulação, de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), de Gestão da Saúde (Atenção Básica e Atenção Secundária), de Atenção Terciária (hospitais credenciados pelo SUS e hospitais filantrópicos), os CAPS II e CAPS Álcool e Drogas, o Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE), a Farmácia Básica e a Farmácia de Alto Custo da SES/MG.

Vale ressaltar que a Câmara Técnica de Saúde auxilia na diminuição dos erros de prescrição médica intrínsecos ao processo de judicialização, como correção de eventuais erros de transcrições de médico a médico e possíveis erros de diagnóstico/tratamento, como por exemplo: uma paciente gestante com seis semanas de gestação, portadora de trombose venosa profunda, em que o médico assistente prescreveu o medicamento “Enoxaparina de 20 mg” para o medicamento “Enoxaparina de 60 mg”, garantindo o melhor tratamento para a paciente¹².

O Serviço Social implantou uma sistematização de toda a demanda da Câmara Técnica de Saúde, e juntamente com as técnicas administrativas, faz relatórios que são enviados à Tesouraria da Saúde, a qual, de forma articulada com o Setor de Compras e de Licitações da Prefeitura Municipal de Muriaé, consegue realizar licitações e convênios com os prestadores do Setor de Execuções Judiciais da Saúde.

A nutricionista da Câmara Técnica de Saúde realiza perícias sobre suplementações, dietas enterais e leites (alimentação artificial). Durante o atendimento, a profissional de nutrição observa se a criança está com alguma restrição ao leite (lactose ou proteína), eutrófica ou desnutrida. É importante frisar que a nutricionista também realiza um trabalho de orientação quanto à importância do

¹² O medicamento Enoxaparina é utilizado em pessoas com trobofilia. Neste caso em específico a gestante já havia abortado devido ao problema de trobofilia e o não uso do medicamento, pois o mesmo evita o abortamento. Vale frisar que neste caso, uma dosagem maior beneficiaria a gestante, pois a dosagem menor não estaria respondendo ao tratamento de forma adequada.

aleitamento materno no que cabe ao vínculo mãe-filho, vínculo este de extrema importância para o desenvolvimento do bebê de forma saudável¹³.

O farmacêutico da Câmara Técnica de Saúde tem feito levantamento de todos os pacientes que utilizavam os seguintes medicamentos: 1) Medicamento CENTRUM: realizando a substituição por LAVITAN - ambos possuem composição similar, gerando uma economia mensal de R\$ 4.614,00; 2) Medicamentos colírios: pela quantidade em ml calculados pelo total de número de gotas ao dia. Um exemplo: observando as prescrições de cada paciente que utiliza medicamento (s) colírio (s), o farmacêutico realizou o cálculo de acordo com o uso ao dia/ml e medicamento colírio que eram prescritos três frascos ao mês, e pelo cálculo, passou a ser dispensado ao paciente de forma correta um frasco de colírio ao mês; e 3) Substituição de medicamentos de referência por medicamentos genéricos: prescrições de medicamentos de referência foram substituídas por medicamentos genéricos sem qualquer prejuízo à saúde do paciente por meio da assistência farmacêutica.

O farmacêutico responsável pelo setor de execuções judiciais da Saúde realiza atenção farmacêutica, orientando os pacientes quanto ao uso da medicação de forma correta e a importância de dar continuidade ao tratamento de saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE) para uma melhor qualidade de vida dos mesmos.

Já o profissional de psicologia da Câmara Técnica de Saúde realiza acompanhamento (e também visitas domiciliares) aos pacientes do CAPS II e CAPS AD em conjunto com os profissionais destes dois dispositivos de saúde mental. Realiza também, com as equipes de saúde mental, um trabalho de conscientização no que diz respeito à importância do papel da família na recuperação e no apoio familiar no tratamento/acompanhamento do paciente. Estas ações têm sido extremamente positivas no que tange à diminuição do número de internações compulsórias, o que impacta de forma positiva na recuperação dos pacientes e em sua inserção social.

Por fim, no setor de execuções judiciais da saúde, o farmacêutico responsável realiza os pedidos dos medicamentos comuns e dos medicamentos de alto custo de forma periódica, para que o fornecimento dos mesmos seja de forma regular e

¹³ É sabido por grande parte dos profissionais de saúde através de inúmeras pesquisas já desenvolvidas que o leite materno além de fortalecer o sistema imunológico, também fortalece o vínculo mãe-filho, pois assim o desenvolvimento do bebê ocorre de forma saudável.

ininterrupta de acordo com seus respectivos processos judiciais. O ponto positivo é evitar os bloqueios (que se configuram uma desobediência de ordem judicial) em contas, pelo não fornecimento dos remédios, procedimentos, exames, entre outros. A desobediência da ordem judicial gera multas diárias em que, muitas das vezes, o valor bloqueado é superior ao valor pago pela Prefeitura nos medicamentos que são licitados. Vale ressaltar ainda que os bloqueios das contas da Prefeitura impactam no equilíbrio orçamentário da gestão municipal.

Também é realizado um levantamento de pacientes inativos, com registros de domicílios indevidos (não domiciliados em Muriaé), verificando juntamente com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Muriaé e seus respectivos dados e domicílios para averiguação de legitimidade dos mesmos. Ainda é válido ressaltar que além da instituição da Câmara Técnica de Saúde por meio da Lei Municipal nº 5.425/2017, houve também a criação da Comissão de Farmácia e Terapêutica e da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME). Ressaltamos ainda, que a criação da REMUME propiciou a incorporação de novos medicamentos na lista de medicamentos essenciais disponibilizados pelo município, ampliando a possibilidade de acesso por parte da população muriaeense.

Frisamos que através do banco de dados implantado pelos profissionais da Câmara Técnica de Saúde foi possível verificar os procedimentos/cirurgias/exames e medicamentos de maior requisição e desta forma realizar processos licitatórios no que cabe aos procedimentos/cirurgias/exames e no que cabe aos medicamentos sendo inclusos na lista de medicamentos do REMUME. Além de gerar economia com os gastos públicos, a agilidade nos atendimentos é notória, pois observamos uma redução dos números de ofícios e número de perícias desde a instituição da Câmara Técnica de Saúde.

Outro ponto que cabe ressaltar é que muitos procedimentos/cirurgias e exames eram fornecidos pelo SUS e os usuários não tinham conhecimento disto. Com os medicamentos isso também era corriqueiro, pois muitos medicamentos requeridos através do poder judiciário estão inscritos no Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) sendo fornecidos pela farmácia da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (Farmácia de Alto Custo), e do REMUME através da Farmácia Básica municipal. Tendo em vista os resultados alcançados pela Câmara Técnica de Saúde, os mesmos vão muito além da geração de economia nos gastos públicos com

demandas judiciais da política de saúde local. Esses resultados estão garantindo um acesso à saúde mais amplo, igualitário e equânime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar a CTS, levamos em consideração a questão da efetividade desse projeto, pois o impacto positivo gera várias ações de prevenção e promoção da saúde, sendo um projeto pioneiro neste formato no Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista a implantação da Câmara Técnica de Saúde do Município de Muriaé, esta diminuiu a judicialização da saúde, agilizou o atendimento aos usuários e gerou economia aos cofres públicos, possibilitando, desta forma, que os recursos sejam revertidos em melhorias em outros setores da Saúde do município.

É importante frisar que desde a criação da Câmara Técnica de Saúde, no dia 08/06/2017 até 30/06/2018 foram realizados 620 atendimentos pelos profissionais desta Câmara Técnica de Saúde, e que, com seus atendimentos, foram revertidos para os cofres públicos R\$ 2 milhões. Já nos dois primeiros meses de 2018 foram realizados 70 atendimentos pela Câmara Técnica de Saúde e já revertidos para a política de saúde local R\$ 500 mil.

Por derradeiro, os profissionais da CTS, envolvidos de forma técnica, ética e competente, estão empenhados não apenas em reduzir os gastos públicos com a política de saúde local, mas também, na garantia do direito à saúde de forma universal, integral e com equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Cecília et. al. **Redes de Atenção à saúde sob a luz da teoria da complexidade**. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem 19 (1) jan-mar.2015.

BRAGA, J.C.S.; PAULA, S.G. **Saúde e Previdência**. São Paulo: CEBES/HUCITEC, 1987.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 13 ago. 2014

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei 3.987, de 2 de janeiro de 1920, reorganiza da Saúde Pública.

BRASIL, Ministério da Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde. In: Anais da 8ª. Conferência Nacional de Saúde. Brasília: MS, 1986

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n.º 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BERTOLOZZI, Maria Rita; GRECO, Rosangela Maria. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.30, n.3, p.380-98, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/34936/37672>>. Acesso em 05 de out. 2015.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, A. E. et al. (org.) **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 197-241. Capítulo 3.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Saúde e serviço social no capitalismo: **fundamento sócio- histórico**. São Paulo: Cortez, 2013.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A Questão Social no Brasil: crítica do discurso político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

COHN, Amélia et. al. **A saúde como direito e como serviço**. 5.ed. São Paulo: Cortez. 2008

SCOREL, Sarah. Equidade em saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.1, p.9-18, 2016 17 Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio, 2008. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/equsau.html>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SCOREL, Sarah. Saúde: uma questão nacional. In: TEIXEIRA, S. F. (org.) **Reforma sanitária: em busca de uma teoria**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.181-192.

FLEURY, Sônia. A seguridade social inconclusa. In: _____. **A era FHC e o governo Lula: transição?** Brasília: INESC, 2004. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/livros/a-era-fhc-e-o-governo-lula>>. p.107121. Acesso em 19 jul. de 2013.

KRUGER, Tânia Regina. **A estratégia conselhistas na área da saúde: a dicotomia entre o plano legal e o real.** 1998. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde.** Brasília (DF) Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

PAIM, Jairnilson Silva. **Descentralização das ações e serviços de saúde no Brasil e a renovação da proposta “saúde para todos”.** Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. Lei Municipal nº 5.425 de 2017. Dispõe sobre os procedimentos administrativos relacionados à seleção, prescrição e à dispensação de medicamentos, e institui a Câmara Técnica de Saúde, dentre outras providências.

SANT'ANA, João Maurício Brambati et. al. Racionalidade terapêutica: elementos médico-sanitários nas demandas judiciais de medicamentos. **Revista Saúde Pública**;45(4): 714-721, ago.2011.

SANT' HELENA, Moara Monteiro et. al. Da reforma sanitária às privatizações: discutindo a saúde pública brasileira. In: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1, 2013, 22 ago, Florianópolis, SC. Anais... Florianópolis, SC: GRESS/SC, 2013. Disponível em: < <http://cress-sc.org.br/?p=792>>. Acesso em: 10 out, 2018.

SIERRA, Vânia Morales. A judicialização da Política no Brasil e a atuação do Assistente Social. **Revista Katálises**, v. 14, nº 2, p. 256-264, Jul./Dez. 2011.

STEVANIM, Marley Aparecida de Paula. Judicialização da saúde: acesso à assistência farmacêutica no município de Campos dos Goytacazes. 2015. 157 f. . Dissertação (Mestrado. Em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes – RJ, 2015. Disponível em: <<http://uenf.br/pos-graduacao/politicassociais/files/2015/10/MARLEY-APARECIDADE-PAULA-STEVANIM.pdf>>. Acesso em: 10 out, 2018.

AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE SAÚDE: DA PRIMEIRA A OITAVA, PONTOS PRINCIPAIS E ALTERAÇÕES

Dorival Fagundes¹⁴

RESUMO

O artigo se dispõe a analisar, brevemente, as primeiras Conferências Nacionais de Saúde (CNSs), até a Oitava, fazendo uma breve introdução acerca da sua implantação no país, com enfoque nesta última. Em seguida, pontua-se alguns pontos importantes, cronologicamente, de cada uma das Conferências, sem a pretensão de esgotá-las, com base em uma metodologia de pesquisa bibliográfica e de análise documental, em especial os Anais e os Relatórios Finais de cada uma das Conferências, com exceção da Segunda, devido a dificuldade em encontrar os materiais devidos. Ao final, já versando sobre a Comissão Nacional da Reforma Sanitária no âmbito da Constituinte, verificou-se que, com a ampla legitimidade adquirida pelo Movimento Sanitário Brasileiro (MSB), somado ao poder de produção de proposições, foi possível abranger muitas das demandas elencadas na Oitava Conferência, tanto no texto aprovado da Constituição Federal de 1988 quanto na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8.142/90).

Palavras-chaves: conferências nacionais de saúde. movimento sanitário brasileiro. constituição.

ABSTRACT

The article sets out to briefly analyze the first National Health Conferences (NSCs), up to the Eighth, with a brief introduction about its implementation in the country, focusing on the latter. Next, some important chronological points of each of the Conferences are pointed out, without the pretension of exhausting them, based on a methodology of bibliographical research and documentary analysis, especially the Annals and the Final Reports of each one of the Conferences, with the exception of the Second, due to the difficulty in finding the materials due. In the end, already talking about the National Commission of Sanitary Reform within the scope of the Constituent, it was verified that, with the wide legitimacy acquired by the Brazilian Health Movement (MSB), added to the power of production of proposals, it was possible to cover many of the demands listed at the Eighth Conference, both in the approved text of the 1988 Federal Constitution and in the Organic Health Law (Law 8080/90 and Law 8.142 / 90).

¹⁴ Mestrando em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC Rio. Pós-graduado em Sociologia pela UCAM. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela FND/UFRJ.

Keywords: national health conferences. brazilian health movement. Constitution
Introdução

As Conferências Nacionais da Saúde (CNS) datam de muito tempo na história institucional do Brasil, uma vez que foram instituídas ainda no ano de 1937, no primeiro governo do então Presidente Getúlio Vargas, com o objetivo amplo e geral que incluía as conferências nacionais no âmbito educacional, de ser um ferramenta do governo federal a construir e fomentar as articulações dentro do próprio sistema (federal), bem como adquirir um conhecimento mais concreto e patente das ações de saúde e de educação desenvolvidas pelos estados federados.

As CNSs foram estabelecidas e concebidas jurídica e socialmente a partir da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que operou uma reorganização do Ministério da Educação e da Saúde (PINHEIRO, WESTPHAL, AKERMAN, 2005, p. 451).

À época da sua confecção, constituíam-se de *loci* (espaços) intergovernamentais, dos quais participavam as autoridades do Ministério da Educação e da Saúde, bem como as autoridades setoriais dos entes estaduais e do território do Acre, com previsão inicial para serem executadas constantemente a cada dois anos, não obstante a primeira conferência ter-se concretizado apenas em janeiro de 1941. A contar desta primeira, já foram realizadas treze CNSs, até 2007, consoante o Quadro abaixo (BRASIL, 2009, p. 12).

O estudo vai se concentrar nas CNSs realizadas antes da Nova República até chegar à Oitava Conferência, verdadeiro divisor de águas neste tipo de política pública participativa e democrática de cunho sanitário. Já adianta-se, desde logo, que a Primeira até a Sétima Conferência estão inseridas no contexto anterior ao advento da Nova República; sendo, portanto, apenas da Oitava em diante, que o contexto já é o da Nova República, após a Ditadura civil-militar.

1. A 1ª Conferência Nacional de Saúde

A 1ª CNS ganhou realidade fenomênica sensorial em novembro de 1941 a partir da sugestão propositiva do Senhor Gustavo Capanema, via Decreto legal de convocação, no qual já estava escrito a sua finalidade:

[...] ocupar-se dos diferentes problemas da saúde e da assistência, mas demodo especial dos seguintes: a) Organização sanitária estadual e municipal; b) ampliação e sistematização das campanhas nacionais contra a lepra e a tuberculose; c) determinação das medidas para desenvolvimento dos serviços básicos de saneamento e d) plano de desenvolvimento da obra nacional de proteção à maternidade, à infância e à adolescência.”Um temário nitidamente relativo à gestão e administração dos serviços de saúde, no âmbito de um Estado que se constituía [...] (BRASIL, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1941).

Como já mencionado, neste período considerado, o setor de saúde e o de educação estavam sob a mesma batuta de um só ministério, duplo em sua função (considerando o olhar da contemporaneidade), o Ministério de Educação e Saúde (MES). As CNSs subsequentes igualmente refletiram os seus próprios momentos históricos, nos quais estavam submetidos, trazendo as problemáticas de então à baila, com o enfoque, é claro, no grande campo da saúde. Não obstante a normativa legal que propunha a realização periódica a cada dois anos, a segunda conferência apenas restou materializada no ano de 1950, final do Governo Dutra, sendo certo que há pouca disponibilidade de informações sobre o evento, dificultando veementemente o trabalho de pesquisa.

2. A 2ª Conferência Nacional de Saúde

A Segunda CNS teve a regência administrativa do Ministro Pedro Calmon, efetivada no período de 21 de novembro a 12 de dezembro do ano de 1950. Em seu temário geral é possível apreender o escopo idem da realização, que era o de perquirir os “pontos de vista dominantes entre os sanitaristas”, e assim edificar uma compreensão mais consistente acerca dos problemas sanitários experimentados entre os gestores de saúde estaduais e federais, compartilhados entre eles.

Entre os temas da Segunda CNS estavam: a malária, segurança do trabalho, condições de prestação de assistência médica sanitária e preventiva para trabalhadores e gestantes. Infelizmente não há um relatório conhecida sobre a conferência.

A década de 1950, em seu preâmbulo, viu exsurgir em sua dimensão espaçotemporal uma série de mudanças institucionais importantes (BRASIL, 2009, p. 13), como a criação do Ministério da Saúde (em 25 de julho de 1953), separando, finalmente, o setor sanitário do educacional, mas sem que representasse uma transformação positiva no sentido de se buscar medidas resolutivas para os imbrólios sanitários enfrentados pelo país.

A aprovação da Lei nº 2312 de 03 de setembro de 1954 constituiu, possivelmente, a primeira tentativa de estruturação de um sistema de saúde abrangente, a nível nacional, quando traz como ementa legislativa a proposta de instituir “Normas Gerais sobre Defesa e Proteção da Saúde”, tendo, ainda, como os quatro primeiros artigos os que se seguem, constituindo, em primórdios (que foram amadurecidos ao longo do tempo), (i) a ideia de que a saúde era um dever do Estado (art. 1º); (ii) a função de pesquisa sobre saúde ser de predominância federal, com nítido enfoque para as demandas de enfermidades da época, bem como da influência do meio ambiente na questão saúde (art. 2º); (iii) outras incumbências do Governo Federal, como as de realização de uma educação sanitária em todo o país (o que parece estar em falta, atualmente), mas já elencando quanto as possibilidades de se firmar parcerias e convênios com organização sanitários de outros países, internacionais, bem como com os entes federativos estaduais, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 3º); e (iv) a competência legislativa supletiva e complementar dos Estados, Distrito Federal e Territórios, sendo, portanto, da competência da União o traçado jurídico das “normas gerais da defesa e proteção da saúde do povo”, de observância obrigatória em todo o território nacional (art. 4º).

3. A 3ª Conferência Nacional de Saúde

A Terceira Conferência foi realizada treze anos após a Segunda, sendo convocada pelo presidente João Goulart em Julho de 1936. O seu corpus integrativo pessoal ainda era os representantes oficiais dos governos federais, estaduais, dos territórios, bem como de “entidades científicas e dos órgãos integrados nos programas do desenvolvimento econômico-social” (BRASIL, Saúde, 1963); sendo que, não obstante isso, começou-se a haver uma primeira e tímida ampliação dos agentes participantes, estabelecendo que *“Os Secretários de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e os Diretores de Saúde dos Territórios poderão se fazer acompanhar de assessores técnicos (Art. 6º, BRASIL, 1963).*

O temário da Terceira igualmente deixava transparecer uma nova orientação, voltada para um diagnóstico da situação sanitária da população brasileira, da distribuição das atividades médico-sanitárias nos níveis federal, estaduais e municipais, a municipalização dos serviços de saúde e fixação de um Plano Nacional de Saúde, como se depreende dos artigos sétimo, oitavo e nono do Regimento da 3ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 1963).

DO TEMÁRIO

Art.7º - Os temas oficiais da 3ª Conferência Nacional de Saúde serão os seguintes:

- a) Situação sanitária da população brasileira.
Apreciação geral do problema;
- b) Distribuição das atividades médico-sanitárias nos níveis federal, estadual e municipal;
- c) Municipalização dos serviços de saúde e;
- d) Fixação de um Plano Nacional de Saúde.

Art.8º - Poderão ser discutidos trabalhos sobre outros assuntos desde que previamente aprovados pela Comissão Organizadora.

Art.9º - A Comissão Organizadora procederá a classificação dos trabalhos de acordo com o Temário e preparará os documentos básicos de discussão dos 4 temas oficiais.

O Golpe Militar de 1964 ornou inexecutável a implementação das medidas propostas pela Terceira CNS, mas as suas deliberações alimentaram sobremaneira muitos dos debates realizados por movimentos sociais a partir da década de setenta – 1970 (BRASIL, 2009, p. 13).

4. A 4ª Conferência Nacional de Saúde

A Quarta CNS foi realizada em 1967, assim como as três subsequentes, foram realizadas em plena ditadura civil-militar. Um dos pontos fundamentais a serem destacados é que, como não poderia deixar de ser, elas reativaram a característica do debate técnico, puramente, com o envolvimento de especialistas nas temáticas a debatidas e das autoridades vinculadas ao Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e dos estados e territórios. O ato legislativo convocador foi o Decreto nº 58.266 de 27 de abril de 1966, sendo presidida pelo então ministro Leonel Miranda Tavares de Albuquerque¹⁵ e tendo como Presidente da Comissão Organizadora o Hélio Fraga. Na Introdução (BRASIL, IV CNS, 1967, p. 11) dos Anais desta conferência assim estão descritos:

A IV Conferência Nacional de Saúde foi convocada pelo Decreto nº 58.266, de 27 de abril de 1966, nos termos do disposto no art. 90 e parágrafo único da Lei n.º 378, combinado com o art. 1.º da Lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1952, com a finalidade de formular sugestões para uma política permanente de avaliação de recursos humanos, tendo em vista a formação dos contingentes de pessoal de que o país carece para o desenvolvimento de suas atividades de saúde.

Nesta conferência foi debatido o tema “Recursos Humanos para as atividades de Saúde”, com ênfase na identificação das necessidades de formação de material humano, bem como nas responsabilidades do MPAS e das instituições de ensino superior da área quanto à capacitação de profissionais e desenvolvimento da política de saúde pública. Entre as suas atividades, contou-se ainda com um painel internacional sobre a política e as realizações da Organização Pan-americana de

¹⁵ Em seu discurso Pronunciado na abertura da Conferência, dia 30 de agosto de 1967, o ministro pontuou: “Médico, eu me sinto instalando uma Junta que vai procurar identificar e desenvolver um meio de tratamento para um paciente com uma família composta de milhões de dependentes. É uma questão de amor ao próximo e à profissão. Integrante do Governo, eu espero, também ansioso, que as indicações dêem ao paciente condições de assumir, sem mais demora, o destino que lhe está reservado. É uma questão de idealismo e amor à Pátria. Nós, os médicos, especialmente nos países em desenvolvimento, passamos a vida, ao longo de nossa carreira, pugnando pela melhoria dos recursos humanos necessários ao progresso das nações. É um sentimento inerente ao nosso juramento, indispensável a melhor desempenharmos nossa missão, inadiável ao bem-estar dos povos e ao julgamento da posteridade. É este o espírito que tem inspirado todos os conclave que temos realizado no país e dos quais tantos resultados floresceram e frutificaram”.

Saúde (OPAS) e as experiências sanitárias de dois países vizinhos, Venezuela e Colômbia (BRASIL, IV CNS, 1967, p. 17).

5. A 5ª Conferência Nacional de Saúde

A Quinta CNS, por sua vez, foi realizada em agosto de 1975, já durante o Governo de Ernesto Geisel, sendo convocada através do Decreto nº 52.301 de 27 de julho de 1963 e presidida pelo Ministro da Saúde da época, Paulo de Almeida Machado, elencando cinco temas para serem trabalhados.

O primeiro deles foi o Sistema Nacional de Saúde, fruto da Lei nº 6229/1975, aprovada em julho deste mesmo ano, prevendo atribuições específicas e distintas entre o Ministério da Saúde, ficando este responsável pelas ações coletivas de saúde pública, e o sistema de assistência médica previdenciário, responsável pelas ações de assistência à saúde individual.

O segundo tema foi o Programa Nacional de Saúde Materno-infantil, sobretudo as estratégias e os mecanismos de implementação deste programa.

O terceiro foi o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, e em seguimento, o Programa de Controle das Grandes Endemias, como Malária, Doença de Chagas, Febre Amarela, Tracoma, dentre outras.

Por fim, como derradeiro tema, houve discussões sobre a Extensão das Ações de Saúde às Populações Rurais.

O Governo, ao selecionar os cinco temas trazidos à consideração dos participantes, busca identificar e definir os problemas em pauta, para encontrar a melhor forma de encaminhar e implementar os programas, atividades e tarefas que conduzam à integração de esforços e ações, orientados por política de trabalho bem definida, da qual participem os órgãos e entidades do poder público de todos os níveis, assim como organizações privadas, voltados todos para o esforço comum e solidário em benefício da comunidade. Participaram dos trabalhos da Conferência 217 delegados, 77 observadores e como convidado especial o Dr. Hector Acuña, Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde. Foram realizadas 7 sessões plenárias tendo sido, a primeira e a última, presididas pelo Sr. Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado.

Houve também um discurso de abertura dos trabalhos da Quinta feito pelo então presidente-ditador, Ernesto Geisel:

Assinalo, a propósito e com destaque, a recente constituição do Sistema Nacional de Saúde – um dos temas desta Conferência.

Nos últimos decênios, caracterizou-se a insuficiência de coordenação e de entrosamento entre entidades e agentes de saúde como causa responsável, em parte, pela baixa produtividade global do Setor. O reconhecimento dessa falha orientou o Governo no sentido de fixar, prioritariamente, uma nítida definição do quadro institucional vigente. Para tanto, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto hoje já transformado em Lei nº 6229, de 17 de Julho último.

A Natureza esclarecedora da nova lei não implica na adoção, pelo Governo, de uma atuação institucional compartimentada. Na realidade, a ação eficiente de defesa de saúde supõe medidas de prevenção e proteção, bem como de cura e reabilitação, que configuram um espectro difuso. Daí a concepção de integração do sistema, cujos contornos são explicitados para facilitar e estimular a tomada de decisões e iniciativas, inclusive, se necessário, em nível superior, através de mecanismos coordenadores, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Social (BRASIL, 1975).

A Conferência contou ainda com a participação dos membros do Conselho de Desenvolvimento Social, cuja composição envolve os representantes de todos os ministérios da área social, somados ao de Planejamento e da Fazenda. Estudiosos apontam que a principal contribuição desta conferência foram as proposições no sentido de organização do Sistema Nacional de Saúde (BRASIL, 2009, p. 14).

6. A 6ª Conferência Nacional de Saúde

A Sexta CNS aconteceu dois anos após a anterior, em agosto de 1977, convocada pro meio do Decreto nº 79.318 de 01 de março de 1977, apresentando em seu temário geral, quatro temas, quais sejam: (i) Situação atual do controle das grandes endemias; (ii) Operacionalização dos novos diplomas leis básicos aprovados pelo governo federal em matéria de saúde; (iii) Interiorização dos Serviços de Saúde (com ênfase no PIASS); e (iv) Política Nacional de Saúde, destrinchando-o pormenorizadamente (BRASIL, Anais da VI CNS, 1977, p. 06). O elemento diferenciador desta conferência foi a reintrodução de um debate acerca da necessidade de uma política Nacional de Saúde, sendo a política compreendida como um:

No âmbito do presente documento entretanto, o conceito de política será mais limitado e específico: corpo de doutrina para fins operacionais, que deve ter um reconhecimento dos poderes públicos constituídos, devendo ser legitimado pela população como um todo ou pelos seus representantes e lideranças. Neste sentido o objetivo da política é a orientação do universo (da totalidade) das ações de determinado setor que tal política abrange, no caso o setor saúde no país, segundo diretrizes que visem ao equacionamento e solução dos grandes problemas do setor em questão. É preciso enfatizar que a formulação de uma política para o setor não esgota a necessidade de equacionamento dos problemas e ordenação das ações relativas ao setor, antes pressupõe uma seqüência de documentos que devem segui-la, ou sejam planos, programas e projetos.

No caso do Brasil, face à sua grande extensão territorial e diversidade de situação geográfica, econômica, demográfica, de acessibilidade e nosológica, o âmbito de cada um desses instrumentos de ação de saúde deve ser

adequado às realidades regionais e ao conteúdo da ação programática, atentando-se especialmente a que, a excessiva abrangência de determinado instrumento não venha a prejudicar-lhe a consistência e a aplicabilidade” (BRASIL, IV CNS, Tema IV Política Nacional de Saúde, p. 05 e 06).

Nesta conferência já se anunciavam, como pode ser visto pelo excerto supra, algumas das demandas sociais concernentes à democratização dos processos decisórios, que começavam a se expandir neste período, um desejo por liberdade e mais participação popular dentro dos próprios ambientes institucionais, e ainda que estando submetidos à um regime autoritário.

7. A 7ª Conferência Nacional de Saúde

A Sétima CNS, a seu turno, foi convocada pelo Decreto nº 84.106 de 02 de Fevereiro de 1979, sendo realizada no de ano 1980, então governo de João Batista Figueiredo, presidida pelo ministro Waldyr Mendes Arcoverde. Nas palavras dos próprios Anais da Conferência,

A convocação da 7ª Conferência Nacional de Saúde teve por finalidade promover o debate amplo de temas relacionados à implantação e ao desenvolvimento do Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREV-SAÚDE), sob a égide dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social e ao mesmo tempo, coligir subsídios para o seu aperfeiçoamento.

Em consequência, ficou decidido que Conferência teria um tema único e central – EXTENSÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE ATRAVÉS DOS SERVIÇOS BÁSICOS – com os seguintes subtemas:

1. Regionalização e Organização de Serviços de Saúde nas Unidades Federadas.
2. Saneamento e Habitação nos Serviços Básicos de Saúde – o PLANASA e o Saneamento Simplificado.
3. Desenvolvimento de Recursos Humanos para os Serviços Básicos de Saúde.
4. Supervisão e Educação Continuada para os Serviços Básicos de Saúde.
5. Responsabilidade e Articulação Interinstitucional (Níveis Federal, Estadual e Municipal). Desenvolvimento Institucional e da Infra-estrutura de Apoio nos Estados.
6. Alimentação e Nutrição e os Serviços Básicos de Saúde.
7. Odontologia e os Serviços Básicos de Saúde.
8. Saúde Mental e Doenças Crônico-degenerativas e os Serviços Básicos de Saúde.
9. Informação e Vigilância Epidemiológica nos Serviços Básicos de Saúde.

10. Participação Comunitária. Os Serviços Básicos de Saúde e as Comunidades.
11. Articulação dos Serviços Básicos com os serviços especializados no Sistema de Saúde (BRASIL, Anais da VII, 1979, p. 03).

Ao todo estiveram cerca de 402 participantes, divididos em 16 grupos de debates de conformidade com o subtema escolhido por eles no momento da inscrição.

Pelo que se depreende dos Anais da Conferência o PREV-SAÚDE propunha uma reestruturação e mesmo ampliação dos serviços de saúde à população¹⁶, com a elaboração de uma rede básica sanitária cuja cobertura deveria ser universal. Também foi objeto de deliberação uma proposta do então presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) de se criar um seguro-saúde, uma espécie de contribuição previdenciária adicional com a finalidade de financiar a instituição¹⁷.

O discurso do então Presidente Figueiredo no momento da abertura da Sétima era um corolário do debate que estava em curso:

Meu governo considera o direito à saúde um corolário natural do direito à vida. O dever do Estado de prover as populações com meios adequados à promoção da saúde e à prevenção da doença – antes que à reabilitação do doente – corresponde, com igual conspicuidade, àquele direito. A convocação desta Conferência tem, por isso, como finalidade principal, debater e coordenar as atividades dos vários setores e níveis de governo no que respeita às ações básicas de saúde. Estou certo, porém, de que só obteremos resultados duradouros em nosso esforço na medida em que as comunidades interessadas participem conscientemente na formulação, execução e avaliação dos programas de saúde. Por isso, todo o governo deve empenhar-se, mais ainda, em melhorar o espírito solidário e cooperativo entre os membros das aglomerações sociais. O grande safio, no plano do governo, é a integração e a coordenação. A articulação entre os ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social é particularmente significativa, pelos resultados já alcançados. É também a mais complexa, em face da multiplicidade de serviços afins ou

¹⁶ O PREV-SAÚDE foi lançado e publicizado durante a VII CNS, que já apontava, por parte do próprio governo, para um apelo à “participação social” e prometendo mesmo o resgate da “dívida social” perante os excluídos do processo de desenvolvimento nacional, como aponta PAIM (2007, p. 80), com a achancela do Presidente da República e dos Ministros de Estado.

¹⁷ É sempre razoável relembrar que os superintendentes do INAMPS, possuidores de vultuosos poderes políticos, até então, passaram a não mais gozar destes capitais políticos, sendo transferidos para uma espécie de segundo plano, já que, nos espaços de poderes de primeiro nível, fundamental, estruturante, estavam agora os Secretários Estaduais de Saúde, na qualidade de gestores primários (FIGUEIREDO NETO & SILVA & ROSA & CUNHA & SANTOS, 2010).

complementares; da ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce; da identificação de soluções nacionais para os problemas de caráter tipicamente nacional; do estímulo à crescente nacionalização de equipamentos e insumos”(BRASIL, 1980, p. 15).

Cabe destacar que o Relatório Final da Conferência, em seu último tópico, “7 – Conclusões”, traz em debate o fato de que os usuários dos serviços de saúde não foram chamados para a deliberação naquele espaço, mas que estes grupos sociais deveriam ser convocados para participarem dos processos decisórios das políticas usufruídas por eles, na qualidade de destinatários finais:

A mais ampla liberdade de manifestação, com intensa troca de opiniões e experiências, caracterizou o bem organizado e harmonioso clima sob o qual os debates da Conferência se desenrolaram. Embora, por motivos circunstanciais, não tenham sido convocados determinados grupos sociais – como, por exemplo, os usuários dos serviços de saúde – o conjunto das instituições, órgãos e serviços, tanto do setor saúde quanto dos setores afins, foi bastante representativo. Cabe ainda registrar que, além de ter reinado durante toda a Conferência uma clara unidade de pensamento com respeito ao seu tema central, consenso geral foi alcançado na sessão de apresentação dos relatórios dos grupos de debates quanto aos seguintes pontos: [...] acordo em que a população brasileira, destinatário final das ações do programa, ainda não participa do seu processo decisório, devendo porém fazê-lo na medida em que for levada a se incorporar à prática das ações ao mesmo inerentes, desse modo podendo representar fator determinante para que alcance suas finalidades (BRASIL, 1980, pp. 216 e 217).

Esses registros se coadunam com o reconhecimento do movimento social que se fortalecia neste período em torno das reivindicações e lutas por reformas mais profundas do sistema de saúde (BRASIL, 2009, p. 15).

Em Outubro de 1979 realizou-se o 1º Simpósio Nacional de Política de Saúde, pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, marco expressivo do Movimento Sanitário Brasileiro (MSB).

Neste evento, o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES) discutiu e debateu a sua própria proposta de reorientação do sistema sanitário, em um documento famoso intitulado “A Questão Democrática na Área de Saúde”, que fora acatado em todos os grupos de trabalho, integrando o relatório final do evento.

Por uma saúde autenticamente democrática entende-se:

- 1- O reconhecimento do direito universal e inalienável, comum a todos os homens, à promoção ativa e permanente de condições que a viabilizem a preservação de sua saúde;
- 2- O reconhecimento do caráter socioeconômico global destas condições: emprego, salário, nutrição, saneamento, habitação e preservação de níveis ambientais aceitáveis;
- 3- O reconhecimento da responsabilidade parcial, porém, intransferível das ações médicas propriamente ditas, individuais e coletivas, na promoção ativa da saúde da população;
- 4- O reconhecimento, finalmente, do caráter social deste Direito e tanto da responsabilidade que cabe à coletividade e ao estado em sua representação, pela efetiva implantação e resguardo das condições supra mencionadas; [...].

A Sétima CNS então, como resta claro, ainda que realizada sob moldes semelhantes às anteriores, já expressava a necessidade imperiosa de transformações no sistema de saúde quanto nas próprias conferências nacionais, que só viriam a se concretizar após o início do processo de redemocratização do país, com a queda do regime ditatorial (ou, se preferirem, com a “abertura lenta, gradual e segura”).

O Sistema de Saúde centralizado, ensimesmado, institucionalmente fragmentado, com descontinuidades administrativas permanentes, fortemente verticalizado e excludente, consolidado nas décadas anteriores, não mais atendia às necessidades públicas explicitadas por vários setores do corpus social; e o processo decisório, fechado na órbita governamental, sem abertura para diálogos, foi veementemente contestado pelos movimentos sociais que se organizaram em torno de um setor (BRASIL, 2009,p. 15).

8. A 8ª Conferência Nacional de Saúde

A Oitava CNS, materializada no ano de 1986, portanto, já no período da Nova República, com o fim da Ditadura, define o momento intenso e marcante em que as transformações adquirem contornos límpidos, sobretudo com a ampliação do espectro de atores envolvidos e com a explicitação das diretrizes para a reorganização e reelaboração do sistema de saúde.

Foi convocada pelo Ministro da época Carlos Santanna a partir do Decreto nº 91.466 de 23 de Julho de 1985, mas realizada sob a gestão de Roberto Figueira Santos, que em seu Discurso pronunciado na Cerimônia de Abertura destacou:

O momento é decisivo. Por varias vezes, nas ultimas quatro décadas, o governo do Brasil convocara anteriormente a Conferência, ao verificar a necessidade do reexame de aspectos vários da problemática da saúde. Na presente oportunidade, resultou a convocação das profundas alterações politico-administrativas desencadeadas pelo Governo Sarney no ultimo ano, com reflexos expressivos nos conceitos e na pratica dos cuidados a saúde. A implantação da Nova Republica, com o que significou para o cidadão brasileiro, nas mais variadas componentes das suas condições de vida e trabalho, tem ensejado fecunda meditação sobre as diretrizes vigentes na nossa área de ação profissional.

Aproxima-se a instalação da Assembléia Constituinte, razão a mais e de fundamental importância para a convocação de uma Conferência que diferisse das anteriores na sua composição. Estamos, aqui reunidos, autoridades de governo nos níveis federal, estadual e municipal, juntamente com representantes de variados setores da comunidade, estes na condição de usuários dos serviços submetidos a debate.

Teve a sua Organização sob a batuta organizadora, na qualidade de presidente, de Sérgio Arouca, indubitavelmente umas das lideranças mais pujantes do Movimento da Reforma Sanitária Brasileiro (MSB).

Quanto ao temário da Oitava, percebe-se que fora composto pelos três itens seguintes: (i) Saúde como direito inerente à cidadania e à personalidade; (ii) Reformulação do sistema nacional de saúde; e (iii) Financiamento do setor Saúde.

Um amplíssimo processo de mobilização, que já estava em curso, acabou articulando a representação de diferentes segmentos, estimulando a realização das chamadas pré-conferências de âmbito estadual, e assim conferiu-se a quantia de cerca de quatro mil pessoas em Brasília para a reunião da Oitava, dos quais mil eram delegados com direito a voz e voto, ou seja, tendo um peso decisivo e oficial na discussão dos rumos do sistema de saúde.

Um dos núcleos mais incisivos e “militantes” das proposições da 8ª Conferência é a resolução de número 13, do tema 1, que propunha (BRASIL, 2009, p. 17):

1 – Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente,

trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.

2 – A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas.

3 – Direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade.[...]

13 – É necessário que se intensifique o movimento de mobilização popular para garantir que a Constituinte inclua a saúde entre as questões que merecerão atenção prioritária. Com este objetivo, a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, deverá ser deflagrada uma campanha nacional em defesa do direito universal à saúde, contra a mercantilização da medicina e pela melhoria dos serviços públicos, para que se inscrevam na futura Constituição:

– a caracterização da saúde de cada indivíduo como de interesse coletivo, como dever do Estado, a ser contemplado de forma prioritária por parte das políticas sociais;

– a garantia da extensão do direito à saúde e do acesso igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis, a todos os habitantes do território nacional;

– a caracterização dos serviços de saúde como públicos e essenciais (BRASIL, 1986, pp. 382 e 384).

Ela apresentou os objetivos políticos da Conferência em relação à Constituinte, que foram, felizmente, inseridos no texto da Constituição Federal de 1988, com redação bastante semelhante¹⁸. Veja-se:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (BRASIL, 1988).

¹⁸ O relatório da Oitava Conferência foi o conteúdo, substancial, de referência norteadora no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em 1987/1988, sendo reconhecido, à época e até hoje, como um documento de expressão social, fundante da maior conquista social em políticas públicas do país no pós-regime (BATISTA JÚNIOR, 2008).

As orientações principiológicas que orientariam a organização, operacionalização e gestão do futuro novo sistema de saúde também foram explicitados no Relatório Final da Oitava, especificamente no trato do “Tema 2 – Reformulação do Sistema Nacional de Saúde”. Colaciona-se aqui o ponto 3 deste tema.

3 – O novo Sistema Nacional de Saúde deverá reger-se pelos seguintes princípios:

a) referente à organização dos serviços –

- descentralização na gestão dos serviços;
- integralização das ações, superando a dicotomia preventivo-curativo;
- unidade na condução das políticas setoriais;
- regionalização é hierarquização das unidades prestadoras de serviços; – participação da população, através de suas entidades representativas, na formulação da política, no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das ações de saúde; – fortalecimento do papel do município;
- introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o direito democrático de escolher a terapêutica preferida.

b) atinentes às condições de acesso e qualidade

- universalização em relação à cobertura populacional a começar pelas áreas carentes ou totalmente desassistidas;
- equidade em relação ao acesso dos que necessitam de atenção; – atendimento oportuno segundo as necessidades;
- respeito à dignidade dos usuários por parte dos servidores e prestadores de serviços de saúde, como um claro dever e compromisso com a sua função pública;
- atendimento de qualidade compatível com o estágio de desenvolvimento do conhecimento e com recursos disponíveis;
- direito de acompanhamento a doentes internados, especialmente crianças; – direito à assistência psicológica sem a discriminação que existe atualmente.

c) relacionados com a política de recursos humanos

- remuneração condigna e isonomia salarial entre as mesmas categorias profissionais nos níveis federal, estadual e municipal, e estabelecimento urgente e imediato de plano de cargos e salários; – capacitação e reciclagem permanentes:
- admissão através de concurso público;
- estabilidade no emprego;
- composição multiprofissional das equipes, considerando as necessidades da demanda de atendimento de cada região e em consonância com os critérios estabelecidos pelos padrões mínimos de cobertura assistencial;
- compromissos dos servidores com os usuários;
- cumprimento da carga horária contratual e incentivo à dedicação exclusiva;
- direito à greve e sindicalização dos profissionais de saúde;
- formação dos profissionais de saúde integrada ao Sistema de Saúde, regionalizado e hierarquizado;
- inclusão no currículo de ensino em saúde do conhecimento das práticas alternativas;

- incorporação dos agentes populares de saúde como pessoal remunerado, sob a coordenação do nível local do Sistema Único de Saúde, para trabalhar em educação para a saúde e cuidados primários”(BRASIL, 1986, pp. 384 e 385).

As proposições deste mesmo tema ainda incluíam o principal objetivo a ser alcançado pelo Sistema Único de Saúde, a progressiva estatização do setor saúde, a partir do *empoderamento* dos setores estaduais em todos os níveis federativos. Assim, os prestadores de serviços privados passariam a ser controlados mais efetivamente, com a coibição dos lucros abusivos, submetidos ao controle estatal, tudo com o fim-mor de garantir uma prestação de qualidade dos serviços de saúde à população, universalizada.

4 – O principal objetivo a ser alcançado é o Sistema Único de Saúde, com expansão e fortalecimento do setor estatal em níveis federal, estadual e municipal, tendo como meta uma progressiva estatização do setor. Os prestadores de serviços privados passarão a ter controlados seus procedimentos operacionais e direcionadas suas ações no campo da saúde, sendo ainda coibidos os lucros abusivos. O setor privado será subordinado ao papel diretivo da ação estatal nesse setor, garantindo o controle dos usuários através dos seus segmentos organizados. Com o objetivo de garantir a prestação de serviços à população, deverá ser considerada a possibilidade de expropriação dos estabelecimentos privados nos casos de inobservância das normas estabelecidas pelo setor público (BRASIL, 1986, p. 385).

As próprias definições de responsabilidades já estavam delineadas por competência de cada ente federativo, respeitando os graus de forças de cada um deles, no que tange ao uso de recursos, bem como a margem de liberdade que cada um deles receberia no trato constitucional, quando da confecção da Carta Magna. E como é sabido, nesta divisão, observou-se uma clara direção, qual seja, a de romper com a centralização, oferecendo mais possibilidades de manejo e gestão para os estados e, sobretudo, para os municípios, com um requisito básico e inerente a qualquer política neste sentido: o de garantir o poder político, administrativo e financeiros dos entes que ganhariam mais destaque, atribuições e responsabilidades.

5 – As atribuições básicas de cada nível do governo devem ter por fundamento o caráter federativo da nossa República, de tal modo a romper com a centralização que esvaziou, nas décadas recentes, o poder e as funções próprias das unidades federadas e de seus municípios. O SISTEMA ÚNICO DE

SAÚDE deve reforçar, neste sentido, o poder político, administrativo e financeiro dos estados e municípios.

6 – NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, o nível federal terá como atribuições principais:

– formulação e condução da política nacional de saúde; regulamentação das normas de relacionamento entre o setor público e o setor privado; formulação de normas e o acompanhamento e avaliação das ações de cobertura assistencial; condução e execução de programas emergenciais que escapem às possibilidades de intervenção das Unidades Federativas; definição das políticas setoriais de tecnologia, saneamento, recursos humanos, insumos básicos, financiamento e informações; determinação de padrões de qualidade homogêneos para os setores público e privado.

[...]

8 – Todos os serviços federais de caráter local que tenham relação direta com o atendimento à população, com exceção dos mencionados anteriormente, serão transferidos com os respectivos recursos humanos, materiais e financeiros aos estados e municípios, segundo planos e programas a serem elaborados conjuntamente pelas instituições participantes e as representações da sociedade organizada e que considerem a viabilidade política e a factibilidade técnicofinanceira da transferência. 9 – **No Nível Estadual**, destacam-se as seguintes funções:

– gestão, planejamento, coordenação, controle e avaliação da política nacional de saúde na Unidade Federativa (UF); responsabilidade pela elaboração do plano diretor de saúde da UF que deverá orientar a integração das atividades do subsistema estadual de saúde, incluindo as atividades do setor privado; prestação de serviços de saúde, vigilância sanitária e epidemiológica e outros de responsabilidade do sistema, em coordenação com os sistemas municipais; gerência do sistema estadual de informação de saúde; compatibilização das normas e diretrizes federais com o quadro jurídico-legal da UF e as peculiaridades dos sistemas de saúde estaduais e regionais; responsabilidade pelos serviços de abrangência estadual e regional, especialmente os de caráter secundário e terciário, e por aqueles outros programas, projetos ou atividades que não possam, por seu custo, especialização ou grau de complexidade, serem executados pelos municípios.

10 – O **Nível municipal** terá seu papel definido de acordo com as características e peculiaridades de cada caso, exercendo esse papel em estreita coordenação com o nível estadual. Como diretriz básica, o município terá a seu cargo, como responsabilidade mínima, a gestão dos serviços básicos de saúde.

11 – Os municípios de grande porte terão a seu cargo a gestão integral do Sistema Municipal de Saúde. Naqueles municípios em que não haja condições imediatas para assumir a gestão do sistema municipal, esta será realizada conjuntamente pelo município e secretaria estadual de saúde da unidade federada. [...] (BRASIL, 1986, pp. 385 e 386).

Igualmente, como é fato bem conhecido, essas recomendações da Oitava que foram os guias orientadores do trabalho da Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS), que reuniu, pela parte do Governo, representantes de sete Ministérios: da Saúde (MS), da Previdência e Assistência Social (MPAS/INAMPS), do Trabalho

(MTb), do Planejamento (SEPLAN), do Desenvolvimento Urbano (MDU), da Ciência e Tecnologia (MCT), da Educação e Cultura (MEC/SESU).

Além dos Ministérios houve a participação dos “além dos Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (CONASS); e de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems); e de representantes das comissões de saúde do Senado e da Câmara” (BRASIL, 2009, p. 18).

Quanto às representações variadas, a CNRS reuniu, ainda:

confederações de trabalhadores da indústria, de serviços e da agricultura (CUT, CGT e Contag); de federações sindicais e associações de profissionais de saúde, especialmente a Federação Nacional dos Médicos (FNM) e Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn); de movimentos sociais (Conam); de confederações patronais, como as Confederações Nacionais da Indústria (CNI), da Agricultura (CNA) e do Comércio (CNC); de associações de classe de provedores do setor privado, como a Federação Brasileira de Hospitais (FBH) e a Confederação da Santas Casas de Misericórdia do Brasil (CMB)” (BRASIL, 2009, p. 18).

O escopo da CNRS era tanto de criar propostas para a Constituição, no processo da Constituinte de 1987/1988, quanto para a legislação posterior, à qual caberia o trabalho de regulamentar o futuro Sistema Único.

Por fim, a ampla legitimidade adquirida, paulatinamente, no transcurso do processo de mobilização do MSB em favor da Reforma Sanitária, agenciada com o poder de produção de proposituras foram determinantes para que o texto constitucional, elogiado internacionalmente, aprovado em 1988, que neste ano completou trinta anos de resistência, bem como a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8.142/90), abrangesse, após as respectivas aprovações, grande parte das proposições da Oitava CNS e da CNRS, o que não significa que todas as demandas do MSB restaram atendidas e contempladas¹⁹, pois não foi o caso, consoante Paim (2007), mas isso é questão para outro texto.

¹⁹ É preciso rememorar que os debates na ANC foram acirrados, revelando resistências variadas, como a dos prestadores de serviços privados de saúde e autônomos, e também entre os reformistas da previdência social. Todavia, como cristalino hoje, as tensões não foram suficientes para entrar a aprovação do SUS e seus princípios, mas impediram a definição de algumas políticas importantes para a concretização da Reforma, como o financiamento aos moldes da Oitava CNS, a regulação do setor privado, a estratégia para a descentralização e unificação do sistema, entre outras (FARIA, 1997).

Referências Bibliográficas

- BATISTA JÚNIOR, Francisco. Entrevista concedida à equipe Web 2.0 da Federação Nacional dos Médicos durante a 185ª Reunião Ordinária do CNS, em Brasília. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PsONL5uw5eQ>>. Acesso em 29 de setembro de 2018.
- BRASIL. Anais da VI Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1977.
- BRASIL. Conferência Nacional de Saúde, 7., Brasília, 1980. Anais da 7ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília. Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1980. 280 p.
- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. As Conferências Nacionais de Saúde: Evolução e perspectivas./ Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2009. 100 p. (CONASS Documenta; 18).
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. III Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1963.
- BRASIL. Lei nº 2.312, de 3 de Setembro de 1954. Dispõe sobre Normas Gerais sobre Defesa e Proteção da Saúde.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. 1ª Conferência Nacional de Educação e 1ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Educação e Saúde, 1941.
- BRASIL. V Conferência Nacional de Saúde, relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 1975.
- BRASIL. VI Conferência Nacional de Saúde, relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 1977.
- BRASIL. 4ª Conferência Nacional de Saúde, recursos humanos para as atividades de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1967.
- BRASIL. 7ª Conferência Nacional de Saúde, Anais. Brasília: Ministério da Saúde, 1980.
- BRASIL. 8ª Conferência Nacional de Saúde – relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

FIGUEIREDO NETO, Manoel Valente; SILVA, Priscyla Freitas da; ROSA, Lúcia Cristina dos Santos; CUNHA, Carlos Leonardo Figueiredo; SANTOS, Rafael Vitor Silva Gaioso dos. O processo histórico de construção do Sistema Único de Saúde brasileiro e as novas perspectivas. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 76, maio 2010. Disponível em:

<http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=7781&n_link=revista_artigos_litura>.

Acesso em set 2018.

PAIM, Jairnilson Silva. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica /.Jairnilson Silva Paim. – Salvador: J.S. Paim, 2007. 300p. Orientadora: Profa. Dra. Carmen Fontes Teixeira. Tese (doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia.

PINHEIRO, M. C.; WESTPHAL, M. F.; AKERMAN, M. Equidade em saúde nos relatórios das conferências nacionais de saúde pós-Constituição Federal brasileira de 1988. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 449-458, mar./abr. 2005.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Felipe de Souza Araujo²⁰

Resumo

O presente artigo busca realizar uma breve análise dos documentos legais que orientam a ação educacional em todo o país, delineando alguns dos passos dados na direção da redemocratização da educação brasileira, considerando a formação continuada de professores / gestores, perpassando a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Plano Nacional de Educação de 2001 e de 2014, até os Programas Nacionais de Formação de Gestores. Nesse contexto, observamos que as diretrizes legais e os programas de formação continuada contribuem para uma atuação mais democrática do gestor escolar, contudo outros aspectos necessitam ser considerados para além dos fatores acadêmicos, como as relações de poder e a liderança na escola.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação. Formação Continuada. Políticas Públicas.

Abstract

This article aims at analyzing the legal documents that guide the educational action throughout the country, outlining some of the steps taken towards the redemocratization of Brazilian education, considering a continuous formation of teachers / managers, passing through the Federal Constitution of 1988, Law the National Education Guidelines and Bases of 1996, the National Education Plan of 2001 and 2014, to the National Manager Training Programs. In this context, we observe legal guidelines and continuing education programs for a more democratic performance in the school, but other aspects need to be considered in addition to academic factors as power relations and leadership in school.

Keywords: Democratic Management. Participation. Continuing Education. Public policy.

Introdução

²⁰ Graduado em Pedagogia e Mestrando em Educação pelo PPGE-UFRJ, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Sistemas de Ensino (GESED-UFRJ).

O Brasil na década de 1980 viveu um período marcado pela descentralização do poder e de responsabilidades. Com o fim do Golpe Empresarial Militar em 1985, o país começou um longo processo de redemocratização que perdura até os dias atuais, marcado por recuos e avanços (dada a atual conjuntura política do Brasil inferimos dizer que ocorrem mais recuos do que avanços).

No ano de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, como resultado de muito debate e diálogo entre os representantes políticos e os movimentos sociais. De acordo com a Constituição Federal de 1988, ou Constituição Cidadã, como ficou conhecida, foi desenhada uma nova ordem política e institucional, consagrando a liberdade de expressão e de organização que haviam ficado limitadas por conta do período ditatorial. Além de consolidar a democracia foram introduzidas mudanças nos arranjos federativos que, descentralizaram a divisão de tributos e das decisões relativas às políticas públicas sociais, o que por sua vez concedeu maior autonomia para entes federados como estados e municípios.

Os normativos legais para a educação

A Carta Magna brasileira, em seu art. 206, disserta sobre a temática educacional. O capítulo III, "Da educação, da cultura e do desporto", seção I, determina que "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - **gestão democrática do ensino público, na forma da lei**" (Art. 206 - grifo nosso, BRASIL, 1988).

Nesse contexto, observamos que a Constituição Federal é clara ao destacar a prática da gestão escolar democrática somente aos estabelecimentos públicos de ensino. Sendo assim, entende-se que este trecho do texto legal denota autonomia aos estabelecimentos privados de ensino, deixando-os livre para aderir ou não ao modelo de gestão escolar pela via da democrática.

Compreendemos ainda que quando a CF aponta para a "gestão democrática do ensino público, na forma da lei", não explicita sobre este modelo de gestão, deixando a cargo dos leitores e demais legislações a interpretação e normatização deste modelo.

A Constituição Federal de 1988 foi promulgada colocando em questão o modelo de gestão de um governo centralizador e autoritário, presenciado no país durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), em que o governo tinha como uma de suas características principais a redução da autonomia e centralização de governança. A referida CF (BRASIL, 1988), segundo Abrucio (2010) aborda em seu bojo o ideário de conceber novas maneiras de se pensar, fazer, e fazer com, das políticas públicas no Brasil, assegurando a plena participação da sociedade civil em diversas esferas das agendas em políticas públicas no país. O autor aponta para o fato de que a Carta Magna materializa o combate aos males que se constituíram durante a trajetória histórica da educação brasileira, trazendo o conceito de três temas que se apresentam notoriamente como fundamentais ao plano de políticas públicas no país:

[...] a descentralização, em especial na sua tradução como municipalização, forma tomada como capaz de gerar tanto a melhora da gestão como a democratização do sistema de ensino; a previsão de políticas nacionais orientadoras e planejadoras, nas formas da LDB e do Plano Nacional de Educação; e um diferenciador da educação frente aos outros setores, a proposição de um regime de colaboração entre os níveis de governo como instrumento que garantiria a boa implementação da política em todos os seus ciclos, em especial na educação básica (ABRUCIO, 2010, p. 40).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), corroborando com a CF de 1988, aponta para a democratização do sistema de ensino, bem como dá continuidade e traz melhorias ao setor educacional no Brasil, observamos que se destacam os artigos 3 e 14 em que se pode ter um pouco mais de clareza a respeito do modelo de gestão escolar proclamada nos documentos. A seguir apresentamos os referidos artigos: Art. 3 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - **gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e das legislações dos ensinos públicos;** (BRASIL, 1996 – grifo nosso). No inciso VIII mais uma vez podemos notar que o texto legal apresenta a gestão democrática como perspectiva para o ensino público, deixando de fora do texto o ensino privado. É interessante notar esses movimentos em que algumas diretrizes legais se direcionam aos estabelecimentos de ensino no geral e, em outros momentos se direcionam somente ao público, nos deixando em dúvida se escolas privadas e públicas estão formando cidadãos para conviver em sociedades diferentes.

Art. 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

O texto apresentado pelo art. 14 elucida a nossa compreensão quanto à gestão democrática, materializando-o pela via da construção participativa do projeto político pedagógico, constituição de conselhos escolares ou equivalentes com a participação da comunidade escolar e local. Como destaca Cury (2007, p.12), a gestão democrática da educação requer transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Dando continuidade ao setor de políticas educacionais e fazendo cumprir o já determinado pela CF de 1988 e reafirmado pela LDB de 1996, o Plano Nacional de Educação (PNE) é sancionado por meio da Lei 10.172 de 2001. Ao analisarmos o referido texto legal observamos a existência de um espaço destinado ao tema do “financiamento e gestão”, não havendo uma parte destinada ao debate sobre o princípio da gestão democrática. O primeiro PNE buscou materializar a gestão democrática na forma dos conselhos de educação, que por sua vez reúnem competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais e, no contexto dos estabelecimentos escolares, por meio da formação dos conselhos escolares dos quais participam representantes da comunidade escolar e local, além da adoção de formas de direção escolar que associem a garantia de competência, compromisso com a proposta pedagógica emanada dos conselhos escolares, representatividade e liderança (GOMES, 2015). Este PNE (BRASIL, 2001) era demasiadamente amplo, composto por um de 287 objetivos e metas, onde muitas vezes os objetivos e metas se confundiam entre si dificultando o entendimento, para os executores da política não era claro o que de fato era objetivo, e o que era meta. Segundo Gomes (2015) em muitos momentos também não havia clareza quais recursos poderiam ser utilizados no alcance dos objetivos e metas que estavam sendo propostos. Dando sequência a política educacional e buscando trazer aperfeiçoamento ao PNE (BRASIL, 2001), é sancionada Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014, com vigência decenal (2014 - 2024), apresentando em seu texto 14 artigos, e 20 metas seguidas de 253 estratégias a serem alcançadas em regime de colaboração entre os entes federados, aprimorando

assim as políticas públicas educacionais brasileiras. Nesse contexto, chamamos a atenção para a meta 19 do PNE (BRASIL, 2014) que determina:

[...] assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública da comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recurso e apoio técnico da união para tanto (BRASIL, 2014).

Esta meta apresenta um cronograma de 8 estratégias voltadas a gestão democrática da escola pública, o que destacamos como um avanço em relação à versão anterior do Plano. A nova versão do PNE (BRASIL, 2014), trouxe clareza ao apontar as ações que devem ser realizadas na busca pela democratização no contexto do ambiente escolar. Segundo Lima (2014, p. 1068) a democratização das organizações educativas e dos poderes escolares se apresenta como uma importante contribuição para democratização dos regimes, das instituições políticas, da cultura e da sociedade. Na seção a seguir abordaremos algumas ações voltadas para formação do gestor escolar, em cumprimento ao disposto na meta 19, estratégia 19.8 (BRASIL, 2014).

A formação continuada para diretores e diretoras escolares

Dentro deste contexto, cumpre-nos salientar ainda, que a meta 19 do PNE, precisamente na estratégia 19.8 (BRASIL, 2014), se distingue por prever: o desenvolvimento de “programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão” (BRASIL, 2014). Concernente a esta estratégia, no dia 3 de dezembro de 2015, o Ministério da Educação (MEC) deu o primeiro passo, ao instituir por meio de Portaria o Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares, como também, criou o Comitê Gestor do Programa.

Em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, e com as instituições públicas do ensino superior, o MEC se mostrou disposto e comprometido em cumprir o disposto no PNE (BRASIL, 2014) e aprimorar a gestão das escolas públicas brasileiras. Outrossim, de acordo com a Portaria publicada no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2015, as ações do Programa têm por objetivo:

- I – disseminar padrões para diretores escolares;
- II– capacitar diretores escolares em exercício e candidatos ao cargo, por meio de processos de formação continuada com base em padrões nacionais;
- III – certificar diretores escolares e candidatos ao cargo qualificado para o exercício profissional da gestão escolar com base em padrões nacionais;
- IV – colaborar para a qualificação dos processos de seleção de diretores escolares pelos sistemas públicos de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e
- V – estimular o desenvolvimento de práticas de gestão democrática e de organização do trabalho pedagógico que contribuam para uma aprendizagem efetiva dos alunos, de modo a incidir, progressivamente, na melhoria do desempenho escolar (BRASIL, 2015).

No que tange ao Comitê Gestor do Programa, a Portaria o instituiu com caráter consultivo e deliberativo, tendo a sua composição formada por nove membros indicados pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Ainda sobre a composição do Comitê, no art. 11, inciso 1º fica disposto que serão: três representantes do MEC; três representantes do Consed e três representantes da Undime, a atuação dos membros terá duração quadrienal. O inciso 2º ressalta que a Presidência do Comitê deverá ser escolhida dentre os representantes do MEC (BRASIL, 2015).

Concernente às atribuições do Comitê Gestor do Programa de Formação e Certificação dos Diretores Escolares, de acordo com o art. 12 da Portaria, o Comitê se materializará através das seguintes atribuições:

- I – aprovar os padrões nacionais para diretores escolares;
 - II– aprovar os critérios para a adesão de estados e municípios ao Programa;
 - III – acompanhar e fiscalizar o trabalho desempenhado pelas instituições credenciadas para a formação de diretores escolares no âmbito do Programa Nacional de Formação e Avaliação de Diretores Escolares; e
 - IV – acompanhar e fiscalizar o trabalho desempenhado pelas instituições credenciadas para a certificação de diretores escolares no âmbito do Programa Nacional de Formação e Avaliação de Diretores Escolares;
- Parágrafo único. Os padrões nacionais para diretores escolares serão a base para a elaboração dos cursos de formação continuada, bem como para a elaboração dos procedimentos de avaliação contidos nos processos de certificação profissional (BRASIL, 2015).

Os cursos oferecidos para a formação continuada dos gestores objetivam alinhar o conhecimento teórico com o prático visando o desenvolvimento do fazer pedagógico na escola, estabelecendo bases para um fio condutor nas ações do gestor na escola. Destacamos que não se trata de exaltar a formação continuada para gestores como uma maneira única e isolada de se alcançar a qualidade na educação, para além disto, contribui para uma formação continuada na qual a metodologia do trabalho e o clima cooperativo, dialógico e participativo são presentes no ambiente escolar.

Conforme afirma Paro (2015), a necessidade do caráter de cunho dialógicodemocrático que permeia a convivência entre sujeitos no contexto educacional, e das relações que ocorrem nos processos pedagógicos, determina e, logo é determinada pelo gestor escolar, e necessita ser considerada em suas ações pedagógicoadministrativas. O autor trabalha com a ideia de que a formação continuada leva a reflexão, ensejando novos olhares na busca por reformulações na práxis educativa, redefinindo os padrões atuais da escola, bem como conduz à construção de novos rumos onde o compromisso com a formação integral do ser humano-histórico para a democracia persiste.

Outro passo importante dado pelo MEC foi a aprovação de dois editais versando sobre a formação e certificação de diretores escolares, com a finalidade de realizar chamada pública para credenciamento das Instituições Públicas do Ensino Superior. No edital nº 39, o MEC por intermédio da Secretaria de Educação Básica, tornou pública a Chamada de Credenciamento de Instituições Públicas de Ensino Superior interessadas em participar do eixo de Formação de Diretores Escolares. Com relação aos objetivos específicos desse primeiro edital, ficou estabelecido que as Instituições Públicas do Ensino Superior:

- a) deverão ofertar Cursos de Extensão a Distância, em nível de aperfeiçoamento, com carga horária de 180 a 200 (cento e oitenta a duzentas) horas e duração estimada de 6 (seis) meses, organizados com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional, assegurando ao diretor escolar e/ou ao candidato à função de direção escolar as competências e conhecimentos necessários ao exercício da função bem como a elaboração de um plano de gestão escolar.
- b) Deverão ofertar Cursos de Extensão a Distância, em nível de atualização, com a carga horária de 100 a 120 (cem a cento e vinte) horas e duração estimada de 4 (quatro) meses, para diretores escolares em exercício, aprovados em exame de certificação inicial no âmbito do Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares, com o objetivo de orientar a elaboração de portfólio

evidenciando as práticas de implementação de planejamento e os resultados obtidos no aprimoramento da vida escolar, pelo diretor, com vistas à certificação avançada (BRASIL, 2016).

A segunda chamada pública, apresentada pelo edital nº 40, também tornou pública a Chamada de Credenciamento de Instituições Públicas Federais do Ensino Superior interessadas em participar do eixo de certificação do Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares. Este edital determinou os seguintes objetivos específicos para as Instituições Públicas de Ensino Superior:

- a) realizar processo de certificação inicial para diretores escolares e/ou candidatos à função de diretor escolar, por meio de formulação e aplicação de exame com questões de múltipla escolha e abertas para avaliação de competências e conhecimentos necessários ao exercício da função;
- b) realizar processos de certificação avançada para diretores escolares, em exercício, aprovados na certificação inicial, por meio de procedimento de análise e avaliação de portfólios elaborados a partir de orientações nos cursos de extensão em nível de atualização no âmbito do Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares, contemplando as evidências dos resultados alcançados no aprimoramento da vida escolar por competência no exercício profissional do diretor (BRASIL, 2016).

Neste sentido destacamos que para além dos programas para formação continuada dos gestores escolares, outros aspectos que obstaculizam uma efetiva e melhor formação desse professor/gestor necessitam ser observados, como a superação de dicotomias históricas entre: as agências formativas (escolas básicas e instituições de nível superior); formação inicial e formação continuada; cursos de graduação e pós-graduação (NAJJAR; NAJJAR, 2017). De acordo com os autores:

A primeira dicotomia é, ao mesmo tempo, causa e consequência da recorrente oposição que se faz entre teoria e prática. A formação em nível superior pouco é iluminada pelos conhecimentos construídos no cotidiano das escolas. De fato, muitos professores se formam sem terem vivência e conhecimento críticos acerca de como vai ser o seu trabalho, por outro lado, os conhecimentos elaborados nas instituições de ensino superior pouco chegam às escolas. A segunda, cria uma formação fragmentada, na qual os conhecimentos não se somam para propiciarem melhor formação docente (NAJJAR; NAJJAR, 2017, p. 37).

No que tange a terceira dicotomia, corroboramos com os autores na ideia de que ao tirar a tarefa de realizar pesquisa da graduação, passando-a a pós-graduação

strictu sensu (mestrado e doutorado), criou-se a possibilidade para a formação de professores sem a capacidade de pesquisar a sua prática e ao mesmo tempo supervalorizou-se a pesquisa, apontando a pós-graduação como um caminho de saída da atuação em escolas de ensino básico, na contra mão de ser um local de aperfeiçoamento para nela atuar (NAJJAR; NAJJAR, 2017).

Acreditamos que os cursos podem oferecer aspectos relevantes ao clima escolar, tais como a colaboração e a participação. O estabelecimento de condições ótimas na divisão de atividades entre a equipe escolar, de um sistema que assegure a participação na tomada de decisões, entre outras ações que possam conduzir a escola para o bom rendimento educacional dos alunos, são referências aos instrumentos que nos permitem identificar a realidade do cotidiano escolar. Nesse contexto, destacamos que a ação do gestor escolar na coletividade de planejamento, na organização do fazer pedagógico, e na avaliação do que se tem feito, favorece a consolidação de uma escola comprometida com o seu papel formador político e social.

De acordo com Gatti (2010) a formação de professores para educação básica tem que partir do seu campo de prática, buscando agregar a este os conhecimentos adicionais necessários, lançando mão de recursos didáticos selecionados como essenciais, sobretudo por se tratar da formação de profissionais para o trabalho educacional com crianças e adolescentes em constante formação. Transitam nesse campo a expectativa emanada dos gestores escolares de que essa formação continuada alcance as necessidades das habilidades desenvolvidas ou a serem desenvolvidas, e que estejam comprometidas com o futuro escolar e a qualidade educacional.

Considerações Finais

Os documentos legais apontam em seus textos ao longo de mais de 30 anos, desde o início da redemocratização do país, diretrizes para a materialização da gestão democrática da escola pública, bem como condições para a realização de formação continuada visando o aperfeiçoamento profissional desses professores/gestores. Contudo, a presença de diretrizes normativas nos dispositivos legais não assegura a execução do pré-disposto. Toda via, não podemos deixar ressaltar que no plano legal

ocorreram avanços que nos possibilitam inferir que no campo educacional o tema da formação continuada para gestores(as) tem ocupado lugar importante. Ainda que as mudanças sejam colhidas a longo prazo, acreditamos que a formação continuada específica para gestores pode colaborar de maneira significativa no exercício do trabalho escolar. Conhecendo as limitações dessa breve análise documental, fica a inquietação de saber como essa política de formação foi posta em cena. Qual foi o alcance dessa política de formação? Os programas se encontram ativos? Novos programas estão sendo elaborados?

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, Luiz Fernando. A dinâmica Federativa da Educação Brasileira: diagnósticos e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo P; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade Brasília: UNESCO, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessada em: Nov./2018.

_____. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 1996.

_____. **Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: 2001.

_____. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: 2014.

_____. **Portaria n. 1.118 de 3 de dezembro de 2015**. Institui o Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares e Cria o Comitê Gestor do Programa. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

_____. **Portaria n. 146 de 18 de março de 2016**. Nomeia os membros do Comitê Gestor do Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Edital de Chamada Pública n. 39**. Torna pública a chamada de credenciamento de instituições públicas federais de ensino superior interessadas em participar do eixo de formação do Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Edital de Chamada Pública n. 40**. Torna pública a chamada de credenciamento de instituições públicas federais de ensino superior interessadas em participar do eixo de certificação do Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez., 2007.

GATTI, Bernardete. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez., 2010.

GOMES, Ana Valeska Amaral. Gestão Democrática no Plano Nacional de Educação. In: BRASIL, Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas**. Brasília, DF. 2015.

LIMA, Licínio. Gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, out./dez., 2014.

NAJJAR, Jorge; NAJJAR, Alexandre. A Formação e Professores no Século XXI: refletindo sobre um novo contexto educacional. In: NAJJAR, Jorge; MORCAZEL, Marcelo (Orgs.). **Políticas Públicas em Educação: conceitos, contextos e práticas**. Curitiba: Apris, 2017.

PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

POR UMA MILITÂNCIA SINDICAL AFIRMATIVA, ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

“A gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se NEGRA é uma conquista.”

Lélia Gonzales

Josiane Nazaré Peçanha de Souza¹

Eliane de Souza Peçanha²

Resumo

O presente artigo apresentará o processo de consolidação de uma militância sindical antirracista³, decolonial, interseccional, dentro de um sindicato dos profissionais da Educação Pública. Iremos apresentar a construção de uma militância sindical cada vez mais atuante, em relação à luta pela implementação das ações afirmativas e na discussão interseccional, junto às redes públicas de nossa cidade, estadual e municipal, através da articulação do Coletivo de Combate às Opressões. O processo de consolidação da discussão e materialização da luta antirracista é decolonial (CLAUDIA; RIASCOS, 2016), pois potencializador para a construção de práxis insurgentes, dando visibilidade a outras epistemologias, articulando as ações afirmativas às leis 10.639/03 e 11. 645/08, que obrigam o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Palavras-chave: Militância sindical afirmativa. Interseccional. Decolonial

Abstract

This article intends to present the process of consolidating a militancy union Antiracist⁴, decolonial, interseccional, within a union of public education professionals. I oars to present the construction of an increasingly active union militancy, in relation to the struggle for the implementation of affirmative actions And in the intersectional discussion, Along the public networks of our city, state and municipal, through the articulation the Collective of With beats the oppressions. The process and consolidation of the Discussion and

¹ Professora da rede municipal de ensino de Niterói, orientadora pedagógica em Duque de Caxias, especialista em Direitos humanos, diversidades e questões sociais e raciais, em História e Cultura afrobrasileira e africana e mestranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faz parte da ABPN e do GPMC, professor Luiz Fernandes de Oliveira (UFRRJ). Dirigente e Secretária de Combate ao Racismo do Sindicato dos profissionais da Educação (SEPE-NITERÓI).

² Professora de Geografia da rede estadual de ensino e da rede municipal do Rio de Janeiro. Formada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Dirigente e Secretária de Combate ao Racismo do Sindicato dos profissionais da Educação (SEPE-NITERÓI).

³ Conceito desenvolvido pela dirigente Josiane Peçanha. Concept built by the union leader Josiane Peçanha

materialization of the anti-racist, decolonial (CLAUDIA RIASCOS, 2016), because it potentializes for the construction of praxis the emergence of the others epistemologies, articulating affirmative actions the laws 10.639/03 and 11. 645/08, which oblige the teaching of history and culture afrobrafrican and indigenous.

Keywords: militancy Trade union Affirm. Intersecting. Decolonization

Introdução

O presente artigo tem como premissa analisar como foi pensado o projeto chamado de sindical, principalmente a partir da trajetória do SEPE – Niterói e da necessidade de consolidar a discussão de uma militância sindical mais atuante em relação à implementação das ações afirmativas junto às redes públicas estadual e municipal e da construção do conceito de militância sindical afirmativa, antirracista, reconhecendo que da década de 90 até os anos de 2007, o SEPE-CENTRAL iniciou a militância política, no sentido de reafirmar a importância das ações na educação pública da rede estadual, preocupando-se com a formação continuada dos profissionais da educação, principalmente dos professores de História, conforme afirma Oliveira (2012, p. 178).

Alguns militantes e profissionais da Educação, nas gestões anteriores do SEPE-NITERÓI, discutiam sobre a necessidade de travar uma luta mais aprofundada em relação ao combate ao racismo (também ao machismo e lgbttqifobia), nas assembleias e outros espaços coletivos de construção de mobilizações e lutas. Mas ficava mais como um manifesto, através de falas e reivindicações orais. Havia ações e projetos educativos muito significativos desenvolvidos em algumas escolas, mas ainda isolados e não envolvendo vários profissionais da Educação, alunos e algumas comunidades escolares que compõem as redes de ensino.

Começou a se consolidar, em setembro de 2015, a partir dos programas de chapa para a composição da direção colegiada, a importância de se reafirmar daquilo que conceituo como uma militância sindical afirmativa, decolonial, antirracista,

(antimachista e anti-lgbttqifóbica), também interseccional²¹. Uma militância capaz de potencializar e ouvir todas e todos os profissionais da Educação no interesse de conhecer, estudar e desenvolver práticas insurgentes, construtoras de outros currículos e metodologias, como ensino obrigatório da História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, para combater o Racismo na Educação e na sociedade brasileira, discutindo as formas de Racismo existentes em nosso país e denunciando o mito da Democracia Racial, num pensamento decolonial, de denúncia, mas também de mudança estrutural, que busca através das ações/teorizações dos movimentos sociais, a valorização de epistemologias outras e combatentes das opressões interseccionais nos tempos e espaços educativos públicos. No entanto, focalizaremos a discussão sobre a luta racial.

Para localizarmos projetos que apresentam intersecções com o pensamento decolonial, é preciso considerar as iniciativas que foram pautadas na solidariedade e na cooperação, na subversão favorecida por práticas comunitárias e desobedientes. Por isso, qualquer proposta educacional terá que partir de uma escuta sensível (no sentido de rever as suas insuficiências em termos do que não conseguimos desnaturalizar a violência também epistêmica e que pode gerar proposições de estratégias) que nos levem a descolonizar nossos corpos e nossas práticas discursivas (MIRANDA; RIASCOS, 2016, p. 570)

Racismo e pensamento decolonial

Além da decolonialidade de nossos discursos, inclusive nas Assembleias desenvolvidas, promovendo a mudança da compreensão sobre o mundo até então, da visão do grupo privilegiado, das relações socioculturais, políticas, econômicas e assim educacionais, aperfeiçoamos constantemente a luta mobilizadora construída em nosso sindicato. Apesar do contexto brasileiro atual em que enfrentamos ataques severos aos direitos civis, políticos, econômicos e trabalhistas, que há muitos anos

²¹ Categoria instituída por Kimberlé Crenshaw que contribui para dar visibilidade a todas as características ou orientações outras que eram subalternizadas/marginalizadas nas práticas e

não se presenciava, com tamanha intensidade, em nosso país, desde os duros anos de chumbo da Ditadura civil e militar. Principalmente em relação a

discussões institucionais no escopo dos direitos humanos, aprofundando principalmente a discussão sobre discriminação racial de gênero. população negra, que se vê ameaçada de sofrer ainda mais racismos e exploração desigual e desumana de sua força de trabalho.

Fazemos essa luta sindical afirmativa, decolonial, acreditando fortemente na necessidade de articulação entre as categorias de raça-classe-gênero, visto que a riqueza construída em nosso país foi conquistada graças a exploração escravizada, desumanizada e animalizada de trabalhadores negros e negras, indígena, subalternizados e animalizados em suas forças de trabalho.

Os negros e negras sequestrados ao longo de 300 anos foram desterritorializados de sua terra mater africana, expropriados de sua organização étnico-racial, de sua cultura, de sua organização política, social, econômica e espiritual, inclusive educacional. Mas que resistem e se reinventaram étnicoracialmente, através de inúmeras formas de lutas negras no decorrer da escravização, conforme nos contam historiadores como Pereira (2012, 2013) e Dantas (2012, 2013).

Portanto, nesse país/lugar em que a colonialidade do pensamento ainda rege, segmenta, disciplina e hierarquiza os corpos e mentes de trabalhadores e trabalhadoras negras, mulheres, indígenas e lgbtts, precisamos enquanto sindicato com militância afirmativa e interseccional, articular as categorias de análise classe, raça e gênero, para darmos contas de analisarmos toda a complexa rede de exploração fomentada atualmente pelo sistema Capitalista. Sistema esse que gradua essa expropriação da força de trabalho, a medida que esses corpos e mentes representam mais ou menos diferenças e potências, em fomentar pensamentos e práxis desobedientes, principalmente epistemológicas.

Os marxistas negros aprofundando as categorias de análises de Karl Marx, potencializaram uma nova discussão, de raça e classe, quando Malcon-X afirmou, assim como percebeu Steve Biko, Ângela Davis e Abdias Nascimento, que “O capitalismo costumava ser como uma águia, mas agora se parece mais com um urubu,

sugando o sangue dos povos. Não é possível haver capitalismo sem racismo” (SILVA, 2014).

No entanto, apesar de também considerarmos essas contribuições de marxistas negros, temos a necessidade urgente de nos alicerçar em outras categorias de reflexão, de análise e de construção de conhecimentos mais amplas, que consigam responder as complexas realidades globais de acirramento de desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais pautadas na marginalização e nos genocídios das diversidades étnico-raciais e de gênero de nossa complexa realidade brasileira. Portanto, é necessário estabelecermos um paradigma mais desobediente.

Estamos presenciando inclusive reedições de práticas escravocratas, fruto da colonialidade que persiste ditando ideologicamente, a partir do sistema mundo do branco europeu, os lugares dos *outros*, escolhidos dentro do constructo do sistema colonial, lugares de subalternidades e animalizações para todos os não-brancos (CLAUDIA; RIASCOS, 2016). Percebemos o aumento no número de desempregados e da exploração do trabalho dos terceirizados, sendo a grande maioria constituída de trabalhadoras negras. Na zona rural, propõem o aumento dos anos trabalhados e equiparação da contribuição previdenciária com os trabalhadores da cidade.

E ainda há vários casos de negros e negras atingidos pela escravização moderna, que quase foi legalmente restaurada, no mês de outubro de 2017, nas regiões rurais do país, com o Supremo Tribunal Federal permitindo que trabalhadores possam ser remunerados em troca de alimentos e casa. Realidade grave, com negras e negros sendo direta e concretamente afetados, num país com 54% de negros autodeclarados (SILVEIRA, 2018) que seguem reféns e vítimas históricas, da exploração colonial. Esta se reedita a cada década, sob a proteção do mito da Democracia Racial. Colonialidade, pois desde o “pós-abolição”, como herança escravagista, que ideologicamente naturaliza a animalização/marginalização/extermínio do povo negro (índio) que segue praticamente intocada.

Para além disso, estamos presenciando no Rio de Janeiro, também como um dos desdobramentos dessa colonialidade, um grande ataque à Educação Pública, especialmente na Rede Estadual de Ensino, quando o governo Luiz Fernando

Pezão/Dornelles, através da SEEDUC, vem promovendo um verdadeiro desmonte da rede. Por meio de resoluções que inviabilizam o trabalho do professor, reduzem drasticamente o número de escolas do ensino médio e por fim, extingue o ensino fundamental na rede estadual. O que na prática significa o fechamento de mais de 600 escolas em todo estado do Rio de Janeiro. Lutamos ativamente contra os fechamentos, que impregnados por racismo institucional e ambiental, ocorreram em sua maioria, nas escolas de periferias urbanas e no interior do Estado, como exemplo o fechamento da EJA, voltado para o atendimento de famílias periféricas, no Colégio Estadual Brigadeiro Castriotto (localizada no bairro do Fonseca- Niterói).

Vivenciamos ainda o desmonte proposital da UERJ, FAETEC e redes municipais de ensino, afetando principalmente os jovens negros, mulheres e a classe trabalhadora. Mais jovens fora da escola, aumento da violência, justificado assim o genocídio do povo negro que é segregado inclusive em territórios amplamente desassistidos em termos de políticas públicas fundamentais para a sobrevivência e o bem viver.

Pensamos que a resistência se faz através da luta e que a luta se fortalece, quando há formação política, político-pedagógica e unidade. Neste sentido, o Coletivo de Combate às Opressões do Sepe-Niterói constitui um grande passo para a unidade entre trabalhadores, estudantes e a sociedade em geral. Precisamos de uma luta sindical antirracista, decolonial e interseccional, que fortaleça a classe trabalhadora para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Uma sociedade que inclua aqueles que persistem marginalizados, que seguem como “os outros” numa colonialidade do poder, saber e ser.

A colonialidade é o anti-verso da modernidade, que se assenta na inferiorização/dominação de todos os outros povos do mundo, frente a autoemancipação europeia, que ganha status de padrão universal. Passa a ser “universalidade-mundialidade”, o que se enquadra no modelo eurocêntrico, tudo aquilo que esteja de acordo com a compreensão de seu sistema-mundo.

A modernidade assenta, através da violência colonial, a dominação sociopolítica, econômica e cultural europeia sobre todos os outros povos do mundo. Estabelecendo relações de violências e coerções, como as decorrentes dos processos de inferiorização e aniquilação dos *outroscolonizados*, dos considerados periféricos, inclusive na construção dos conhecimentos. Imposições culturais que aqui foram

também esculpidas no turbulento processo de escravização negra, fruto da colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2003). Essa colonialidade/modernidade também está presente nas relações estabelecidas entre a classe trabalhadora da Educação, em nosso país.

Como lutamos e quais os objetivos?

Faz-se extremamente necessário e urgente potencializar, nos trabalhadores da Educação, a percepção de que vivemos numa sociedade brasileira racista, excludente, opressora, patriarcal, machista, sexista e lgbttfóbica. Potencializando-os criticamente para a transformação social.

Procuramos potencializar esse olhar e esta ação educadora e mobilizadora ao consolidar inicialmente um grupo de trabalho (como tudo começou). Este grupo foi capaz de planejar e construir metodologias, envolvendo sempre todas e todos os profissionais da Educação que se identificam como negras, negros, indígenas, mulheres e lgbtts e apoiadores brancos, inclusive em suas outras interseccionalidades, com auto-formação, auto-determinação, auto-organização e mobilização.

Envolvemos nesse processo, alunos e alunas de escolas públicas, assim como familiares. Envolvemos também militantes de movimentos sociais, pesquisadores e estudiosos, que tenham relação com nossas pautas de lutas, enfim, todos aqueles que lutam por uma escola pública igualitária e que prezam pela justiça social.

Além de atuarmos nos espaços deliberativos, como assembleias, reuniões de direção, plenárias, grupos de trabalho e outros, recorremos a outras metodologias: Rodas de Leitura, Aulas-passeio, Boletins informativos, Sarais, Debates e Cinedebates, Seminários, passeatas e outras mobilizações de forma periódica. Realizamos ainda Rodas de Estudos; Mostras de trabalhos, como já explicado; Encontros; Reuniões e audiências com a Fundação Municipal de Educação (FME), Secretaria de Educação; manifestos; abaixo-assinados e outras metodologias, manifestações de rua sobre as pautas de luta antirracista, sexista e lgbttqifóbica que envolvam a cidade e o Estado do Rio de Janeiro.

Nas mostras de trabalhos os profissionais apresentaram suas práxis insurgentes, antirracistas, feministas, assim como realizamos mobilizações, dentre outras metodologias, para potencializar o desenvolvimento, por parte dos profissionais da Educação e dos alunos envolvidos, de olhares críticos e ações transformadoras, assim como contra-currículos, dentro da Educação Pública. Desta forma, desenvolvendo práxis comprometidas por construir currículos e metodologias outras, capazes de valorizar as memórias, a cultura e a História dos que são marginalizados em nossa sociedade, nesta questão aqui abordada, das negras, negros e indígenas, das mulheres e dos lgbttqis, para desenvolverem uma Educação decolonial.

Catherine Walsh (2008, p.45) define: uma proposta de pedagogia decolonial; uma possibilidade de pôr em cena o racismo, a desigualdade e a injustiça, de vislumbrar caminhos e práticas voltadas à transformação. Pensamos com a autora uma interculturalidade concebida como projeto social, político, ético e epistemológico. A decolonialidade, por sua vez, é no bojo a estratégia, a ação e o requisito (idem, ibidem). Na composição de um quadro teórico sobre os outros lugares discursivos advindos dos movimentos sociais, seriam esses os incrementos necessários para o relevo das disputas político-pedagógicas aqui em destaque. Processos decoloniais podem ser oportunidades de estabelecermos diálogos mais inter, menos hierárquicos nos projetos educativos, nas formas de pensarmos as políticas públicas e no modo de representarmos as políticas públicas e no modo de representarmos os outsiders negros, nos termos de Edward Said (1995) (MIRANDA, 2014, p. 1072).

O que também está em consonância com o que diz Hooks (2013, p. 20):

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras. Essa mistura complexa e única de múltiplas perspectivas tem sido um ponto de vista envolvente e poderoso a partir do qual trabalhar. Transpondo as fronteiras, ele possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos.

Também construímos discursos outros junto às assembleias, combatendo a lgbttqifobia, o preconceito de raça, materializado, por exemplo, no genocídio da população negra (inclusive discutindo sobre mortes de adolescentes e jovens assassinados nas comunidades e favelas da cidade, em ações da Polícia), discutindo

a discrepância política e econômica existente em relação ao mercado de trabalho. Discutindo a desigualdade no que diz respeito às mulheres de maneira geral, principalmente às mulheres negras e lgbttqis, em comparação ao homem, branco e cisgênero, que é uma forte marca da sociedade patriarcal, racista, heteronormatizadora e opressora, em que vivemos. Portanto, refletindo também sobre as interseccionalidades existentes nas discriminações de raça, dentro da categoria gênero, graduadas pelas tonalidades de peles negras (CRENSHAW, 2002).

Ainda, com o renovar de pensamentos, discursos e de nossas ações, nas mobilizações ocorridas envolvendo a categoria de profissionais da Educação de ambas as redes de ensino, também na luta contra a emenda 98, que foi introduzida no Plano Municipal de Educação de Niterói. Emenda para proibir a discussão em relação a gênero e diversidade, pelo Programa Escola Sem Partido. Programa que cerceia a pluralidade de pensamentos e concepções pedagógicas, desrespeitando a cátedra dos professores e a Constituição Brasileira, assim como a LDB/96, dentre outras importantes leis nacionais e inclusive mundiais. A fim de combater o machismo, a lgbttqifobia, que tem crescido em nossa cidade e na luta pela vida das mulheres, também participamos das Marchas das Mulheres Negras e das Mulheres (o #M8).

Vemos e lutamos, portanto, contra a implementação de ideologias como a “Escola com mordaza ou Sem Partido”; que também promove a crescente intolerância e racismo religioso, especialmente contra religiões de matrizes africanas e aumento do machismo, a lgbttqifobia. Defendemos que quaisquer tipos de opressões devem ser combatidos, tanto no chão da escola, quanto em outros espaços de luta e resistência, como os sindicatos, principalmente se for um sindicato que defende a Educação.

Também participamos na luta pela soltura de Rafael Braga, que se distingue como o caso mais grave de racismo institucional e estrutural existente em nosso país. Estamos lutando por uma Educação pública, antirracista, decolonial, que seja capaz de valorar conhecimentos e saberes negros e ameríndios, germinando a partir do respeito às raízes ancestrais uma Educação Intercultural: enquanto construção coletiva, diversa, democrática, pois dialógica e dialética, que respalde a busca por um tempo de justiça social: tão reivindicada e perseguida por todos aquelas e aqueles que lutam.

Reivindicamos a auto-organização e a autodeterminação dos oprimidos: formato de militância que foi aprovado em vários momentos deliberativos e de luta. Pois somente assim, as ditas minorias majoritárias, alcançarão o fortalecimento individual e coletivo necessário para a construção de uma nova sociedade e de uma nova Educação. Frente a ineficiência dos governos junto aos interesses e necessidades populares, fruto de um projeto político e econômico, de ser mínimo em promover e garantir uma educação pública de qualidade social para todas e todos, vemos o sindicato também como um espaço legítimo de auto-formação dos profissionais da Educação. Além das mostras de trabalho, desenvolvemos rodas de conversa e seminários Novembros Negros.

Mesmo assim realizamos reuniões com a Secretaria Municipal de Educação de Niterói para cobrar nossos direitos de termos uma Formação Continuada e aumento salarial, cobrando valorização profissional de forma mais ampla. Utilizamos outras metodologias, que foram capazes de pressionar os governos quanto ao cumprimento de sua função política e social, junto aos servidores e da população. Mas também atuamos para valorizar o compromisso e o esforço profissional da categoria em construir a educação pública desejada, fortalecendo-a enquanto unidade e coletividade, estabelecendo-se também como espaço formal de formação.

[...] Desde uma abordagem decolonial de educação, interessa investigar outras fronteiras epistêmicas que nos coloquem para além dos muros das instituições do Estado. Espaços ditos “não formais” mudam de status quando aceitamos a relevância dessas ambiências de formação e autoformação. Sob esse ideário, adota-se eixos mais flexíveis para mediações interculturais, que se alinham ao pressuposto das pedagogias alternativas, emergentes, decoloniais, conforme nossa interpretação do quadro analítico defendido por Catherine Walsh (2013; 2014) (MIRANDA ; RIASCOS, 2016, p. 564).

Portanto, a nossa sindical afirmativa visa dar organicidade a nossa luta, de negros e negras, mulheres e lgbttqis por reconhecimento, visibilidade, com respeito ao protagonismo, dando vez e voz, lutando pelos direitos trabalhistas, políticos, econômicos, culturais e civis. No que tange a questão racial também se expressam na luta e na garantia do ensino de nossa história, cultura e memória na Educação Pública de nossa cidade, tanto municipal, quanto estadual. Entendendo a Educação como mola propulsora da transformação social, política e econômica no Brasil, capaz de construir uma sociedade que tenha de fato, uma democracia racial e de gênero.

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres (FREIRE, 1996, p.40)

Considerações Finais

O objetivo principal que engloba a nossa Militância sindical afirmativa e interseccional consiste em construir um grupo de trabalho (como tudo começou), formado por negras, negros, lgbtts e mulheres, com total autonomia e protagonismo, numa perspectiva auto-organizativa, autodeterminante e de auto-formação. Entendendo a classe trabalhadora como força de trabalho, mas também atentos a questão de que a grande maioria são aqueles que passam por uma série de opressões, provenientes do Sistema Capitalista opressor, excludente, heteronormatizador, racista, patriarcal, sexista e lgbttqifóbico, visto que as explorações capitalistas sobrecaem com mais intensidade sobre as ditas minorias majoritárias.

Estamos sempre autoformando profissionais da Educação (alunos e suas famílias que participam) a respeito da história e cultura afrobrasileira, africana e ameríndia, constituinte da memória, cultura e história da cidade de Niterói; proporcionando conhecimentos a respeito das histórias de resistências de negras, negros e indígenas e potencializando resistências frente às desigualdades socioeconômicas políticas que recaem de modo genocida sobre pobres e/ou negros, descendentes de ameríndios, portanto, o fortalecimento identitário dos mesmos se faz imprescindível.

Estas ações também são imprescindíveis para potencializar a esperançação na construção de uma nova sociedade brasileira, uma nova organização super e infraestrutural, possibilitando a ressignificação dos currículos e metodologias escolares, em ambas as redes educacionais, através da valorização das

ancestralidades indígenas e afrobrasileiras e africanas, em suas culturas e histórias outras e as múltiplas culturalidades.

Também temos como objetivo potencializar a integração e parceria com Universidades, grupos de estudo, movimentos sociais, movimentos de mulheres, negros, indígenas, etc.; fazendo uma rede colaborativa de aprendizado, construção e reconstrução de conhecimentos com dialogicidade, criticidade e participação ativa, para envolver todos os profissionais da Educação; proporcionando o embasamento necessário para que se possa construir e desenvolver práxis insurgentes, com outras epistemologias, no interior das escolas. Desta feita estaremos também fazendo frente às ideologias como a Escola com Mordaça, que possuem visões preconceituosas, homofóbicas, racistas, machistas.

Percebemos uma mudança de conscientização a partir dessas lutas que desenvolvemos através do Coletivo de Combate às Opressões, nesses três anos de atividades desenvolvidas junto aos profissionais da Educação e alunos, entendendo-os como intelectuais transformadores (GIROUX, 1997). Os envolvidos em todas as nossas lutas travadas, tem aumentado suas consciências em relação as suas importâncias históricas, enquanto negros e negras, (mulheres e lgbttqis), com o fortalecimento de identidades e solidariedades de gêneros e raciais, se vendo como sujeitos críticos, ativos e transformadores na Educação e sociedade. Mas ainda temos muitos atores a alcançar.

Percebe-se um fortalecimento em relação aos seus pertencimentos negros e/ou individualidades ou interseccionalidades outras, quanto a sua corporeidade, historicidade, intelectualidade, importância política, cultural e em relação a memória e história, individual e principalmente coletiva. Promovendo a transformação e resistência coletiva nesta mesma realidade, de modo dialético e dialógico, enfrentando o racismo e denunciando o mito da democracia racial, rumo a construção de uma nova Educação pública, uma nova sociedade brasileira e de um novo sistema, com um pensamento decolonial.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004.

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Los Angeles, Universidade da Califórnia. Ano 10, p. 171-188, 1º Semestre de 2002.

DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85-98.

_____. Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. **CADERNOS PENESB**, Niterói, n. 12, 4. ed., 2013.

FANON, F. **Peunouret masques blancs**. Paris: Seuil, 1952.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

----- . **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 2004.

GIROUX, Henry A. **Os Professores como Intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** (tradução de Marcelo Brandão Cipolla) São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2013.

GONZALEZ, Lélia. ENTREVISTA À REVISTA SEAF, REPUBLICADA EM UAPÊ **REVISTA DE CULTURA** N.º 2 .“EM CANTOS DO BRASIL” A DEMOCRACIA RACIAL: UMA MILITÂNCIA. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/livros-etextos-de-lelia-gonzalez/>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais projetos Locais**. Colonialidade, saberes e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIRANDA, Claudia. Afro-colombianidade e outras narrativas: a Educação Própria como agenda emergente. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.19, n. 59, p. 1053-1076, 2014.

_____; RIASCOS, Fanny Milena Quinões. Pedagogias Decoloniais e Interculturalidades: Desafios para uma Agenda Educacional Antirracista. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 21, n.3, p. 545-572, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Construção da Identidade negra no contexto da globalização. **CADERNOS PENESB**, Niterói, n. 4, p. 61-83, 2002.

OLIVEIRA, Iolanda; GONÇALVES, Petronilha (orgs). **Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Anped, p. 17-36, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **História da África e dos africanos na escola: Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

PEREIRA, Amilcar Araújo. Por uma autêntica democracia racial? Os movimentos negros nas escolas e nos currículos da História. **Revista História Hoje**, v. 1, p. 111-128, 2012.

SANTOS, N.S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SILVA, João Bosco da. **Malcon X e o “racismo do capitalismo”**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/malcolm-x-e-o-racismo-capitalismo/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SILVEIRA, Daniel. **População que se declara preta cresce 14,9% no Brasil em 4 anos, aponta IBGE**. Disponível em <https://www.geledes.org.br/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge/> . Acesso: 28/10/2018.A

_____. **População que se declara preta mantém tendência de crescimento no país, aponta IBGE**. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-mantem-tendencia-de-crescimento-no-pais-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 28/10/2018.B

WALSH, Catherine.(org.) **Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Equador: AbyaYala, v. 1, p. 15-18, 2013.

----- . **Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial**. In: LINEA, A.; MIGNOLO. W.; WALSH, C. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Educaciones del signo, p. 17-51, 2014.

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA- FAMÍLIA A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO 1988/2018

Carlos Alberto Lima de Almeida¹

RESUMO

Este trabalho decorre de pesquisa em andamento cujo tema envolve a relação escola família e sua delimitação está adstrita à investigação dessa relação a partir da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro após a Constituição Federal de 1988. O problema da pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Quais as situações problema envolvendo instituições de ensino e aluno e/ou contratantes de serviço de educação escolar que geram conflitos de interesse submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro? Como objetivo geral, o trabalho pretende, a partir dos dados disponibilizados na página de pesquisa de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no período de 1988/2018, contribuir para a produção de conhecimentos relativos à relação escola-família, a partir de uma investigação das situações que geram ações judiciais envolvendo as instituições de ensino, alunos, responsáveis legais e/ou contratantes do serviço de educação escolar. Como hipótese de pesquisa, sustenta-se que a maior parte dos conflitos de interesse submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro decorre da mudança de perspectiva na relação escola-família após o advento do Código de Defesa do Consumidor (1990).

Palavras-chave: relação escola família. judicialização da educação. educação escolar.

ABSTRACT

This work is based on ongoing research whose theme involves the family school relationship and its delimitation is attached to the investigation of the relationship from the jurisprudence of the Court of Justice of the State of Rio de Janeiro after the Federal Constitution of 1988. The problem: What kind of problems involving educational institutions and students and / or contractors of school education services that generate conflicts of interest are submitted to the Judiciary Branch of the State of Rio de Janeiro? General objectives: from the data available in the research page of jurisprudence of the Court of Justice of the State of Rio de Janeiro,

¹ Professor permanente do PPGD-UNESA. Pós-doutor em Direito (UERJ), Doutor e Mestre em Política Social (UFF). Doutorando em Educação (UFF). Líder do grupo de pesquisa Observatório de Políticas Públicas, Direito e Proteção Social. Coordenador do projeto de extensão social Núcleo de Extensão e Pesquisa de Acessibilidade e Inclusão. Voluntário do Pré-vestibular social Dr. Luiz Gama, promovido pelo Coletivo de Direito Popular. E-mail: carlosalberto.limadealmeida@gmail.com. Link para a Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6717808991001267>

in the period of 1988/2018, contribute to the production of knowledge related to the family school relationship, based on an investigation of the situations that generate lawsuits involving educational institutions, students, legal guardians and / or contractors of the school education service. Hypothesis: It is hypothesized that most of the conflicts of interest submitted to the Judiciary Branch of the State of Rio de Janeiro results from the change of perspective in the school-family relationship after the advent of the Consumer Defense Code (1990).

Keywords: family school relation. judicialization of education. schooling.

Introdução

Este trabalho decorre de pesquisa em andamento cujo tema envolve a relação escola- família e sua delimitação está adstrita à investigação dessa relação a partir da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro após a Constituição Federal de 1988. Apresenta como tema a relação escola- família e sua delimitação está adstrita à investigação dessa relação a partir da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro após a Constituição Federal de 1988. O problema da pesquisa está pautado na seguinte questão: Quais as situações problema envolvendo instituições de ensino e aluno e/ou contratantes de serviço de educação escolar que geram conflitos de interesse submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro?

Nesta perspectiva e para justificar a investigação, busca-se contextualizar, numa perspectiva interdisciplinar envolvendo as áreas do direito e da educação, a trajetória profissional que define seu lugar de fala e de interesse, enquanto pesquisador, em relação ao tema relação escola- família e sua delimitação, que está adstrita à investigação dessa relação a partir da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro após a Constituição Federal de 1988.

A Pesquisa no Doutorado em Educação

O objeto empírico da pesquisa envolverá o exame de jurisprudência advinda do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com foco nos conflitos submetidos

na área cível no período 1988/2018. O objeto teórico, numa perspectiva interdisciplinar, envolverá a categoria judicialização e suas possíveis variações, cujo exame envolverá o direito e a educação, utilizando referências teóricas das duas áreas, bem como de outras que possam auxiliar a compreensão do estado da arte relacionado à categoria, o que contribuirá para o exame do tema no contexto da delimitação proposta para esta pesquisa.

A pesquisa tem os seguintes objetivos gerais: a partir dos dados disponibilizados na página de pesquisa de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, contribuir para a produção de conhecimentos relativos à judicialização da educação, com foco na relação escola-família, no período de 1988 ao tempo presente. Apresenta, ainda, os seguintes objetivos específicos: a) Investigar as categorias de conflitos de interesse na relação escola-família submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na área cível; b) Mapear as categorias de conflitos de interesse na relação escola-família submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na área cível; e c) Identificar o resultado das ações decorrentes de conflitos de interesse na relação escola-família submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na área cível.

A metodologia a ser adotada pode ser sintetizada em pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O enquadramento teórico do presente estudo parte das situações problema envolvendo instituições de ensino e aluno e/ou contratantes de serviço de educação escolar que geram conflitos de interesse submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, com foco na relação escola família.

No que se refere à pesquisa documental, a coleta de dados se dará pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, utilizando-se o espaço público reservado à pesquisa de jurisprudência e utilizando-se as categorias em exame neste projeto, tais como “educação”, “educação escolar”, “ensino”, entre outras que possam constar no acervo, entre as indexadas, pelos mencionados tribunais em seus respectivos banco de dados.

Ainda em relação à pesquisa documental, também serão examinados, entre outros que ainda possam ser indicados no processo de orientação, os seguintes: Declaração Universal dos Direitos do Homem; Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; Decreto Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991; A Carta de Adesão ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; e o Decreto nº 592, de 6 de

julho de 1992. Tais documentos poderão ser examinados na perspectiva do direito à educação.

Adota-se, em relação à pesquisa bibliográfica, a lição de Severino (2007, p.134), segundo a qual a escolha das obras deve ser criteriosa, retendo apenas aquelas que interessem especificamente ao assunto tratado. Neste contexto, as referências inicialmente apresentadas como relevantes representam a percepção no momento da elaboração do projeto e poderão ser ampliadas ou mesmo modificadas no processo de supervisão, tendo em vista as categorias em exame e o problema da pesquisa. A pesquisa documental relacionada às decisões judiciais pretende compreender o período de 5 de outubro de 1988 a 4 de outubro de 2018, representando o total de 30 anos de jurisprudência.

Entretanto, considerando que não foi realizado qualquer levantamento prévio sobre a jurisprudência no referido tribunal, ressalva-se a possibilidade de adequação do período e mesmo a ampliação da pesquisa para outros tribunais que representem outras unidades da federação. Qualquer ajuste, se for o caso, será realizado em harmonia com a orientação do professor orientador.

Para o tratamento dos dados coletados será adotada a análise de conteúdo. No que se refere aos dados relacionados à jurisprudência será dispensada a seguinte forma: após a coleta dos dados nas páginas dos tribunais, o acervo encontrado será objeto de triagem de modo a identificar os acórdãos relacionados ao direito processual e ao direito material.

Após a triagem, os dados receberão análise quantitativa que será expressa por gráficos representativos, produzidos com o programa estatístico *Excel 2016*, e análise qualitativa, tanto em relação aos motivos que deflagram as ações quanto aos fundamentos empregados nas decisões.

No que tange os dados quantitativos esses serão trabalhados buscando agrupar informações comuns, tais como tipo de ações, fundamentos dos pedidos, questões materiais e processuais, fundamentos utilizados em decisões monocráticas ou colegiadas, entre outros indicadores. Neste contexto, embora se afirme que os documentos receberão tratamento quantitativo, tal escolha estará relacionada a representação dos dados coletados. Noutra perspectiva, também importa esclarecer que, sendo percebida a pesquisa documental como um método de investigação da realidade social, esta não estará vinculada a apenas uma única concepção de

pesquisa, significando que no exame qualitativo os referenciais teóricos serão articulados para a construção das reflexões neste trabalho.

No que se refere aos demais documentos, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem; o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; o Decreto Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991; A Carta de Adesão ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; e o Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992, estes serão referenciados (ou não) a partir dos fundamentos utilizados nas decisões judiciais que serão examinadas e examinados na perspectiva histórica.

Considerações finais

Sustenta-se a hipótese que a maior parte dos conflitos de interesse submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro decorre da mudança de perspectiva na relação escola-família após o advento do Código de Defesa do Consumidor (1990). A tese desafia a identificação das situações que geram ações judiciais envolvendo as instituições de ensino, alunos, responsáveis legais e/ou contratantes do serviço de educação escolar contribuirá para a redução dos conflitos na relação escola família a partir de ações preventivas no campo dessas relações.

Nesta etapa inicial da pesquisa, percebeu-se a necessidade de se aprofundar a pesquisa doutrinária em relação à categoria “judicialização” ou “juridicização”, adotando-se a cautela de referenciar o trabalho como “uma investigação sobre a relação escola família” no lugar da expressão “judicialização da educação”.

Em relação aos resultados esperados se pretende contribuir para identificação de situações problema envolvendo instituição de ensino e aluno e/ou contratante de serviço de educação escolar que geram conflitos de interesse submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, de modo a viabilização ações preventivas no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 592**, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 27 nov. 2018

_____. **Decreto Legislativo n. 226**, de 12 de dezembro de 1991. Aprova os textos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos aprovados, junto com o Protocolo Facultativo relativo a esse último pacto, na XXI Sessão (1966) da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1991/decretolegislativo-226-12dezembro-1991-358251-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 nov. 2018

_____. **Lei n. 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm>. Acesso em: 27 nov. 2018

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE, PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: Análise da Relação entre Permanência e Subjetividade dos Estudantes na UFF de Campos dos Goytacazes

Alessandra de Muros Xavier

Resumo:

Este artigo apresenta reflexão acerca do papel da universidade no conjunto das políticas sociais e sua contribuição para a proteção social e saúde mental de estudantes universitários. Destaca as transformações que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passaram nas últimas duas décadas com o advento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a adoção da política de cotas e a implantação do Programa Nacional de Assuntos Estudantis (PNAES). Tal conjuntura é marcada pelo cenário de crise político-econômica que precariza as políticas que visam a efetivação do processo de democratização do ensino superior. Ademais, este trabalho elucida a relação de tal contexto com as condições objetivas de existência dos estudantes, suas estratégias de permanência na universidade e a conformação da subjetividade dos mesmos.

Palavras-chave: Universidade. Proteção Social. Permanência. Saúde Mental.

Abstract:

This article presents a reflection about the role of the university in the set of social policies and its contribution to the social protection and mental health of university students. It highlights the changes that the Federal Institutions of Higher Education (IFES) have undergone in the last two decades with the advent of the Federal University Restructuring and Expansion Plans Support Program (REUNI), the adoption of the quota policy and the implementation of the National Program of Student Affairs (PNAES). This situation is marked by a scenario of political-economic crisis that precarious policies aimed at the implementation of the process of democratization of higher education. In addition, this work elucidates the relation of such context to the objective conditions of students' existence, their strategies of permanence in the university and the conformation of their subjectivity. Keywords: University. Social Protection. Permanence. Mental health.

1 Introdução

O presente trabalho busca refletir sobre o papel da universidade pública no pós Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (Reuni), sobre o debate da democratização do ensino superior, sobre as condições de permanência de estudantes pobres na universidade e seus rebatimentos para a conformação da subjetividade desses alunos.

Tais questões nascem de ações executadas por meio da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, apoio da PróReitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), que promove ações de Assistência Estudantil, tais como a oferta de Bolsas de Assistência Estudantil. Para além das ações já desenvolvidas pela universidade, a CAES realiza um estudo sobre as demandas apresentadas pelos alunos e busca trazer elementos para responder a realidade. Desenvolvem também práticas visando o acolhimento e orientação social aos estudantes, a fim de atender suas demandas socioeconômicas, culturais e de saúde.

Nos anos de 2015 e 2016, a CAES identificou aumento expressivo no número de estudantes a procura de atendimento para questões de ordem emocional. Ansiedades, depressão, desânimo em relação aos estudos e apatia, foram queixas frequentes e, portanto, tornam-se fatores de risco para saúde do estudante e para continuidade de sua vida acadêmica.

No ano de 2017, em particular, foi identificada a ocorrência de alguns alunos que tentaram suicídio. Duas tentativas chegaram a óbito, e outras quatro realizadas, sendo os alunos encontrados a tempo do socorro. Diante de tal realidade, foram desenvolvidas parcerias com setores da Universidade, como a coordenação do curso de psicologia e seu Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), e com a rede SUS: as Unidades Básicas de Saúde, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS AD) para encaminhamento dos alunos. Percebemos, no mesmo período, que o SPA também observou um crescimento na realização de seus cadastros, chegando a número de 40 (quarenta) por semana, em sua maioria de estudantes universitários.

O que esses dados nos apresentam? O empobrecimento das famílias, o desemprego e as inseguranças de nosso sistema de proteção social ineficiente e desigual, impulsionam dados de adoecimento mental? Os alunos, em seu cotidiano de estudos e de luta pela sobrevivência, apresentam impactos sobre sua subjetividade? Quais as principais desigualdades apresentadas no contexto universitário, que elucidam as

expressões da “questão social”²²? Essas e outras questões nos inquietam, e sobre elas, discorreremos a seguir.

2 Universidade e seu papel nas Políticas Sociais

Para Netto (2001), as políticas sociais têm seu surgimento associado ao trânsito do capitalismo da livre-concorrência à idade dos monopólios, quando no pós 1875, o modo de produção capitalista alcançou sua maturidade e ao Estado capitalista foram agregadas outras funções. Logo, não é possível falar de política social nos modos de produção anteriores ao capitalismo.

Behring e Boschetti (2008), apontam que na perspectiva de amortecimento da crise juntamente com a necessidade de legitimação do sistema capitalista (em contrapartida à consolidação do socialismo soviético e da expansão da ideologia fascista), o Estado intervêm efetivamente nas relações econômicas e sociais: a planificação indicativa da economia, a intervenção na relação capital/trabalho por intermédio da política salarial e do controle de preços, a política fiscal, a oferta de crédito combinada a uma política de juros e as políticas sociais, fazem parte desse novo modelo de Estado – o modelo keynesiano. O Estado de bem-estar direcionava investimentos, efetivava obras públicas, controlava os níveis de emprego e promovia as políticas sociais. Tais medidas contribuíram também para ampliar as possibilidades de acumulação do capital.

O ajuste e a estabilização econômica, através da implantação da proposta neoliberal, possibilitarão, segundo seus defensores, a retomada do crescimento econômico, que trará consigo o desenvolvimento social. Entretanto, admitem que a efetivação de tal política implica na adoção de medidas de caráter recessivo (cortes nos gastos sociais, redução da atuação do Estado, desativação de programas) que gerarão, num primeiro momento, impactos sociais negativos (desemprego, baixos salários, etc.) e atingirão, principalmente, as populações de mais baixa renda. Neste

²² Entende-se "Questão Social" como a expressão como produto e expressão da contradição entre capital e trabalho. Segundo Netto (2001), a expressão "questão social" começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e surge para nomear o fenômeno do pauperismo.

contexto, a política social é concebida na proposta ortodoxa como instrumento complementar e subordinado aos programas neoliberais de desenvolvimento e deve ter como objetivo fundamental a proteção das camadas mais pobres da população.

Segundo Cortella (1997), a educação sempre foi um campo da vida social tensionado pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais, principalmente em função de se constituir um espaço de luta privilegiado no processo de conquista da hegemonia política e cultural na sociedade.

Para Saviani (1997), a educação escolarizada é uma necessidade da sociedade capitalista, porque a expansão da cidade como principal espaço de sociabilidade e a necessidade de educação letrada e técnica para responder as demandas do capitalismo, implicou na constituição de uma educação sistemática:

Não é por acaso que a constituição da sociedade burguesa trouxe consigo a bandeira da escolarização universal e obrigatória [...]. É assim que a educação se converte, de forma generalizada, numa questão de interesse público. (SAVIANI, 1997, p. 2 e 3)

Na trajetória das políticas sociais brasileiras, tornou-se comum considerar que a educação é o caminho para o desenvolvimento e para superação de desigualdades entre grupos e classes sociais. Para Cattani e Kieling (2007), a desigualdade social brasileira fundamenta-se na grande e histórica concentração de riqueza que condiciona, estruturalmente, as relações de classe, ideologia, as possibilidades econômicas e a produção cultural. Os autores discorrem sobre como a educação é utilizada para manter as posições de poder na sociedade, onde grupos mobilizam-se para manter a transmissão das posições dominantes para seus descendentes, e neste sentido a educação tem um papel preponderante, sobretudo nas universidades, que possuem um histórico de elitização.

Chegar a universidade pública para as camadas pobres da população pode ser entendido como uma forma de resistência. Identifica-se a superação da histórica tendência elitista do ensino superior, da trajetória de famílias por vezes de baixa escolaridade ou que evadem dos bancos escolares, e das próprias deficiências escolares que o ensino público (principalmente) muitas vezes lhes oferece. A expansão das universidades e a democratização do ensino superior no país, na primeira década do ano 2000, possibilitou o acesso ampliado das camadas populares a universidade, mas trouxe consigo inúmeras situações referentes a permanência, não somente pelas questões objetivas de manutenção e sobrevivência dos estudantes,

mas também pelas dificuldades de adaptação as próprias características e dinâmica da universidade.

Segundo Fávero (2006), pode-se inferir que alguns desses impasses vividos pela universidade no Brasil poderiam estar ligados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido à uma pequena parcela da sociedade, quando na realidade deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento, atendendo as necessidades sociais mais amplas.

No ano de 2007, o governo federal criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, ao mesmo tempo que implantou o REUNI, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e as políticas de Ações Afirmativas.

O PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, tem como objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES. As ações preceituadas pelo PNAES incluem assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Este prevê ainda que serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Já as Ações Afirmativas surgem, a partir das discussões sobre a efetivação dos direitos humanos e do reconhecimento do direito à diferença, entendendo a ineficiência das políticas universalistas no enfrentamento às marcantes desigualdades ainda presentes na sociedade contemporânea.

Gomes aponta que:

[...] as ações afirmativas consistem em políticas públicas e também privadas voltadas a concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado [...] elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade (GOMES, 2001, p.7).

Feres Júnior (2007), trata a Ação Afirmativa como política pública, e examina três argumentos básicos de justificação desta política: o princípio da reparação, da diversidade e da justiça social. Segundo o autor, o princípio da reparação é um argumento de grande apelo moral no Brasil e justifica medidas compensatórias tanto para afrodescendentes, como para a população indígena, que foram em parte dizimados ou escravizados. O princípio da diversidade, segundo ele, peca pelo excesso de deferência identitária, principalmente numa sociedade complexa e miscigenada como a do Brasil. Seria necessário adotar inúmeros critérios de seleção, por exemplo, para ingresso no ensino superior. O argumento da justiça social tem gozado de grande legitimidade desde que o Brasil retornou ao regime democrático. A variável raça/cor é responsável por uma grande desigualdade socioeconômica, por isso é um princípio que pode ser facilmente combinado ao da reparação.

Fraser (2001), sinaliza que a luta por reconhecimento está se tornando a forma paradigmática de conflito político ao final do século XX. As demandas por reconhecimento da diferença dão combustível às lutas de grupos mobilizados, e então a autora propõe uma teoria crítica do reconhecimento, identificando a importância de defesa das versões de política cultural da diferença combinadas com a política social de igualdade. Afirma que a justiça hoje exige tanto a redistribuição como o reconhecimento.

Matta, acrescenta:

“[...] há exclusão, no caso dos Estados Unidos, exclusão que se exprime no princípio do “diferentes, mas iguais”; enquanto que, no Brasil, o sistema inclui e hierarquiza de modo complementar, de acordo com o princípio do “desigual, mas junto” (MATTA, 1997, p. 62).

Para além de favorecer o ingresso das minorias na universidade, por meio de uma política de cotas, é fundamental que se pense numa estratégia que contribua com a manutenção dos estudantes na universidade e neste sentido, as políticas de Assistência Estudantil tem um papel fundamental.

A Assistência Social pode ser pensada como uma política social inscrita como um dos tripés da Seguridade Social brasileira e voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas pela renda do trabalho e de outra forma pode ser analisada enquanto um conjunto de mecanismos compensatórios que permeiam as diversas políticas sociais públicas.

(MOTA, 2010, p. 15)

Fellipe (2015) destaca que historicamente a Assistência Social tem se construído enquanto um conjunto de ações que tem como público prioritário segmentos das classes subalternas em situação de pobreza e espoliação. Aponta que coletivo dos serviços e benefícios que compõem o assistencial visa garantir condições de subsistência a determinadas populações e/ou minimizar os efeitos da desigualdade estrutural brasileira por meio de ações compensatórias, sendo esta configuração a que mais se aproxima da política da educação superior pública no Brasil, inclusive pela seletividade e focalização da população atendida (YASBEK apud FELLIPE, 2015). Apesar das limitações, não se pode negar que o acesso às ações assistenciais contribui, em parte, para desenvolvimento de estratégias de permanência no ensino superior.

3 Universidade e impactos no adoecimento estudantil

Além das questões socioeconômicas e acadêmicas que interferem na permanência dos alunos, já ressaltamos o aumento significativo da demanda de atendimento em saúde mental e a importância de ações que atendam também a essa realidade.

Alguns dados do Perfil Epidemiológico das Tentativas e Óbitos por suicídio no Brasil e a Rede de atenção à saúde, publicado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde em 2017, apontam o suicídio como um fenômeno que ocorre em todas as regiões do mundo. Estima-se que, anualmente, mais de 800 mil pessoas morrem por suicídio no mundo e, a cada adulto que se suicida, pelo menos outros 20 atentam contra a própria vida. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio representa 1,4% de todas as mortes em todo o mundo, tornando-se, em 2012, a 15ª causa de mortalidade na população geral; entre os jovens de 15 a 29 anos, é a segunda principal causa de morte (BRASIL, 2017). O Perfil Epidemiológico acima citado ainda destaca que no período de 2011 a 2016, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), 1.173.418 casos de violências interpessoais ou autoprovocadas no Brasil. Desse total, 176.226 (15,0%) foram relativos à prática de lesão autoprovocada, sendo 116.113 (65,9%)

casos em mulheres e 60.098 (34,1%) casos em homens. Considerando-se somente a ocorrência de lesão autoprovocada, identificaram-se 48.204 (27,4%) casos de tentativa de suicídio, sendo 33.269 (69,0%) em mulheres e 14.931 (31,0%) em homens. Entre 2011 e 2016, observou-se o aumento dos casos notificados de lesão autoprovocada nos sexos feminino e masculino de 209,5% e 194,7%, respectivamente. A análise das notificações das lesões autoprovocadas no sexo feminino, segundo raça/ cor, mostrou que 49,6% das mulheres eram brancas e 35,7%, negras (pardas + pretas). Em relação à escolaridade, 30,5% delas apresentavam ensino fundamental incompleto ou completo e 23,5% ensino médio incompleto ou completo. Destaca-se o elevado percentual de casos com escolaridade ignorada, 39,5%.(BRASIL, 2017).

Um artigo da Revista Carta Capital, "Casos de suicídio e depressão deixam universidades em alerta" publicado em 23/09/17, relata depoimento do psiquiatra Eduardo Humes do Hospital das Clínicas de São Paulo. Este aponta que a questão do suicídio sempre existiu, e falar sobre ela "evita que as pessoas e as instituições joguem o assunto para debaixo do tapete". Silvana Maciel, professora do curso de Psicologia e Coordenadora do Congresso Brasileiro de Saúde Mental também alerta para o problema: "Temos que dar atenção aos alunos da universidade, mas é importante destacar que é um problema que envolve a quase todos os indivíduos, uma questão de saúde pública".

Alguns dados da IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), apontam que em todas as regiões verificam-se que dos 939.604 estudantes que responderam à pesquisa, 749.804 afirmam que dificuldades emocionais podem ter interferido na sua vida acadêmica, com destaque para as regiões Nordeste e Sudeste, conforme figura a seguir:

Figura 2: Graduandos segundo a existência ou não de dificuldades emocionais que podem ter interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses, por região de localização das IFES - 2014

Região de localização das IFES	Existência ou não de dificuldades emocionais nos últimos 12 meses					
	Sim		Não		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Centro-Oeste	80.088	80,5	19.406	19,5	99.494	100
Nordeste	210.432	79,38	54.653	20,62	265.084	100
Norte	87.652	72,33	33.535	27,67	121.187	100
Sudeste	235.547	82,05	51.540	17,95	287.087	100
Sul	136.086	81,61	30.666	18,39	166.752	100
Nacional	749.804	79,8	189.800	20,2	939.604	100

Fonte: CEPES/IEUFU. IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES - 2014.

Fonte: Andifes (2014)

Em relação aos tipos de dificuldade emocional vividos pelos jovens, em todas as regiões verifica-se que a dificuldade emocional com maior participação relativa é a ansiedade – Sudeste (64,4%), Sul (60,76%), Centro Oeste (60,51%), Nordeste (55,78%). Em segundo lugar, foi assinalada “desânimo/falta de vontade de fazer as coisas”, em percentuais que variam de 37% a 49% nas regiões. Em seguida “insônia ou alterações significativas de sono” foi a terceira dificuldade em todas as regiões. Idéias de Morte e Pensamento Suicida, tiveram maior incidências nas regiões Sul e Centro Oeste.

Figura 3: Graduandos segundo os tipos de dificuldades emocionais que podem ter interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses, por região onde se localizam as IFES (em %) - 2014

Tipos de dificuldades emocionais	Região de localização das IFES (%)						
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional
Ansiedade	Freq.	60.205	147.862	54.120	184.870	101.315	548.372
	%	60,51	55,78	44,66	64,4	60,76	58,36
Tristeza persistente	Freq.	21.766	47.188	19.462	57.942	34.784	181.142
	%	21,88	17,8	16,06	20,18	20,86	19,28
Timidez excessiva	Freq.	15.880	45.770	16.857	43.667	23.665	145.837
	%	15,96	17,27	13,91	15,21	14,19	15,52
Medo / pânico	Freq.	11.356	28.470	9.838	31.632	17.916	99.213
	%	11,41	10,74	8,12	11,02	10,74	10,56
Insônia ou alterações significativas de sono	Freq.	32.225	84.714	33.175	97.136	58.789	306.038
	%	32,39	31,96	27,38	33,84	35,26	32,57
Sensação de desamparo/ desespero/ desesperança	Freq.	24.347	56.973	20.926	71.741	37.882	211.869
	%	24,47	21,49	17,27	24,99	22,72	22,55
Sensação de desatenção/ desorientação/ confusão mental	Freq.	20.602	48.324	17.733	60.342	34.336	181.336
	%	20,71	18,23	14,63	21,02	20,59	19,3
Problemas alimentares (1)	Freq.	12.918	31.728	15.044	35.625	22.708	118.022
	%	12,98	11,97	12,41	12,41	13,62	12,56
Desânimo/ falta de vontade de fazer as coisas	Freq.	47.715	110.924	44.528	135.486	81.550	420.202
	%	47,96	41,84	36,74	47,19	48,9	44,72
Sentimento de solidão	Freq.	24.160	53.799	21.226	63.175	37.697	200.057
	%	24,28	20,3	17,52	22,01	22,61	21,29
Ideia de morte	Freq.	7.634	15.349	5.379	18.979	12.628	59.969
	%	7,67	5,79	4,44	6,61	7,57	6,38
Pensamento suicida	Freq.	4.973	9.423	3.462	12.492	8.487	38.838
	%	5	3,55	2,86	4,35	5,09	4,13
Total = 100%	Freq.	99.494	265.084	121.187	287.087	166.752	939.604

Fonte: Andifes (2014)

Os processos que compõem o sofrimento psíquico são produtos da vida em sociedade, incluindo fatores que podem ser sociais, culturais, econômicos, ou até mesmo políticos, e não necessariamente possuem causas físicas e orgânicas. No passado a loucura já foi entendida como uma ameaça à paz da sociedade e o seu tratamento foi um mecanismo de exclusão, de segregação, e punição para os que sofriam com esta doença. As primeiras medidas de tratamento sempre foram no sentido de *vigiar e punir os loucos* como se esta situação fosse um problema de conduta pessoal.

Em entrevista ao Caderno Pensar, do Jornal o Estado de Minas em 2010, o professor Eduardo Mourão Vasconcelos da Universidade Federal do Rio de Janeiro aponta que as políticas neoliberais acentuaram as mazelas econômicas, sociais e ambientais de amplas parcelas da população mundial, o que tem forte impacto na saúde mental desta população. Por exemplo, pobreza, altas taxas de desemprego e de trabalho precário e informal difundem quadros de desamparo e depressão, de desarticulação da perspectiva de futuro através da dedicação à escola, ao trabalho e à carreira pessoal, e da esperança dos filhos terem uma vida melhor por meio do investimento de longo prazo na educação e formação para o trabalho. Em paralelo, as famílias, com provedores com vínculos cada vez mais voláteis e divididos entre longas jornadas de trabalho externo e os afazeres domésticos, estão cada vez mais esgotados e indisponíveis para as exigências do processo de socialização real e psíquica das crianças e adolescentes. Na outra ponta, o capitalismo contemporâneo induz um enorme desinvestimento em políticas de educação, saúde e saúde mental. Acrescenta que as contribuições do marxismo são fundamentais para compreender tais processos, em diálogos inter teóricos com outras abordagens engajadas acerca da subjetividade.

Importante destacar que os quadros de doença mental vêm sendo tratados numa perspectiva abstrata e universalizante. Segundo Bocchi (2018), a psiquiatria vem sendo guiada por uma razão diagnóstica que ultrapassa os procedimentos psiquiátricos e a habitual práxis em saúde mental, em direção aos campos social, jurídico, normativo e político, elencando conjunto de fenômenos no qual pode-se incluir a hipermedicalização por especialistas, a automedicalização, a medicalização

por não especialistas, os compromissos entre estratégias de medicação (alopáticas, homeopáticas, fitoterápicas, etc.), e a psicopatologização das formas de vida (infância, terceira idade, adolescência, primeira infância).

Silveira (2002) refere que a subjetividade não é imanente ao indivíduo, mas vai se constituir a partir do intercruzamento de dimensões, dentro e fora do indivíduo, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros de indivíduo e sociedade. Nesse sentido, um pressuposto que se impõe diz respeito à consideração de que a subjetividade é socialmente produzida, operando numa formação social determinada, sob o crivo de um determinado tempo histórico e no âmbito de um campo cultural.

Birman (2000) aponta para as profundas alterações que este conjunto de processos produz nos distintos sujeitos. Segundo ele, o desamparo enunciado por Freud foi sendo substituído pelo desalento. Entre as suas feições na atualidade estariam a depressão, o vazio, a neurose de angústia – caracterizada pela corporeidade do mal-estar e pelo baixo nível de simbolização psíquico –, além de outras formas de patologias psicossomáticas. Enfatiza o autor que estes sintomas levam à busca, individualizada, de seu enfrentamento, seja através da ingestão de drogas que cresce enormemente, seja via terapêuticas encaminhadas pela psiquiatria, ou ainda através de compulsões sexuais e alimentares – sob a forma de perversões, bulimia e anorexia. Entre outras dimensões, essa condição revelaria um conjunto de impossibilidades com as quais os sujeitos estão se defrontando, em especial a de identificar e realizar ações fundamentais, portadoras potenciais de alternativas de alteração significativas do curso de suas vidas. Superá-las implicaria em multiplicidade de acessos, tanto na ordem da materialidade – o que significa introduzir as questões relativas aos componentes sócio-político-históricos –, quanto no sentido de percebê-los vinculados às dimensões do corpo e do afeto, que podem constituir-se fatores adversos ou fatores de proteção, como descritos na figura a seguir.

Figura 3: Determinantes de saúde mental.

	Fatores adversos	Fatores de proteção
Características individuais	baixa autoestima, imaturidade cognitiva/emocional, dificuldades de comunicação, doenças somáticas	autoestima, capacidade de resolver problemas e lidar com as adversidades, habilidades de comunicação, saúde física
Circunstâncias sociais	solidão, luto, negligência, conflito familiar, exposição à violência e abuso, pobreza, insucesso escolar, estresse no trabalho, desemprego	apoio social e familiar, experiência familiar positiva, sensação de segurança, segurança econômica, sucesso escolar, realização no trabalho
Fatores ambientais	falta de serviços básicos, injustiça e discriminação, desigualdade de gênero, desigualdades sociais, desastres e guerras	acesso a serviços básicos, justiça social, tolerância, integração, igualdade de gênero, equidade social, segurança física

Fonte: *World Health Organization* (2012).

4 Conclusão

A partir das questões apresentadas, pode-se inferir que é fundamental a discussão sobre o significado do sofrimento na universidade e sobre os processos que produzem a exclusão da vida universitária, sejam eles de ordem material e/ou subjetiva.

Estamos diante de uma nova universidade, antes destinada majoritariamente à elite brasileira, agora permeada pelas minorias: mulheres, negros e pobres, e portanto, outras demandas estão se colocando, sendo necessário o aprimoramento dos recursos físicos, financeiros e de suporte multiprofissional.

A universidade reflete a sociedade da qual faz parte e para além das questões objetivas relativas a permanência, tais como moradia e alimentação, precisa ampliar o debate sobre os estigmas que permeiam suas relações sociais, envolvendo as questões de raça/etnia, religião, classe, gênero, condição física ou saúde mental, que podem levar ao adoecimento emocional, pois estes se constituem indicadores sociais de discriminação e contribuem com a ampliação das desigualdades sociais.

Cumpramos ressaltar ainda que nos últimos anos, tem-se observado cada vez mais características típicas de mercado presentes na universidade pública. No Brasil, o aspecto com maior destaque é o produtivismo acadêmico, que tem como mote a

ênfase na quantidade de produções bibliográficas, afetando subjetivamente a discentes e docentes.

Todas estas questões têm profunda influência sobre a vida e a subjetividade dos estudantes universitários, e sinalizam uma importante pauta sobre a construção de uma universidade humanizada, acolhedora, respeitosa, inclusiva, disposta a receber e acolher o outro, onde não seja vergonhoso sofrer e a diferença não seja sinônimo de marginalização ou exclusão.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei Nº 8.080**, de 19 de Setembro de 1990. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 14 dez 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Decreto nº 7.234**, de 19 de Julho de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 14 dez 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Perfil Epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção a Saúde**. Boletim Epidemiológico, Volume 48, Número 30. Brasília, 2017.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; Psicanálise, ciência e cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994; e Subjetividade, contemporaneidade e educação. In: Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BOCCHI, J.C. **A psicopatologização da vida contemporânea: quem faz os diagnósticos?** DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, v. 20, n. 1, p. 97-109, 2018.

BREDOW, S. G.; DRAVANZ, G. M. **Atuação do Serviço Social na Saúde Mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva**. Textos & Contextos. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PUC RS, Porto Alegre, 2010.

BUSS, P. M.; PELEGRINI, A. A. **Saúde e seus determinantes sociais**. Physis: Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 17, p. 77-93, 2007

CATTANI, A D & KIELING, F d S. **A escolarização das classes abastadas**. Sociologias. Porto Alegre, ano 9, n.18, jun-dez 2007, p. 170-187.

CORTELLA, M.S. e outros (orgs). **Empregabilidade e Educação. Novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: EDUC, 1997.

DAMASCENO, V. **Casos de Suicídio e Depressão, deixam as universidades em alerta**. Revista Carta Capital. Publicado em 23/9/17. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-suicidio-e-depressao-deixamuniversidades-em-alerta>. Acesso em: 15dez. 2017

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 17 jun.2014.

FELLIPE, J. M. S. **Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: possibilidades e limites para a permanência escolar e conclusão de curso**. Revista Textos & Contextos. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PUC RS, Porto Alegre, 2015.

FERES JÚNIOR, João. **Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, v. 29, n. 1-3, p. 63-84, 2007.

FRASER, Nancy. **“Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós socialista**. In: Souza, Jessé (org) Democracia hoje. Novos Desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UNB, 2001.

GOMES, J.B.B.**Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MATTA, Roberto Da. **Notas sobre o racismo à brasileira**. Jessé Souza (org.) Multiculturalismo e racismo. Uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo, 1997.

MOTA, A. E. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

RAWLS, J. **Justiça como Equidade: uma reformulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SAVIANI, D. **A nova Lei da Educação: limites, trajetórias e perspectivas**. Campinas, Autores Associados, 1997.

SILVEIRA, M.L.S da. **Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo**. Revista Outubro, v. 7, p. 103-113, 2002. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/02/Revista-OutubroEdic%CC%A7a%CC%83o-7-Artigo-08.pdf>. Acesso em: 14dez.2017

VASCONCELOS, E. M. **Por um novo homem**. Entrevista concedida a Denise

Pamplona. Jornal Estado de Minas, Coluna Pensar.4 set. 2010

WHO. World Health Organization. **Risks to mental health: An overview of vulnerabilities and risk factors.** Background paper by Who secretariat for the development of a comprehensive mental health action plan, 2012.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2009.

O PNE 2014-2024 e a Educação Integral para o Autista

Tatiana Gregório Campos²³

Cristiane Silva do Nascimento Pereira²⁴

Alberto Quintanilha Alves da Silva Correia²⁵

Patrícia Mariano Queiroz²⁶

Jimmy de Oliveira Correia²⁷

Maria Laura da Silva Oliveira²⁸

RESUMO

Este estudo examina as diretrizes do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014) e aborda perspectivas acerca da educação integral para o autista, objetivando a reflexão da norma para o direcionamento e a operacionalização de estratégias para a educação do autista, a partir de uma perspectiva de ensino integral sob viés de inclusão. Para isso se utilizou pesquisa bibliográfica e documental de caráter normativo, pesquisando na totalidade a abordagem da referida lei acerca da educação especial. As discussões e conclusão alcançada proporcionam importante colaboração no âmbito da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação integral. Plano Nacional de Educação.

ABSTRACT

This study examines the guidelines of the National Education Plan 2014-2024 (Law 13,005 / 2014) and approaches a perspective on integral education, from a perspective of a full-education perspective under inclusion bias. For this, bibliographical and documentary bibliography of special character is used. Discussions and estimates provide great collaboration in inclusive education.

Keywords: Inclusive education. Comprehensive education. National Education Plan.

²³ Mestre em Diversidade e Inclusão (Universidade Federal Fluminense - UFF). E-mail: tatianagca@gmail.com.

²⁴ Mestre em Administração (UNIGRANRIO). E-mail: profcrislianepereira@outlook.com.

²⁵ Pós-graduando em Direito Processual Civil (Faculdade Dom Alberto - FDA). E-mail: albertotus@hotmail.com.

²⁶ Mestre em Direito (Universidade Estácio de Sá - UNESA). E-mail: mariano.queiroz@uol.com.br.

²⁷ Mestre em Administração Pública (Fundação Getúlio Vargas - FGV). E-mail: jimcor@terra.com.br.

²⁸ Tecnóloga em Marketing (Universidade Castelo Branco - UCB). E-mail: marialaura.mkt@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre a inclusão escolar de alunos autistas são cada vez mais expressivas nos debates acadêmicos. Elas são importantes para que a pessoa autista seja, cada vez mais, percebida como um cidadão e necessárias para a contraposição de concepções errôneas acerca do autismo, que podem proporcionar atitudes preconceituosas e excludentes (BIANCHI, 2017).

O problema da pesquisa impõe aprofundamento teórico acerca da educação especial no atual Plano Nacional de Educação e a percepção das normas que orientam as ações no âmbito da educação integral para o autista. O objetivo geral da pesquisa é realizar investigação acerca do PNE, com suas diretrizes relacionadas à educação integral para o autista e os objetivos específicos são a abordagem de todo o conteúdo do PNE 2014-2024 acerca da educação especial, a investigação sobre a educação integral e a discussão sobre práticas direcionadas à operacionalização de estratégias na educação integral para o autista. Faz-se, portanto, o seguinte questionamento: como as diretrizes do PNE 2014-2024 podem se efetivar em práticas para a educação integral do autista?

A escolha do tema ocorreu pelo fato de se observar a grande relevância, para a sociedade, de que sejam realizadas práticas que contribuam para a inclusão da pessoa autista, já que pesquisas recentes vêm apontando grande percentual de crianças dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Um relatório recente do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CD), dos Estados Unidos, demonstrou um aumento de 15% no número de TEA em relação aos dois anos anteriores. Isso significa 1 caso para cada 59 crianças (estimativas de 2014, divulgadas agora) contra 1 em cada 68, estimativas de 2012, divulgadas em 2016 (DINI, 2018).

Assim, o presente trabalho tem o intuito de colaborar para que sejam produzidos conhecimentos que favoreçam e estimulem ações educacionais inclusivas no âmbito do desenvolvimento da pessoa com TEA, nesse contexto se insere a problematização sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

O PNE é uma lei ordinária com vigência de dez anos a partir de 25/06/2014, prevista no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da Educação e os Estados e Municípios devem ter seus Planos de Educação aprovados em consonância com ele. A Emenda Constitucional nº 59/2009 estabeleceu duração decenal para o PNE, objetivando a

articulação de um sistema nacional de educação com funcionamento em regime de colaboração (BRASIL, 2009). Outra mudança foi o plano passar a ser articulador do Sistema Nacional de Educação, tendo previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Os planos estaduais e municipais devem ser construídos e aprovados em consonância com o PNE.

2. O Plano Nacional de Educação 2014- 2024

O PNE 2014-2024 menciona a educação especial em dois artigos: quinto²⁹ e oitavo ³⁰. A referida lei tem um anexo com metas que apresentam estratégias específicas direcionadas à educação especial. Na meta 1, a estratégia é:

(...) priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica. (BRASIL, 2014)

A meta 2, que estabelece a universalização do ensino fundamental de nove anos, para toda a população de seis a quatorze anos, e a garantia de que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, tem estratégia que determina o desenvolvimento de “tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial” (BRASIL, 2014).

Na meta 4, que estabelece “universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

²⁹ “Art. 5º, § 4º O investimento público em educação (...) engloba (...) os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial (...).” (BRASIL, 2014).

³⁰ “Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação (...) § 1º (...) que (...) III- garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades”. (BRASIL, 2014).

habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado”, a estratégia refere-se à contabilização:

(...) para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial (...). (BRASIL, 2014)

Na meta 7 a educação especial é apontada no âmbito do desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação de qualidade e no âmbito da atenção ao atendimento de demandas e na meta 15 há a abordagem da implementação de programas específicos para a formação de profissionais de educação para as escolas. A legislação indica de forma expressa que a pessoa com TEA deve ter acesso à rede regular de ensino. Isso se vê no artigo 3º da Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

3. A Educação Integral e Inclusão

Para Gonçalves (2006) a educação integral é a que considera o sujeito em sua condição multidimensional, observando além da sua dimensão cognitiva, mas também compreendendo o sujeito com seus aspectos afetivos e inserido num contexto de relações. Para o autor a educação integral busca “a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão biopsicossocial”.

Segundo Gadotti (2009), os objetivos da escola de tempo integral não se restringem a esse tipo de escola e toda escola deve almejar uma educação integral. Ele explica que a educação integral é uma concepção geral da educação, no sentido de oferecer “mais oportunidades de aprendizagem para todos os alunos”. O autor corrobora a integralidade como princípio geral da educação integral, definindo o termo como conceito que “refere-se à base da educação, que deve ser integral, omnilateral e não parcial e fragmentada”. Para o Escola de Inteligência (2018), crianças autistas

devem estudar em escola regular, para serem estimuladas em diversas capacidades, romperem barreiras de receio ao toque e amenizarem a introspecção.

Camargo e Bosa (2009) concluíram, a partir de análise de que investigou a perspectiva de cinco pais de crianças com autismo, quanto ao sucesso da inclusão escolar das crianças com TEA. Apontaram que os pais observaram aumento de benefícios da inclusão na escola comum em comparação com crianças que foram observadas em escolas específicas para educação especial. Foi identificado “o aumento das habilidades cognitivas, sociais e de comunicação, embora com dificuldades de generalização dessas habilidades para outros contextos”.

A aprendizagem escolar é uma etapa formativa no processo de desenvolvimento da pessoa com TEA. A comunicação é um dos fatores fundamentais para que a inclusão escolar de um aluno com esse quadro, ocorra de forma mais efetiva (TOGASHI e WALTER, 2018). O acesso ao ambiente de ensino pode aperfeiçoar a capacidade de integração social do indivíduo, ampliando a sua percepção de mundo e dando-lhe acesso ao conhecimento por meio das aulas regulares (NEUROCONNECTA, 2017).

Para Moraes e Carvalho (2018), a inclusão considera a complexidade das redes de interação humanas, não estando limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de educação, de modo que, beneficia a todos os alunos, com e sem deficiência, que de algum modo são excluídos ou vivenciam tal realidade nas escolas de ensino regular. Para as autoras, a inclusão denuncia o esgotamento das práticas tradicionais das salas de aula, que se fundamentam no modelo de busca do “aluno perfeito, na padronização dos resultados esperados pela avaliação classificatória, no currículo excludente organizado de forma disciplinar e universal, entre tantos outros elementos que compõem o mundo das práticas escolares”.

4. Os novos cenários de atuação do educador

Os novos cenários de atuação do educador, diante da diversidade que compõem os espaços de educação formal colocam-nos, cotidianamente, diante de desafios que descortinam o caráter, ainda homogeneizador das práticas que circulam nestes espaços. Diante deste cenário, se faz mister que o educador busque novas estratégias que contemplem as especificidades deste alunado.

Foram demonstradas na subseção 2.1 todas as metas, com suas estratégias, do PNE 2014-2024 direcionadas à educação especial. A estratégia da meta 1, de priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, assegurando da educação especial na etapa da educação básica. Importa ressaltar que, crianças que sofrem as consequências do TEA apresentam características individualizadas tendo em vista que cada um demonstra aspectos que são peculiares, mas suas manifestações comportamentais diferenciam-se segundo as diversas possibilidades de níveis linguísticos e simbólicos, histórico de vida, ambientes, assim como todos os demais indivíduos que compõem a diversidade humana. É preciso compreender, dentro deste aspecto geral, suas individualidades e especificidades bem como incentivar suas potencialidades. A grande variabilidade de ações e reações apresentadas pelos indivíduos com TEA, faz-nos inferir também, na grande variabilidade de ações para com estes sujeitos e na dificuldade destas ações.

Conforme foi verificado em Gonçalves (2006), a educação integral é a que considera o sujeito em sua condição multidimensional, observando além da sua dimensão cognitiva, mas também compreendendo o sujeito com seus aspectos afetivos e inserido num contexto de relações. A criança autista, assim como as demais crianças na sociedade, precisa estabelecer a comunicação que se realiza por meio da emissão, transmissão, recebimento, interação que ocorrem em vários lugares em diversos contextos com inúmeras intenções.

Quanto mais cedo o diagnóstico e as intervenções sociais comunicativas com a criança com TEA maior a possibilidade de amplitude de significações das interações, aspecto este privilegiado na perspectiva de uma educação inclusiva, prevista no Plano Nacional de Educação.

5. Considerações Finais

O presente estudo utilizou pesquisa pura, na qual se observa a aquisição do conhecimento de forma teórica (CORDEIRO, 2012) e exploratória, proporcionando conhecimento sobre assunto já conhecido, visto sob nova perspectiva (CASARIN; CASARIN 2012) e foi realizado a partir de leitura textual de livros, artigos científicos e sites, abrangendo a realização de reflexões críticas sobre os elementos que compreendem o conjunto multidisciplinar abordado. Analisou integralmente a

abordagem do PNE 2014-2024 sobre educação especial e realizou investigação acerca da educação integral, discutindo práticas direcionadas à operacionalização de estratégias na educação integral para o autista. Concluiu que as diretrizes apontadas pelo PNE 2014-2024 apresentam favoráveis perspectivas no âmbito da educação inclusiva, sendo, contudo, importante um diagnóstico prévio do indivíduo com TEA, para a realização de intervenções sociais comunicativas. Além disso, é importante também que o educador, por meio de observação constante, busque sempre novas estratégias que contemplem as especificidades do alunado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, Rafaela Cristina. **A Educação de alunos com Transtornos do Espectro Autista no Ensino Regular: desafios e possibilidades**. 2017. 1119 f. Dissertação (mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Franca, São Paulo.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 07 de setembro de 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 59 de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 65-74, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 de setembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100008>.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CORDEIRO, Gisele do Rocio; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori [Orgs.]. **Orientações e dicas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

DINI, Aline. Autismo: 1 em cada 59 crianças está dentro do transtorno do espectro autista. **Revista Crescer**, 2018. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Comportamento/noticia/2018/04/autismo1-em-cada-59-criancas-estao-dentro-do-espectro-autista.html>>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. **Reflexões sobre Educação Integral e Escola em tempo Integral**. Cadernos Cenpec, v. 1, n. 2, p. 129-135, 2006. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/136/168>>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

MORAES, Bruna Lorena Barbosa; CARVALHO, Lorena Sousa. 2018. **A Experiência de um Autista na Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/a_experiencia_de_um_autista_na_educacao_infantil.pdf>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

NEUROCONNECTA. **Aprendizagem Escolar Dos Autistas (Ensino Fundamental e Ensino Médio): como vencer desafios**. 2017. Disponível em: <http://neuroconecta.com.br/aprendizagem-escolar-dos-autistas-ensino-fundamentale-ensino-medio-como-vencer-desafios/>>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

TOGASHI, Cláudia Miharú; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 3, 2018, pp. 351-366.

DESEMPENHO DE ATORES NÃO ESTATAIS NO DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Thayanne Borges Estelita ³¹

Resumo: o presente trabalho pretende analisar as mudanças ocorridas no Direito Internacional Ambiental no que tange os atores não estatais. Para tal, urge primeiramente distinguir conceitos e possibilidades de atuações desses agentes internacionais e mencionar os câmbios em seu desempenho no sistema jurídico mundial, comentando as principais dificuldades encontradas na atualidade. Posteriormente, comenta-se a cronologia dessas atuações junto às Nações Unidas e o resultado dessa multiplicidade híbrida de forças e influências. Apesar de comentar de forma geral as Conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ou seja, atuação estatal e não estatal), esse trabalho tem como foco o desempenho de dois *non-state actors*, as organizações não governamentais e as empresas transnacionais.

Palavras chave: Atores não estatais. Direito Internacional. Meio Ambiente.

Abstract: the present work intends to analyze the changes that have occurred in the International Environmental Law with regard to non-state actors. To this end, it is important distinguish concepts and possibilities of actions from these international agents, mentioning the changes in their performance in the global legal system, commenting the main difficulties encountered today. Subsequently, this paper will discuss the chronology of these actions with the United Nations and the result of this hybrid multiplicity of forces and influences. While comments generally the Conferences held by the UN (it means State and non-state action), this work focuses on the performance of two non-state actors: non-governmental organizations and transnational corporations.

Keywords: Non-state actors. International Law. Environment.

³¹ Doutoranda em Direitos Humanos e Poderes Públicos pela Universidad del Pais Vasco (EHU-UPV) e servidora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

Nas últimas décadas o sistema internacional, antes limitado às relações de poder entre Estados-nações, começou a ampliar sua agenda de novos temas como o ecologismo. Como resultado, começaram a multiplicar e consolidar atores não estatais que antes eram relegados à condição de cenário do Direito Internacional, tradicionalmente voltado para relações interestatais.

Esse grupo extremamente heterogêneo de atores não se preocupa somente em representar seus interesses no interior do sistema político nacional e internacional (interesses que, comente-se, podem ser públicos ou privados). Adicionalmente, mostram uma preocupação crescente em influenciar os processos de tomada de decisão internacional nos assuntos de sua competência.

Tomassini (1984) elenca um conjunto de características que renovam e redefinem o papel desses atores nas relações internacionais contemporâneas: grande diversificação de centros de poder não mais em função do Estado e sim da sociedade civil organizada; agenda de discussões internacionais ampliada e menos hierarquizada; novas problemáticas geridas por múltiplos agentes distintos do Estado.

Nesse contexto, o Direito Internacional do Meio Ambiental, como grande parte das outras arenas do Direito Internacional, passa a ser regido por múltiplas formas de poder não tradicionais em um panorama mais abrangente e diversificado, consolidando-se os cruzamentos de processos interestatais, transnacionais e supranacionais. Esse trabalho propõe-se a analisar brevemente esses atores não estatais, perpassando seu envolvimento na esfera internacional ambiental e apontar discussões recentes sobre o tema.

Atores não estatais no Direito Internacional

O pensamento realista das Relações Internacionais enxergava o Estado-nação como ator fundamental do plano internacional e qualquer interação extra estatal como "relação interestatal" (VILLA, 2001, p 46). No final do século XX, entretanto, os fenômenos da descolonização e crise do Estado, além da globalização e tendência

global de privatização, causaram um crescimento e empoderamento dos atores não estatais (CLAPHAM, 2006; DURAN, 2016; OLIVEIRA, 2018; REINISCH, 2005).

Uma das maiores dificuldades enfrentadas por esse grupo é, primeiramente, a falta de conceito do termo *non-state actors*. A variedade dos terceiros não estatais é impressionante, podendo incluir organizações não governamentais, empresas transnacionais, organizações mundiais (tendo a ONU como maior exemplo), grupos armados, igrejas, universidades, indivíduos e basicamente tudo que não é um Estado³².

Essa conceptualização negativa perpetua uma maneira unidimensional e monocromática de enxergar as relações internacionais que reitera um paradigma tradicional de supervalorização do Estado, contrapondo a esse ator todo e qualquer agente, mesmo que claramente diverso (ALSTON, 2005).

Mesmo na literatura, não há consenso sobre a alcançabilidade do termo, Villa define o não estatal como:

Agente societário que estabelece um tipo inovador de vinculações extra estatais baseando-se em contatos, coligações e interações através das fronteiras nacionais diante das quais os órgãos centrais da política externa estatal ou supranacional tem escassa ou nenhuma capacidade regulatória. Existe dois tipos principais: as empresas multinacionais e as organizações não governamentais (VILLA, 1999, p 3).

Gil (1998) apresenta um conceito ainda mais amplo “toda autoridade, todo organismo, todo grupo e, incluso, no caso limite, toda pessoa capaz de ‘desempenhar uma função’ no campo social; em nosso caso concreto, na cena internacional”. Finaliza, entretanto, tentando limitar mais o termo dizendo que por desempenhar uma função se entende a capacidade do ator para exercer influência no sistema internacional com a finalidade de obter uns objetivos que o são próprios, tendo um certo grau de autonomia ou liberdade na hora de tomar decisões. Termina por utilizar um critério restritivo

³² Importa neste ponto diferenciar terceiros não estatais (ou atores não estatais) e o terceiro setor. Esse último, de terminologia sociológica, refere-se às associações e entidades sem fins lucrativos com utilidade pública. Já os atores abordados neste trabalho são um grupo mais amplo cujo conceito, apesar das divergências doutrinárias, engloba os participantes do Direito Internacional que não sejam Estados e indivíduos.

definindo-os como “transnacionais formalmente organizados” e centrando-se nos atores mais importantes e permanentes (GIL, 1998, p 149-151).

Visto esse conceito restritivo, avança-se ao exposto por Joselin e Wallace (ALSTON, 2005, p. 15), o mais complexo da literatura. Eles afirmam que esse grupo abarca todas as organizações que:

a) têm autonomia completa ou parcial do governo central, fundamento e controle emanado da sociedade civil, o de uma economia de mercado, o de um impulso político alheio da direção e controle estatal;

b) podem operar ou participar de redes que se estendem através das fronteiras de dois ou mais Estados, atraindo relações transnacionais, ligando sistemas políticos, econômicos e societários;

c) têm uma atuação que afeta os resultados políticos, seja de um ou mais Estados ou de instituições internacionais, intencionalmente.

Alston (2005) aponta cinco características dignas de destacar desse conceito

O primeiro, é de campo muito amplo e tem o potencial de acomodar uma enorme gama de atores. Segundo, o foco está nesses atores cujas atividades têm uma dimensão transnacional. Atores somente com relações à nível nacional em um Estado ou outro não é parte dessa definição. Terceiro, não há necessidade de compromisso com valores ou princípios particulares, como frequentemente se sugere que deve incluir uma definição apropriada de ONG de Direitos Humanos. Quarto, a definição é infinitamente discutível, como se percebe pelo primeiro critério: que tipo de financiamento, suporte ou estímulo do governo poderia desqualificar um grupo como um ator não estatal? Quinto, a categoria é tão sem limites fixos que terá uma utilidade limitada como uma base para fazer prescrições políticas específicas no contexto do Direito Internacional ou abordagens apropriadas para serem seguidas por organizações internacionais (ALSTON, 2005, p 16).

Finalmente, saindo um pouco da doutrina, a Comissão Europeia define oficialmente os terceiros não estatais como grupos que são criados voluntariamente por cidadãos e têm como objetivo principal promover uma questão ou defender um interesse (seja geral ou específico) e, dependendo de seu objetivo, podem ter um papel na

implementação de políticas e defesa de interesses. Na tentativa de ser mais específica, a Comissão indica que se podem incluir organizações não governamentais, sindicatos, associações de empregadores, universidades, associações de igrejas ou outros movimentos confessionais, associações culturais, etc. (Acordo de Cotonu, 2000, Declaração III) ³³.

Evolução do envolvimento dos atores internacionais na esfera ambiental

Leffe (2001) aponta que as questões ambientais somente assumiram dimensão global quando a sociedade percebeu a finitude dos recursos naturais e sequentes catástrofes naturais. A primeira manifestação acadêmica ambiental surge em 1960, com um estudo que correlacionada as emissões de CO₂ e o aumento da temperatura de Ravelle e a publicação do livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson, que denunciava o abuso de pesticidas, marcando o início do movimento ambientalista. Até a década de 70, entretanto, o movimento ambientalista era restrito à reflexões acadêmicas, enveredando para um viés mais executivo com a criação do Partido Verde, primeiro em 1972 na Nova Zelândia e depois pelo Europa, que sucederam a Conferencia de Estocolmo e criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Os principais atores não estatais que exercem alguma influência nessas agendas são as organizações não governamentais e empresas transnacionais, tratados a seguir (LEFFE, 2001).

³³ Declaração comum relativa aos intervenientes na parceria (artigo 6º): As Partes acordam em que a definição de sociedade civil pode diferir consideravelmente consoante as condições socioeconômicas e culturais dos diferentes Estados ACP. As Partes consideram, todavia, que essa definição inclui, nomeadamente, as seguintes organizações: grupos e associações de defesa dos direitos humanos, organizações de base, associações de mulheres, associações juvenis, organizações de proteção da infância, movimentos ecologistas, organizações de agricultores, associações de defesa do consumidor, organizações religiosas, estruturas de apoio ao desenvolvimento (organizações não governamentais, estabelecimentos de ensino e de investigação), associações culturais e meios de comunicação social.

Principais atores não estatais

Os estudos sobre a influência de atores não estatais nas políticas ambientais, em especial das Nações Unidas e governança global, concentram-se nas empresas transnacionais e ONGs ambientais e suas redes, apostando na eficácia da influência e capacidade de formular debates, introduzindo questões na agenda, encorajando compromissos discursivos, causando mudanças processuais, afetando políticas públicas e ajudando a iniciar câmbios normativos e claramente engajados na reestruturação da política mundial (SIKKINK, 2002).

Essas ONGs ambientais, muitas vezes em conjunto com a União Europeia, são vistas como representantes de pessoas ou interesses imediatamente afetadas por uma possível agressão ao meio ambiente. As empresas transnacionais, por outro lado, historicamente desvinculam-se de obrigações internacionais e compromissos vinculativos.

Em sua análise da política internacional de mudanças climáticas, Gupta cita que "o crescente envolvimento de diferentes atores sociais e o uso gradual de mecanismos de mercado" (GUPTA, 2010, p. 1), apontando um envolvimento das ONGs desde o início do movimento ambientalista enquanto as empresas começaram a ser proativas no final da década de 90. O mesmo autor aponta também nessa fase uma quase total ausência de instrumentos regulatórios.

a) Organizações não governamentais

As ONGs são formas jurídicas institucionalizadas, mantidas pelo setor privado ou público, com participação social e podendo ter diversos temas de enfoque. Em geral almejam unir os interesses pessoais expressados em coletivos, unindo técnica (expertise) e redes de influência (VILLA, 1999). As ONGs ambientais em especial têm como objetivo central a afirmação de uma alternativa viável de conservação ou restauração do meio ambiente danificado através da participação social.

Em escala planetária, a desigualdade, a insegurança e o conflito crescem a níveis alarmantes, sendo essencial a territorialização fundamental (HAESBAERT, 2004) para

construção e controle de fluxos e redes e *networking* internacional. A questão ambiental surge entre as ONGs, pois esse assunto tomou sérias proporções além das fronteiras sociais. A "era da escassez" ou crise do meio ambiente destaca o fato de que ficaremos sem recursos e mais além, sem lugares para armazenar os resíduos gerados (RIBEIRO; ZIGLIO, 2006).

Villa (1999) aponta que a abertura política do pluralismo ocidental e o desenvolvimento de meios de comunicação e transporte (que permitem o desenvolvimento da capacidade e operação organizacionais através de imensas distâncias e multiplicidade de culturas) são as duas principais razões para este surpreendente aumento de influência na política internacional. A disponibilidade de informação em termos simples e gerais, mas também uma qualidade científica completa, fidedigna e esclarecedora sobre o tema desejado, têm sido a estratégia utilizada pelas ONGs para aumentar a consciência normativa e exercer pressão sobre governos ou organizações internacionais, confirmando a inserção desse ator na agenda internacional. As conferências sociais globais são um excelente cenário para o exercício da influência dos atores, possibilitando ver com precisão a interdependência entre atores estatais e transnacionais. Em parâmetros quantitativos, um exemplo dessa relação é a ampla participação de delegados de ONGs em conferências sociais globais nas quais eles manifestam sua presença através de fóruns paralelos, como convidados de delegações oficiais ou como observadores em eventos como o Rio-92, Conferência de Viena, Cairo-94, entre outros.

b) Empresas Transnacionais

Levy e Egan (1998) apontam que as empresas transnacionais temiam o surgimento de uma estrutura regulatória ambiental internacional. Depois de ignorar por anos as políticas ambientais da ONU, apresentando visões divergentes, as empresas passaram a agir de forma coesa em torno de uma narrativa eco-modernista (LEVY; EGAN, 1998). Essas chamadas Organizações Empresariais Verdes (OEV) alcançaram um relacionamento mais amplo com as Nações Unidas, exercendo a partir desse

momento um nível de influência institucionalista. Weiss divide a narrativa empresarial em três fases

Fase I – Negar e ignorar. Até o início dos 1970, as empresas consideraram as ideias ambientais com suspeita e hostilidade, atribuindo pouca importância à política ambiental global. O marco de negar as mudanças climáticas prevalecia defendido por OEVs como a Global Climate Coalition, fechada em 2002.

Fase II – Divididas entre negar e ignorar vs. reconhecer e participar. Temendo a emergência de estruturas regulatórias ambientais além de sua influência, a estratégia ambiental de muitas empresas começou a mudar nos anos 80. Enquanto algumas ainda atribuíam pouca importância à Eco92, outras apenas começavam a aprender que as decisões tomadas não só poderiam afetar acordos vinculativos, mas também afetar empresas através de novas políticas no nível nacional. O marco de negação ainda competia na Eco92 com o mais robusto, mas ainda novo marco ecomodernista. (...) Esta narrativa dividida entre os negadores e os modernistas das empresas transnacionais pode ter contribuído para a sua preparação limitada e influência moderada em 1992, enquanto o melhor acesso informal das ONGs ambientais aos delegados dos Estados-nação permitiu aprovar o acordo da CQNUMC e os documentos da Eco92.

Fase III Aprovar e Guiar. Com os empresários unidos em OEVs fortes e uma mensagem clara, começaram a equilibrar sua influência da ONU com a sociedade civil. No final da década de 1990, as OEVs começaram a investir pesado em sofisticados esforços de relações públicas e relações informais com os formuladores da ONU em um marco de EV baseado em ações corporativas voluntárias. (WEISS, 2017, p.8)

Dessa forma, as organizações empresariais verdes, com apoio da ciência e dos governos, conseguiram alcançar uma visão positiva da economia verde, dando ao setor privado um papel maior na busca do desenvolvimento sustentável através de uma reorganização estrutural e nomeação de pessoas altamente respeitáveis com compromissos ambientais, representando este ponto de vista.

Participação internacional e relacionamento com as Nações Unidas

Através de uma análise cronológica dos principais eventos ambientais internacionais, avaliam-se as tendências na redistribuição de poder e influência no

sistema político da ONU e sua consequência para a efetividade das políticas ambientais, mostrando como as ONGs e empresas aumentaram seu acesso aos Estados e agências da ONU em temas ambientais e capacidade de influência na produção do ordenamento jurídico internacional (ou falta dele).

c) Rio 92

A crescente influência das empresas transnacionais e a semelhança do marco e narrativas da economia verde com as mudanças na redação de documentos oficiais da ONU, especialmente sobre os papéis regulatórios do Estado e da ONU. Esse processo reflete uma mudança suave porém clara nos documentos das Conferências da ONU, indicando um papel reduzido do Estado na política ambiental.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92 ou Eco 92, surge como outra grande inserção do movimento ambientalista, formulando um conjunto de estratégias e ações que pudessem ser adotados para concretização do desenvolvimento sustentável (Agenda 21, além da criação das Convenções de Biodiversidade Biológica e Mudanças Climáticas), colocando as questões ambientais definitivamente como objetivos das agendas estatais. Segundo Weiss (2017), essas mudanças textuais evidenciam uma transformação do desenvolvimento sustentável buscado nas conferências anteriores para a economia verde (a diferença entre eles é essencialmente o papel regulador do Estado e instrumentos vinculativos mais presentes no primeiro ator não estatal).

A grande maioria dos países concordou com essa política de economia verde livre de regulamentos, de envolvimento dos governos e entrega voluntária de relatórios, mostrando que o afastamento sistemático das lideranças corporativas aos tomadores de decisões ao longo dos anos pode ter sido um dos fatores que afastaram o papel regulador do Estado e instrumentos juridicamente vinculativos nas declarações da ONU (REIS et al., 2015).

Resumidamente, no que tange a participação dos atores não estatais na Rio92, pode-se afirmar que as ONGs tiveram influência no que diz respeito à definição da agenda e redação de documentos, tanto para os governos nacionais como diretamente

para ONU e na Conferência. As empresas transnacionais, entretanto, tiveram mais influência nas reuniões sobre mudanças climáticas, conduzindo o diálogo para economia verde (afastando-se um pouco do desenvolvimento sustentável) e mudando parte da arquitetura ambiental da ONU.

d) Conferência Climática de Copenhagen de 2009

A Conferência de Copenhagen tem sido descrita frequentemente como um momento de virada da política global climática (BACKSTRAND et al., 2017), pois a abordagem da governança global climática, resumida pelo Protocolo de Kyoto e sua obrigação legal de redução de emissão de CO₂, foi substituída por uma arquitetura política muito mais descentralizada.

Bodansky (2016) chega a sugerir que Copenhagen marcou o declínio da liderança global da União Europeia ou a derrota do modelo de multilateralismo liberal europeu. Ao invés de imputar novas obrigações legais, esse encontro abriu caminho para uma multipolaridade, consolidando uma nova ordem ambiental iniciada no Rio 92.

Backstrand et al. (2017) apontam três resultados principais do Acordo de Copenhagen. A primeira é a criação (haverá institucionalização em seguida) do "multilateralismo híbrido"; a segunda, o aumento do envolvimento dos atores não estatais no sistema da ONU; e, por último, a relação íntima entre a agenda e tomada de decisões da ONU e as políticas sugeridas pelos atores não estatais. Outro ponto destacado por Orr (2016) é a restrição e controle obsessivo da possibilidade do espaço observador participante.

e) Conferência de Paris de 2015

A Conferência das Nações Unidas realizada em Paris já foi programada com poucas expectativas para maximizar as chances de sucesso (CHRISTOFF, 2016). Ela

foi resultado de um intenso esforço diplomático para construir o que Copenhague não foi capaz: um novo tratado climático global pós-Kyoto.

Houve, entretanto, um reforço do papel doméstico, tornando as Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas o principal documento submetido pelos Estados, sendo somente estruturado um paradigma de transparência legal obrigatória. Segundo Hale (2016), uma das principais contribuições dessa Conferência foi a ligação oficial das ações climáticas multilateral e transnacional, conferindo às ONGs e empresas transnacionais um papel importante nos rounds de negociação. O Acordo de Paris finalmente "reconhece a importância do engajamento de todos os níveis do governo e vários autores" ³⁴, formalizando sua participação no processo de diálogo.

Resumidamente, o Acordo de Paris levou a um sistema que institucionaliza o multilateralismo híbrido ao combinar as ações intergovernamental e transnacional, reconhecendo os atores não estatais como indispensáveis na perseguição do debate, implementação e eficiência das decisões ambientais.

Conclusão

O desempenho dos terceiros não estatais no Direito Internacional Ambiental, assim como várias esferas concernentes às relações internacionais, está em constante mudança e permanece nebuloso nos dias de hoje. Percebe-se que estamos no início do reconhecimento desses atores, ainda debatendo sobre seu conceito, legitimidade, características e limitações. Ainda assim, cabe reconhecer que há um aumento constante da atuação desses agentes e uma aceitação cada vez maior de suas interferências.

Nesse panorama, o sistema jurídico internacional vem sofrendo mudanças palpáveis que não devem ser ignoradas. A atuação tímida desses agentes prevaleceu inicialmente, porém, como a progressiva conscientização social internacional e maior

³⁴ UNFCCC, 2015a. Paris Agreement. FCCCC/CP/2015/L.9/Rev.1.

preocupação com o meio ambiente, permitiu-se a participação nas agendas e tomadas de decisões (oportunidade aproveitada basicamente pelas ONGs).

Seguindo a onda econaturalista, as empresas transnacionais começam a preocupar-se com os Tratados e Acordos internacionais, insistindo na possibilidade de maior participação na discussão ambiental. Percebe-se que progressivamente uma maior movimentação das grandes corporações, com apresentação de sugestões (demonstrando preocupação com sua imagem pública) e assinatura de compromissos (vale apontar, compromissos voluntários que acabam por desestimular uma legislação mais contundente).

Através de uma rápida análise de três Conferências (Rio 92, Copenhagen 2009 e Paris 2015) se pode inferir uma mudança de tratamento das questões ambientais pela ONU, antes arquitetadas de modo unilateral e voltado para o Estado. Percebe-se uma tendência à orquestrar o ordenamento internacional de maneira que possa estabelecer metas e responsabilidades para outros atores além do Estado e, sobretudo, que a elaboração do sistema internacional está multilateral e heterogênea, enxergando a complexidade do Direito Internacional.

Essa abertura democrática a múltiplos atores de naturezas e interesses diversos deve ser analisada de forma cuidadosa. É louvável e interessante permitir a contribuição não só de ONGs como também de empresas transnacionais, já que a própria doutrina critica a separação estanque das esferas de interesse público e privada. Há de observar-se, todavia, que a atuação preventiva das grandes corporações está reforçando gestão neoliberal da organização da política internacional. O comprometimento voluntário das grandes corporações (que seria positivo de forma complementar) está progressivamente minando o processo de criação de mecanismos objetivos de responsabilização ambiental, desviando o discurso inicialmente proposto pelas ONGs e encaminhando o Direito Internacional à estabelecer normas brandas e pouco contundentes nas questões ambientais.

Referências

ALSTON, Philip. The 'Not-a-Cat' Syndrome: Can the International Human Rights Regime Accommodate Non-State Actors? In: ALSTON, Philip (org.). **Non-State Actors and Human Rights**. Oxford University Press, England, 2005.

BACKSTRAND, Karin, et al. Non-state actors in global climate governance: from Copenhagen to Paris and beyond. **Environmental Politics**, volume 26 (4), may 2017.

BODANSKY, Dan. **Reflections on the Paris Conference**. Available from: <http://opiniojuris.org/2015/12/15/reflections-on-the-paris-conference/>. Accessed 19 March 2016.

CHRISTOFF, Peter. The promissory note: COP21 and the Paris Climate Agreement. **Environmental Politics**, volume 25 (5), 2016.

CLAPHAM, Andrew. **Human Rights Obligations of Non-State Actors**. Oxford University Press, England, 2006.

DURAN, Carlos Villán. **Manual sobre el Sistema Universal de Protección de los Derechos Humanos**. Editorial Universidad de Ginebra, Suiza, junio de 2016.

GIL, Luis V. Pérez. Breves Consideraciones Acerca del Concepto de Actor no Estatal en las Relaciones Internacionales. **Revista Derecho y Opinión** de la Universidad de Córdoba, numero 6, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Brasil, 2004.

HALE, Thomas. All hands on deck: the Paris Agreement and non-state climate action. **Global Environmental Politics**, volume 16, august 2016.

LEFFE, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Rio de Janeiro, Brasil, 2001.

LEVY, David L., EGAN, Daniel. Capital Contests: National and Transnational Channels of Corporate Influence on the Climate Change Negotiations. **Politics & Society** (PAS), volume 26; 1998.

_____. Corporate political action in the global polity: National and transnational strategies in the climate change negotiations. In UNDERHILL, Geoffrey R. D. et al (orgs). **Non-State Actors and Authority in the Global System**. England, 2000.

OLIVEIRA, Simone Lavelle Godoy de. **Governança Global e os Atores não estatais à Luz do Direito Internacional**. Disponível em https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1318119560404_governanca_global_ato_r_es_n_aoestatais.pdf. Acesso em 27 de agosto de 2018.

ORR, Shannon K. Institutional control and climate change activism at COP21 in Paris. **Global Environmental Politics**, volume 16 (3), July/16. Massachusetts Institute of Technology (MIT) Press. USA, 2016.

REINISCH, August. The Changing International Legal Framework for Dealing with NonState Actors. In: ALSTON, Philip. **Non-State Actors and Human Rights**. Oxford University Press, England, 2005.

REIS, Tiago et al. **De Lima a Paris, Resultados da COP 20 e Perspectivas para a COP 21**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Brasil, 2015.

SIKKINK, Katryn. Restructuring World Politics: The Limits and Asymmetries of Soft Power. In: KHAGRAM, Sanjeev, RIKER, James V., and SIKKINK, Kathryn (orgs). **Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms**. University of Minnesota Press, USA, 2002.

TOMASSINI, Luciano. El proceso de transnacionalización y las relaciones externas de América Latina. In: TOMASSINI, L. (Comp.). **Transnacionalización y desarrollo nacional en América Latina**. Grupo Editor Latinoamericano. Argentina, 1984

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change. **Roadmap for global climate action**. Available: <https://unfccc.int/process/parties-non-partystakeholders/non-party-stakeholders/submissions-from-non-party-stakeholders/roadmap-for-global-climate-action>. Access in January 7, 2018.

UNIAO EUROPEIA. **Acordo de parceria entre os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros assinado em Cotonu, em 23 de junho de 2000**. Disponível em [https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=celex:22000A1215\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=celex:22000A1215(01)). Acesso em 8 de janeiro de 2019.

VILLA, Rafael Duarte. Os atores não-estatais frente às arenas de decisão societal planetária. Versión resumida del artigo publicado na **Revista de Sociologia e Política** do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (Brasil) junho de 1999.

VILLA, Rafael A Duarte. Atores não estatais e meio ambiente nas relações internacionais: Greenpeace e a Antártica. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 4. Editora da UFPR, Brasil, 2001.

GUPTA, Joyeeta. **A history of international climate change policy**. Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change. Netherlands, 2010.

RIBEIRO, Wagner, ZIGLIO, Luciana. Produção de resíduos e sociedade de consumo. In: SPADOTTO, C. (Org). **Gestão de resíduos na agricultura e agroindústria**. Botucatu: Universidade Estadual Paulista, Brasil, 2006.

WEISS, Joseph S. Tendências da influência de atores não estatais na ONU e seus efeitos ambientais. **Journal of Political Ecology**, volume 24, maio/17. Reino Unido, 2017.

**O CONSUMO DA ÁGUA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA:
Análise de determinante para a qualidade de vida e o desenvolvimento
regional – Contextos e políticas públicas**

Marciane Conti Zornita³⁵
Sônia Maria Hey³⁶
GhenifferFornari³⁷

Resumo

A saúde é afetada ao longo da vida pelas características do contexto social, e os fundamentos teóricos neste estudo dão subsídios a essa premissa. Esses determinantes interferem no bem-estar e na qualidade de vida de idosos, e poderiam ser melhor considerados nas intervenções de políticas públicas de saúde e desenvolvimento regional. Objetiva-se com este trabalho aportes para análise teórica e documental em relação ao impacto do consumo de água e possíveis interferências na saúde da população idosa. A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidades. Determinantes de saúde incluem condições gerais do meio em que o indivíduo está inserido e seus aspectos gerais como físico, culturais, ambientais, socioeconômicos e políticos. O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que tem se manifestado de forma rápida e distinta edesperta desafios para as políticas de saúde públicas e privadas. Os benefícios como o aumento da expectativa de vida e produtividade econômica, hábitos higiênicos, controle e prevenção de doenças, são resultados de acesso às condições adequadas de abastecimento. Com o processo de urbanização e o aumento constante da população urbana, o sistema de saneamento básico e o acesso garantido à água potável é uma premissa adversa para políticas de saúde pública e de desenvolvimento. Fatores sociais são determinantes e interferem no bem-estar e na qualidade de vida de idosos, e poderiam ser melhor considerados nas intervenções de políticas públicas de saúde e desenvolvimento regional.

Palavras-Chave:Água. Saúde.Idoso.Políticas públicas. Qualidade de vida.Desenvolvimento regional.

Abstract

Health is affected throughout life by the characteristics of the social context, and the theoretical foundations in this study give support to this premise. These

³⁵ Discente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário (UNICENTRO). Email: mah_zornitta@hotmail.com

³⁶ Discente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Email: soniahey12@hotmail.com

³⁷ Docente no Centro Universitário Campo Real. Email: prof_ghenifferfornari@camporeal.edu.br

determinants interfere with the well-being and quality of life of the elderly, and could be better considered in the interventions of public policies of health and regional development. The objective of this work is to contribute to the theoretical and documentary analysis in relation to the impact of water consumption and possible interferences on the health of the elderly population. Health is a state of complete physical, mental and social well-being, and it does not consist merely in the absence of disease or infirmity. Health determinants include general conditions of the environment in which the individual is inserted and their general aspects such as physical, cultural, environmental, socioeconomic and political. Population aging is a worldwide phenomenon that has manifested itself rapidly and distinctly and raises challenges for public and private health policies. Benefits such as increased life expectancy and economic productivity, hygienic habits, disease control and prevention are the results of access to adequate supply conditions. With the urbanization process and the steady increase in urban population, the basic sanitation system and guaranteed access to safe drinking water is an adverse premise for public health and development policies. Social factors are determinant and interfere in the well-being and quality of life of the elderly, and could be better considered in the interventions of public policies of health and regional development.

Keywords: Water. Health. Elderly. Public policy. Quality of life. Regional development.

Introdução

Este estudo propõe-se discutir a relação entre qualidade de vida do idoso e a utilização da água, assim como contextos e políticas públicas em sua possível articulação com o desenvolvimento regional. A análise teve subsídio em pesquisa documental caracterizada por Marconi e Lakatos (2006), e em obras de autores contemporâneos. A temática, possui íntima relação com a vida profissional e acadêmica dos proponentes e constitui-se numa abordagem que integra tema no Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Campo Real.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidades. (OMS, 1946). Além disso, Oliveira e Santos (2013, p. 8) afirmam que os determinantes da saúde incluem condições gerais do meio em que o indivíduo está inserido e seus aspectos gerais como físico, culturais, ambientais, socioeconômicos e políticos.

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que tem se manifestado de forma rápida e distinta em diversos países. Este fenômeno,

conforme Araújo et al (2017) desperta grandes desafios para as políticas de saúde públicas e privadas, no sentido de assegurar a continuidade ao processo de desenvolvimento humano. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Número crescente importante da população idosa entre 2002 e 2012, passando de 14,9 % para 19,6 % a razão de pessoas de 60 anos ou mais para cada grupo em idade potencialmente ativa. A expectativa é que este número triplique nos próximos 50 anos, chegando a 63,2 % de pessoas de 60 anos ou mais para cada 100 em idade potencialmente ativa em 2060. (IBGE, 2016, p.2)

A Política Nacional de Saneamento Básico instituída pela Lei Federal nº 11.445 de 2007, define saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas. Com apontam Carvalho e Zanardo (2010) “a água é a substância mais abundante e essencial no nosso organismo, desempenha funções essenciais para a manutenção da saúde e corresponde a 40% a 50% do peso corporal dos idosos”. (p.119). Sua ingestão deve ser diária, pois o organismo não é capaz de armazená-la e a quantidade a ser reposta deve ser a quantidade perdida em 24 horas (BRASIL, 2008, p. 18). Portanto, o consumo ideal pode contribuir com índices favoráveis de expectativa de vida

Da conceituação legal denota-se que esses serviços são de interesse local e por isso, nos termos do inciso V do artigo 30 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), são de titularidade municipal devido a predominância do interesse local e sua conexão com a imagem municipal. A partir dessa percepção, as políticas públicas de saneamento são essenciais para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população nas comunidades, pois possibilitam um ambiente livre de vetores que propagam parasitas e/ou agentes patogênicos o que contribui para redução e o controle de algumas doenças.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Snis– no ano de 2016(BRASIL, 2016), cerca de 93% da população urbana do país era atendida por redes de distribuição de água, enquanto 51,9% dos brasileiros eram atendidos por redes coletoras de esgoto sanitário, sendo que 44,9% do esgoto coletado era tratado. A proposta desse estudo, além de

contemporânea é pertinente quando se discute a relação da saúde com desenvolvimento regional. O interesse em aprofundar os referenciais e análises dos possíveis impactos no desenvolvimento da região de Guarapuava, deverá ter continuidade com pesquisa exploratória que resulte em artigo científico.

2. O processo de urbanização e os determinantes para o envelhecimento com qualidade de vida

O posicionamento de Dowbor (2017), enuncia parte da lógica de algumas reflexões fundamentais que se seguem: “Numa economia diversificada e complexa como a economia moderna, diversos subsistemas necessitam de formas diversas, e complementares, de gestão e de regulação.”

(DOWBOR, 2017, p. 42)

No processo de urbanização, as pessoas e as atividades econômicas tornam-se mais concentradas e “as moradias tendem a situar-se nas periferias urbanas, onde as deficiências nos serviços como educação, saúde e saneamento persistem por algum tempo dentro das cidades”. (BANCO MUNDIAL, 2009, p. 12). Outro efeito desse processo, foi a mudança nos padrões de fecundidade da população. A queda nas taxas de fecundidade tem impacto na estrutura etária, com envelhecimento populacional, considerando também a longevidade.

Um fator importante a ser observado pelas políticas públicas em saúde e desenvolvimento regional se refere à “evolução da razão de dependência total (RDT= a proporção da soma de jovens e idosos em relação à População em Idade Ativa) em função das mudanças na estrutura etária”. (BRASIL, 2008, p. 56).

O envelhecimento populacional traz consigo dilemas de saúde que desafiam os sistemas de saúde e de previdência social, já que “envelhecer não significa necessariamente adoecer” (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016, p. 508). A menos que exista algum tipo de patologia associada e este processo individual, a senilidade deve estar associada um bom nível de saúde e qualidade de vida. Além do mais, os avanços do campo de saúde e da tecnologia permitiram para a população com acesso a serviços públicos ou privados

adequados uma melhor qualidade de vida nesse processo. Com isso, é fundamental investir em ações de prevenção ao longo de todo o curso de vida, em virtude do seu potencial para "resolver os desafios de hoje e, de forma crescente, os de amanhã" (KALACHE, 2008, p. 1109).

Segundo Razzolinie e Gunther (2008, p.25-26), benefícios como o aumento da expectativa de vida e produtividade econômica, hábitos higiênicos, controle e prevenção de doenças, são resultados de acesso a condições adequadas de abastecimento. Assim, é importante o esclarecimento acerca das consequências à saúde e considerar que a "hidratação no indivíduo idoso é extremamente importante, não só para evitar a desidratação, mas também para o bom funcionamento do organismo". (GENARO; GOMES; HIENAGA, 2015, p. 2). Elementos nocivos à saúde vêm agravando os níveis de metais pesados nos ecossistemas aquáticos naturais, prejudicando a qualidade da água. O descarte impensado de lixo urbano também é causador de poluição reativa, visto que, como aponta Oliveira et al. (2016) "trabalhar ou morar perto de um local industrial que utiliza metais e seus compostos aumentam o risco de exposição, como viver perto de um local onde estes metais foram eliminados indevidamente" (p. 599).

Há de se reconhecer que "os materiais pesados estão muito presentes no nosso cotidiano sendo associado como uma substância tóxica, geralmente proveniente de um descarte inadequado de um rejeito no meio ambiente". (LIMA; MERÇON, 2011, p. 201), o que contrapõe a lei de Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) instituída sob o nº 9.433 em 8 de Janeiro de 1997, onde cria o Gerenciamento de Recursos Hídricos e assegura à atual e as futuras gerações a disponibilidade da água nos padrões de qualidade para o respectivo uso e ainda citado no art.2º a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Para os autores Silva e Castro (2016) o manejo inadequado de resíduos gera o desperdício e isso colabora para a conservação das desigualdades sociais, os problemas de saúde pública e implicação no desempenho da qualidade de vida dos indivíduos.

Ferreira et al. (2008) alerta algumas das patologias que podem ser desenvolvidas a partir de uma exposição crônica a alguns desses metais, como

a perda de memória, disfunção renal, hipertensão, arterosclerose, causadas por Chumbo e Cádmio, além de considerável evidência de que o alumínio é neurotóxico, estando associado ao aumento de casos de demência senil do tipo Alzheimer, sendo responsável por cerca de 60% dos casos de demência.

3. Conclusão

O envelhecimento populacional tem se manifestado de forma bastante crescente em todo o cenário mundial. Este fenômeno apresenta desafios sócias e repercute na transformação das condições da população de maneira geral. Com base no levantamento bibliográfico e documental, seguido das análises decorrentes, conclui-se que o processo de urbanização e o aumento constante da população urbana, o sistema de saneamento básico e o acesso garantido à água potável se tornaram premissas adversas para políticas de saúde pública e de desenvolvimento. Fatores sociais são determinantes e interferem no bem-estar e na qualidade de vida de idosos, e poderiam ser melhor considerados nas intervenções de políticas públicas de saúde e desenvolvimento regional, o que conduz para reflexões acerca da importância da continuidade e do fortalecimento de estudos e planejamento para assegurar à população seus direitos de acesso a um envelhecimento de qualidade e conseqüente qualidade de vida, fator determinante para o desenvolvimento regional.

Referências

ARAÚJO, I; et al. **Percepção do apoio familiar do idoso institucionalizado com dependência funcional**. Enfermagem Universitária. V.14, n. 02, p. 97103, 2017.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2009**: a geografia econômica em transformação. Washington: Banco Mundial, 2009.

BRASIL. Constituição Federativa da República do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 21 de novembro de 2018.

_____. **Guia alimentar para população brasileira:** promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

_____. **Diagnóstico dos Serviços de água e Esgotos – 2016.** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 2018. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnosticoae-2016> Acesso em 21 de novembro de 2018.

CARVALHO A.P.L.; ZANARDO V.P.S. **Consumo de água e outros líquidos em adultos e idosos residentes no Município de Erechim** – Rio Grande do Sul. 2010. [Monografia]. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Erechim.

_____. Instituição da Lei Federal do Saneamento Básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm, acesso em 21 de Novembro de 2018

_____. Instituição da Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm lei p.p, acesso em 21 de Novembro de 2018.

DOWBOR, L. Resgatando o planejamento: Infraestruturas – **METAXY** / Revista do Programa de Pós-graduação em políticas Públicas em Direitos Humanos do NEPP-DH/UFRJ – v.1, n.1, 2017 – p. 28-43.

FERREIRA, P.C.; PIAI, K.A.; TAKAYANAGUI, A.M.M.; SEGURA-MUÑOZ, I. Alumínio como fator de risco para a doença de Alzheimer. **Rev Latinoamericana de Enfermagem**. 2008 janeiro-fevereiro; v.16, n.1.

GENABO, S.C.; GOMES, F. H. M.; IENAGA, K. K. Análise do consumo de água em uma população de idosos. **Collq Vitae** - v.07, n.2, 2015 - p.132.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Expectativa de vida do brasileiro ao nascer foi de 75,8 anos em 2016.** Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/329935/IBGEexpectativa-de-vida-do-brasileiro-ao-nascer-foi-de-758-anos-em2016.htm> Acesso em: 30 de Agosto de 2018.

KALACHE A. O mundo envelhece: é imperativo criar um pacto de solidariedade social. **Ciênc Saúde Coletiva**, vol.13, n.4, 2008, p.1107-11.

LIMA, F.V.; MERÇON, F. **Metais pesados no ensino da química.** Rev. Química nova na escola, Vol. 33, Nº 4, NOV. 2011, p. 200-204.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MIRANDA, G.M.D.; MENDES, A.C.G.; SILVA, A.L.A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Rev. bras. geriatr. gerontol.** vol.19 n.3 Rio de Janeiro May/June 2016

OLIVEIRA, B.O.S.et al. Avaliação dos solos e das águas nas áreas de influência de disposição de resíduos sólidos urbanos de Humaitá, Amazonas. **Engenharia Sanitária Ambiental.** v.21, n.3, jul/set 2016.

OLIVEIRA, M.J.I; SANTOS, E.E. **A relação entre os determinantes sociais da saúde e a questão social.** Caderno Saúde e Desenvolvimento | vol.2 n.2 | jan/jun 2013. Disponível em:
<https://www.google.com.br/search?q=OLIVEIRA,+M.J.;+SANTOS,+E.+A+rela%C3%A7%C3%A3o+entre+os+determinantes+sociais+da+sa%C3%BAde+e+a+quest%C3%A3o+social.+Caderno+Sa%C3%BAde+e+Desenvolvimento+%7C+vol.2+n.2+%7C+jan/jun+2013&spell=1&sa=X&ved=0ahUKEwj0z72t5preAhUp11kKHVMnBSgQBQgoKAA&biw=1366&bih=657>. Acesso em: 30 de Agosto de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946.** Disponível em:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-daorganizacao-mundial-da-saude-omswho.html> Acesso em: 30 de Agosto de 2018.

RAZZOLINI, M.T.P.; GUNTHER, W.M.R. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. **Saúde e Sociedade**, v.17, n.1, p.21-32, 2008. Disponível em:
http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/12933/art_RAZZOLINI_Impactos_na_saude_das_deficiencias_de_acesso_2008.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 07 de agosto de 2018.

SILVA, A.P.B; CASTRO, J.D.B. O descarte para o e-lixo e Políticas Públicas: um diagnóstico para o município de Anápolis. **Revista de economia.** Anápolis, Go, V.12, n. 01, p.109-128, 2016.